



Anais da Assembleia

Nº 165

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 1991.

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DA 137.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Frêgonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Mirô Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca e Nilton César (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 141/91

Curitiba, 05 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

De conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o estabelecido no art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de

submeter à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre reajustamento dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado.

O anexo Plano de Lei reflete a constante preocupação do Governo do Estado em manter a remuneração do funcionalismo civil e militar em níveis os mais justos e atualizados possíveis, obviamente que dentro dos limites impostos por normas constitucionais específicas em relação a despesas com pessoal e da atual conjuntura financeira e orçamentária do Estado.

Tal reajuste, por força das limitações acima apontadas, vigorará em duas parcelas, uma em 1º de janeiro de 1992, implantando 75% do montante em cruzeiros do reajuste concedido e outra, dos 25% restantes, em 1º de fevereiro de 1992.

A inclusa cópia autêntica de exposição de motivos que me foi apresentada pelo Secretário de Estado da Administração apresenta detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e alto significado da medida que vai consubstanciada no Plano de Lei em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, vigentes em dezembro de 1991, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de janeiro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei;

II - a partir de 1º de fevereiro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta Lei.

Art. 2º - O soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado fica fixado em Cr\$ 214.209,33 (duzentos e quatorze mil, duzentos e nove cruzeiros e trinta e

três centavos), a partir de 1º de janeiro de 1992, e em Cr\$ 285.626,72 (duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e seis cruzeiros e setenta e dois centavos), a partir de 1º de fevereiro de 1992, e a tabela de escalonamento vertical, estabelecida pelo art. 107, da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, com nova redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9194, de 18 de janeiro de 1990, passa a vigorar com os seguintes índices:

1 -	Oficiais Superiores	
	Coronel.....	1.000
	Tenente Coronel.....	913
	Major.....	872
2 -	Oficiais Intermediários	
	Capitão.....	800
3 -	Oficiais Subalternos	
	Primeiro Tenente.....	731
	Segundo Tenente.....	658
4 -	Praças Especiais	
	Aspirante a Oficial.....	532
	Aluno (último ano).....	380
	Aluno (demais anos).....	370
5 -	Praças	
	Subtenente.....	532
	1º Sargento.....	477
	2º Sargento.....	432
	3º Sargento.....	400
	Cabo.....	380
	Soldado de 1ª Classe.....	370
	Soldado de 2ª Classe.....	350

Art. 3º - A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 7434, de 29 de dezembro de 1980 e pelas Leis nºs 9408 e 9.410, de 26 de outubro de 1990, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os percentuais abaixo fixados:

Coronel.....	387,46%
Tenente Coronel.....	379,11%
Major.....	371,47%
Capitão.....	299,62%
1º Tenente.....	219,37%
2º Tenente.....	189,73%
Aspirante a Oficial.....	161,72%
Aluno EFO - 3º ano.....	115,36%
Aluno EFO - 1º e 2º anos.....	63,78%
Subtenente.....	131,29%
1º Sargento.....	142,76%
2º Sargento.....	163,59%
3º Sargento.....	175,42%
Cabo.....	130,44%
Soldado de 1ª Classe.....	122,35%
Soldado de 2ª Classe.....	75,62%

Art. 4º - A remuneração mensal do car-

go de Secretário de Estado fica fixada:

I - a partir de 1º de janeiro de 1992, em Cr\$ 1.443.369,68 (um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e nove cruzeiros e sessenta e oito centavos), sendo Cr\$ 618.587,01 (seiscentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e sete cruzeiros e um centavo) de vencimento básico e Cr\$ 824.782,67 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e dois cruzeiros e sessenta e sete centavos) pelo exercício de encargos especiais; e

II - a partir de 1º de fevereiro de 1992, em Cr\$ 1.924.493,68 (um milhão, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e três cruzeiros e sessenta e oito centavos), sendo Cr\$ 824.783,46 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e três cruzeiros e quarenta e seis centavos) de vencimento básico e Cr\$ 1.099.710,22 (um milhão, noventa e nove mil, setecentos e dez cruzeiros e vinte e dois centavos) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 5º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 618,81 (seiscentos e dezoito cruzeiros e oitenta e um centavos), a partir de 1º de janeiro de 1992, e em Cr\$ 825,08 (oitocentos e vinte e cinco cruzeiros e oito centavos), a partir de 1º de fevereiro de 1992 e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 11.031,78 (onze mil, trinta e um cruzeiros e setenta e oito centavos), em 1º de janeiro de 1992 e para Cr\$ 14.709,04 (quatorze mil, setecentos e nove mil cruzeiros e quatro centavos), em 1º de fevereiro de 1992.

Art. 6º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados em 135,5% (cento e trinta e cinco vírgula cinco por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - a partir de 1º de janeiro de 1992, 76,63% (setenta e seis vírgula sessenta e três por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1991; e

II - a partir de 1º de fevereiro de 1992, 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1992.

Art. 7º - Fica fixado o valor único da Gratificação de Produtividade em Cr\$ 19.293,00 (dezenove mil e duzentos e noventa e três cruzeiros), a partir de 1º de janeiro de 1992, e em Cr\$ 25.724,00 (vinte e cinco mil e setecentos e vinte e quatro cruzeiros), a partir de 1º de fevereiro de 1992.

Art. 8º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o art. 4º da Lei nº 910, de 06 de novembro de 1989 e o art. 6º da Lei nº 9373, de 24 de se-

tembro de 1990, fica fixado em Cr\$ 904,68 (novecentos e quatro cruzeiros e sessenta e oito centavos), a partir de 1º de janeiro de 1992 e em Cr\$ 1.233,70 (um mil, duzentos e trinta e três cruzeiros e setenta centavos), a partir de 1º de fevereiro de 1992.

Art. 9º - O cargo de provimento em comissão de Diretor da Coordenação da Receita do Estado, símbolo DAS-4, fica transformado em cargo Categoria "A", com a mesma denominação.

Art. 10 - Os níveis de vencimentos dos cargos de provimento em comissão e dos cargos de provimento efetivo da Coordenação da Receita do Estado são os fixados de conformidade com a Tabela X, constante dos Anexos I e II, da presente Lei.

Art. 11 - Fica fixada em 40% (quarenta por cento) do valor do respectivo vencimento básico do cargo efetivo ou em comissão que estiver percebendo o funcionário, a gratificação de que tratam os artigos 89, inciso III, 92 e demais dispositivos que se referem à mesma gratificação, da Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978, a Lei nº 8931, de 24 de janeiro de 1989.

Art. 12 - O percentual a que se refere o art. 96 da Lei nº 7051/78 passa a ser 0,00370 (trezentos e setenta milésimos), calculado sobre o vencimento básico, excluídas quaisquer outras vantagens.

Art. 13 - os proventos e pensões que têm por base de cálculo os vencimentos de que trata o artigo 10 da presente Lei, serão revistos automaticamente, de acordo com os valores e critérios nele consignados.

§ 1º - O servidor aposentado pela Lei nº 7051/78 e alterações posteriores, anteriormente à vigência desta Lei, poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 1º de janeiro de 1992, optar pela permanência na sistemática de cálculo pela qual ocorreu sua aposentadoria.

§ 2º - Na hipótese de opção, de que trata o parágrafo anterior, os proventos serão reajustados em 100% (cem por cento), sendo 50% (cinquenta por cento) a partir de 1º de janeiro de 1992 e 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento) a partir de 1º de fevereiro de 1992.

Art. 14 - As categorias funcionais de Jornalista, Relações Públicas e Publicitário, de que trata a Lei nº 9341, de 18 de julho de 1990, passam a integrar a categoria funcional de Jornalista, regida pelo que dispõe a Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, integrando o Quadro Geral de Pessoal Civil do Poder Executivo, de provimento efetivo, parte permanente.

Parágrafo Único - A categoria funcional de Jornalista, de que trata este artigo, passa a integrar o Anexo I, da Lei nº 7424/80, Grupo P-Profissional, código

P-14, padrão I, referência inicial 1, referência final 11, em número de 24 cargos, com vencimentos básicos mensais de acordo com a Tabela I, do Anexo II da referida Lei.

Art. 15 - Os servidores ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior, serão enquadrados na Tabela Salarial, mantendo a situação existente no Quadro Geral do Estado, em 18 de julho de 1990.

Art. 16 - Fica instituída a tabela única de vencimentos e salários do pessoal regido pela Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, e do pessoal da administração direta e das autarquias, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 17 - Fica alterada a nomenclatura dos cargos, grupos ocupacionais e padrões de que trata o Anexo I da Lei nº 7424/80, na forma do disposto no Anexo III desta Lei.

Art. 18 - O enquadramento dos servidores na Tabela I da presente Lei, far-se-á mediante aplicação dos seguintes critérios:

I - ao pessoal regido pela Lei nº 7424/80, será mantida a atual distribuição nas referências; e

II - para o pessoal da administração direta e das autarquias, exceto o das autarquias transformadas pela Lei nº 9663, de 16 de julho de 1991, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, o enquadramento será feito de acordo com a tabela abaixo:

Referência Atual	Referência Nova
1 e 2	1
3 e 4	2
5 e 6	3
7 e 8	4
9 e 10	5
11 e 12	6
13 e 14	7
15 e 16	8
17 e 18	9
19 e 20	10
21	11

§ 1º - Os servidores que por força de decisão judicial tiveram incorporadas vantagens aos seus salários ou que, por adequação de reajuste, quando da transferência de órgãos da Administração Indireta para a Direta, possuam salários que ultrapõem o valor final da classe correspondente ao cargo ocupado, serão enquadrados na referência 11 do respectivo cargo, após a aplicação do índice de 100% (cem por cento), sendo 50% (cinquenta por cento) em 1º de janeiro de 1992, sobre os valores vigentes em dezembro de 1991, e 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento) em 1º de fevereiro de 1992, sobre os valores vigentes em janeiro de 1992.

§ 2º - Os salários dos servidores que, após aplicado o disposto no parágrafo anterior, extrapolarem o valor da referência II, permanecerão nessa situação, sujeitos apenas aos próximos reajustes gerais.

Art. 19 - A Secretaria de Estado da Administração regulamentará o enquadramento dos servidores das Autarquias de que trata a Lei nº 9663, de 16 de julho de 1991 e dos servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR, na Tabela I da presente Lei, respeitando a proporcionalidade entre as tabelas e a distribuição dos servidores nas referências, efetuando alterações de nomenclatura e avaliação dos empregos, e a organização dos grupos ocupacionais.

Parágrafo Único - O disposto neste ar-

tigo não se aplica aos servidores da ex-Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, que terão seus salários reajustados na forma do contido na Tabela VI, dos Anexos I e II da presente Lei.

Art. 20 - O disposto nesta Lei não se aplica aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Art. 21 - Os reajustes ora concedidos, incorporam os índices de correção salarial anteriores a 01 de janeiro de 1992 que venham a ser eventualmente concedidos ou reconhecidos.

Art. 22 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, ficando revogada a Lei nº 9341, de 18 de julho de 1990.

PODER EXECUTIVO - ÓRGÃO GERAL E DE TERCEIRO NÍVEL ADMINISTRATIVO

A - VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	96,754.00	104,624.00	104,644.80	108,830.59	113,183.82	117,711.17	122,419.62	127,316.40	132,449.06	137,785.42	143,213.
B	106,425.00	110,682.00	115,105.28	119,713.65	124,502.20	129,482.29	134,661.50	140,040.84	145,649.96	151,475.96	157,525.
C	117,067.50	121,750.20	126,620.21	131,685.82	136,952.42	142,430.51	148,127.73	154,052.84	160,214.96	166,623.56	173,282.
D	128,774.25	133,925.22	139,282.23	144,853.52	150,647.66	156,673.57	162,940.51	169,458.13	176,236.45	183,285.91	190,617.
E	141,651.68	147,317.74	153,210.45	159,336.87	165,712.42	172,340.92	179,234.56	186,403.94	193,860.10	201,614.50	209,675.1
F	155,816.84	162,849.52	168,531.50	175,272.76	182,283.67	189,575.01	197,158.01	205,044.33	213,246.11	221,775.95	229,646.1
G	184,206.67	191,574.94	199,237.94	207,207.45	215,495.75	224,115.58	233,094.20	242,463.41	252,099.55	262,183.53	272,670.6
H	226,416.27	237,552.92	247,855.04	258,937.24	267,214.73	277,903.32	289,019.45	300,580.23	312,643.44	325,107.58	338,111.8
I-IV	290,886.67	301,692.21	313,759.90	326,310.30	339,362.71	352,937.22	367,054.71	381,736.89	397,006.37	412,886.62	429,402.0
I-III	349,266.75	363,237.42	377,766.92	392,877.68	408,592.70	424,936.41	441,933.87	459,611.22	477,995.67	497,115.50	517,004.1
I-II	420,517.17	437,337.86	454,831.37	473,024.63	491,945.61	511,623.44	532,088.37	553,371.91	575,506.79	598,527.06	622,446.1
I-I	506,302.67	526,554.78	547,616.97	569,521.65	592,302.52	615,994.62	641,634.40	668,259.78	692,910.17	720,626.58	746,451.6

B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	72,562.50	75,465.00	78,483.60	81,622.94	84,887.86	88,283.38	91,814.71	95,487.30	99,306.79	103,279.06	107,410.23
B	79,818.75	83,011.50	86,331.96	89,785.24	93,376.65	97,111.71	100,996.18	105,036.03	109,237.47	113,606.97	118,151.25
C	87,000.63	91,312.65	94,965.16	98,763.76	102,714.31	106,822.89	111,095.00	115,539.63	120,161.22	124,967.67	129,966.37
D	96,500.69	100,443.92	104,461.67	108,640.14	112,985.74	117,505.17	122,205.30	127,093.60	132,177.34	137,464.43	142,963.01
E	106,238.76	110,488.31	114,907.84	119,504.15	124,284.32	129,255.69	134,425.92	139,802.96	145,395.07	151,210.88	157,259.31
F	116,862.63	121,537.14	126,398.62	131,454.57	136,712.75	142,181.26	147,868.51	153,783.25	159,934.58	166,331.96	172,985.24
G	130,155.00	143,681.20	149,428.45	155,405.59	161,621.81	168,086.89	174,810.15	181,802.56	189,074.66	196,637.45	204,503.15
H	171,312.20	178,164.69	185,291.28	192,702.93	200,411.85	208,427.49	216,764.59	225,435.17	234,452.58	243,830.68	253,583.91
I-IV	217,566.50	226,269.16	235,319.93	244,732.72	254,522.03	264,702.91	275,291.03	286,302.67	297,754.78	309,664.97	322,051.57
I-III	261,950.07	272,428.07	283,325.19	294,658.20	306,444.53	318,702.31	331,450.40	344,706.42	358,496.75	372,836.62	387,750.09
I-II	315,387.08	328,003.39	341,123.53	354,768.47	368,959.21	383,717.58	399,066.28	415,028.93	431,630.09	448,895.29	466,851.10

VIGENCIA: JANEIRO DE 1992

TABELA I

T87

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL E CLT TECNICO ADMINISTRATIVO

C) VENCIMENTOS BASEDOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J-IV	197,268.29	205,150.70	213,356.73	221,891.04	230,766.64	239,997.31	247,597.20	259,581.09	269,964.33	280,762.94	291,993.42
J-III	237,501.39	247,001.45	256,801.51	267,156.77	277,843.04	288,956.76	300,515.03	312,535.63	325,037.06	338,038.54	351,564.06
J-II	285,951.68	297,369.74	309,285.33	321,656.75	334,523.02	347,903.94	361,824.09	376,292.90	391,344.61	406,998.44	423,278.33
J-I	344,285.02	358,057.25	372,379.54	387,274.72	402,765.71	418,876.34	435,631.39	453,056.65	471,178.92	490,026.07	509,627.12

ANEXO 1

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIGENCIA: JANEIRO DE 1992

NIVEL	VALOR
01	72,000.00
02	73,440.00
03	74,908.80
04	76,406.98
05	77,935.12
06	79,493.82
07	81,083.69
08	82,705.37
09	84,359.48
10	86,046.66
11	87,767.60
12	89,522.95
13	91,313.41
14	93,139.68
15	95,002.47
16	96,902.52
17	98,840.57
18	100,817.38
19	102,833.73
20	104,890.40
21	106,988.21
22	109,127.98
23	111,310.54
24	113,536.75
25	115,807.48
26	118,123.63
27	120,486.10
28	122,895.83
29	125,353.74
30	127,860.82

TABELA III

T26

REF.: JANEIRO DE 1992

QUADRO DA POLÍCIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MEDICO LEGISTA	265,088.28	252,473.00	239,841.23	227,218.38
PERITO CRIMINAL	265,088.28	252,473.00	239,841.23	227,218.38
QUIMICO LEGAL	265,088.28	252,473.00	239,841.23	227,218.38
TOXICOLOGISTA	265,088.28	252,473.00	239,841.23	227,218.38
DETETIVE	123,878.52	113,555.35	103,232.15	92,908.93
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	123,878.52	113,555.35	103,232.15	92,908.93
AGENTE DE SEGURANÇA	82,214.39	73,315.83	70,693.25	67,658.67
DACTILOSCOPISTA	103,232.01	88,160.96	82,213.80	76,267.44
TECNICO TELEC. POLICIAIS	90,844.22	85,207.94	80,728.82	76,268.15
TÉCNICO MANUT. POLICIAL	82,214.39	73,315.83	70,693.25	67,658.67
OPERADOR TELEC. POLICIAIS	73,315.38	70,692.74	68,649.58	67,658.21
IDENTIF. DACTILOSCOP.	70,693.57	69,679.40	68,650.37	67,658.99
CARCEREIRO	70,693.57	69,679.40	68,650.37	67,658.99
AUXILIAR MANUT. POLICIAL	70,693.57	69,679.40	68,650.37	67,658.99
AUXILIAR DE NECROPSIA	70,693.57	69,679.40	68,650.37	67,658.99
PERITO POLICIAL	123,878.54			
COMISSARIO	134,201.65			

ANEXO 1

VIG.: JANEIRO/92

TABELA IV

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTERIO

REFERÊNCIA	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	75,390.33	86,698.88	104,038.66	119,644.45	137,591.11
2	79,159.85	91,033.82	109,240.59	125,626.68	144,470.61
3	83,117.84	95,585.51	114,702.62	131,908.01	151,694.21
4	87,273.73	100,364.79	120,437.75	138,503.41	159,278.91
5	91,637.42	105,383.03	126,459.64	145,428.58	167,242.81
6	96,219.29	110,652.18	132,782.62	152,700.01	175,605.01
7	101,030.25	116,184.79	139,421.75	160,335.01	184,385.21
8	106,081.77	121,994.03	146,392.84	168,351.76	193,604.53
9	111,385.85	128,093.73	153,712.48	176,769.35	203,284.75
10	116,955.15	134,498.42	161,398.10	185,607.82	213,446.99
11	122,802.90	141,223.34	169,468.01	194,888.21	224,121.44

ANEXO 1

VIG. 01/92 TABELA V		
QUADRO UNICO		
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA		
REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	56,542.75	64,081.78
2	58,239.03	66,004.23
3	59,986.20	67,984.36
4	61,785.79	70,023.89
5	63,639.36	72,124.61
6	65,548.54	74,288.34
7	67,515.00	76,516.99
8	69,540.45	78,812.50
9	71,626.66	81,176.88
10	73,775.46	83,612.19
11	75,988.72	86,120.55

VIGENCIA: JANEIRO DE 1992

TABELA VI

T02

FUNÇAOES CAETANO KUNHOZ DA ROCHA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	118,050.00	125,302.24	133,000.00	141,170.67	149,843.29	159,046.70	168,819.63	179,190.83	190,199.17	201,883.78	214,266.22
B	133,000.00	141,170.67	149,843.29	159,046.70	168,819.63	179,190.83	190,199.16	201,863.78	214,266.23	227,450.59	241,423.70
C	149,843.29	159,046.70	168,819.63	179,190.83	190,199.16	201,863.78	214,266.22	227,450.60	241,423.71	256,255.23	271,997.91
D	168,819.63	179,190.82	190,199.15	201,863.77	214,266.21	227,450.59	241,423.69	256,255.22	271,997.90	288,707.70	306,444.05
E	190,199.16	201,863.78	214,266.22	227,450.60	241,423.70	256,255.22	271,997.90	288,707.71	306,444.06	325,270.01	345,252.52
F	214,266.23	227,450.60	241,423.70	256,255.23	271,997.90	288,707.71	306,444.06	325,270.02	345,252.53	366,462.62	388,975.74
G	412,871.92	436,236.13	465,158.54	493,734.90	524,066.00	556,262.11	590,435.27	626,707.84	665,208.77	706,074.91	749,451.63
GT	306,453.94	326,677.10	348,868.90	370,301.18	393,050.10	417,196.58	442,826.46	470,030.88	498,906.58	529,556.18	562,089.73
GV	206,435.96	219,118.07	232,579.27	246,867.45	262,033.40	278,131.06	295,217.64	313,353.92	332,604.38	353,037.46	374,725.82
GP	412,871.92	436,236.13	465,158.54	493,734.90	524,066.00	556,262.11	590,435.27	626,707.84	665,208.77	706,074.91	749,451.63

ANEXO I

VIG. 01/92

TABELA VII

T03

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	144,109.50
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	98,256.48
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	65,504.32
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	108,967.49
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	74,296.01
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	49,530.68
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS	90,806.24
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS	61,913.34
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS	41,275.56

ANEXO I

PROFESSORES CELETISTAS

TABELA VIII

VIGENCIA: JANEIRO DE 1992

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	1,685.49
	LICENCIATURA CURTA	1,274.47
	INAO LICENCIADO	1,062.06
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALÁRIO

ANEXO I

TABELA IX

SALÁRIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

VIGÊNCIA : JANEIRO DE 1992

DESCRIÇÃO DO CARGO	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
IPA1 PROF.AUXILIAR N.1	441,482.86	375,268.43	349,838.00	264,889.71	220,741.43	132,444.86	110,370.71	99,333.64
IPA2 PROF.AUXILIAR N.2	454,727.34	386,518.24	318,389.14	272,836.41	227,363.67	136,416.20	113,681.84	102,312.65
IPA3 PROF.AUXILIAR N.3	468,369.16	398,113.79	327,858.41	281,821.50	234,184.58	140,510.75	117,092.29	105,382.01
IPA4 PROF.AUXILIAR N.4	482,420.24	410,057.20	337,694.17	289,452.14	241,210.12	144,726.07	120,605.06	108,544.55
IPS1 PROF.ASSISTENTE N.1	581,123.41	493,954.98	406,766.39	348,674.04	290,561.70	174,337.02	145,280.85	130,752.77
IPS2 PROF.ASSISTENTE N.2	596,557.11	508,773.54	418,989.98	359,134.27	299,278.56	179,567.13	149,639.28	134,675.35
IPS3 PROF.ASSISTENTE N.3	616,513.82	524,036.75	431,559.68	369,908.29	308,256.91	184,954.15	154,128.46	138,715.61
IPS4 PROF.ASSISTENTE N.4	635,009.24	539,757.85	444,506.47	381,005.54	317,504.62	190,582.77	158,752.31	142,877.05
IPD1 PROF.ADJUNTO N.1	676,284.84	574,842.11	473,399.39	405,770.90	338,142.42	202,885.45	169,071.21	152,164.09
IPD2 PROF.ADJUNTO N.2	696,573.38	592,087.57	487,681.37	417,944.03	348,286.69	208,972.01	174,143.35	156,729.01
IPD3 PROF.ADJUNTO N.3	717,470.58	609,858.00	502,229.41	430,482.35	358,735.29	215,241.17	179,367.65	161,430.65
IPD4 PROF.ADJUNTO N.4	738,994.70	626,145.50	517,296.29	443,396.82	369,497.35	221,696.41	184,748.68	166,275.61
IPT PROF.TITULAR N.1	790,724.32	672,115.67	553,567.02	474,434.59	395,362.16	237,217.29	197,681.08	177,912.97
IPT PROF.TITULAR N.2	814,446.05	692,279.14	570,112.23	488,667.63	407,223.02	244,333.81	203,611.51	183,250.36
IPT PROF.TITULAR N.3	838,879.43	713,047.51	587,215.60	503,327.66	419,439.71	251,663.83	209,719.86	188,747.87
IPT PROF.TITULAR N.4	864,045.81	734,438.94	604,832.07	518,427.49	432,022.90	259,213.74	216,011.45	194,410.31

(1) ESTE REGIME DE TRABALHO É APLICADO SOMENTE PELA UEL;

(2) ESTE REGIME DE TRABALHO É APLICADO SOMENTE PELA UEPG;

COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS									
VIGÊNCIA JANEIRO DE 1992									
	COL.	I	IND	II	IND	III	IND	IV	IND
AGENTE FISCAL 1	C	726,968.01	97	734,462.57	98	741,957.07	99	749,451.60	100
AGENTE FISCAL 1	B	696,989.98	93	704,484.50	94	711,979.00	95	719,473.55	96
AGENTE FISCAL 1	A	667,011.91	89	674,506.44	90	682,001.06	91	689,495.46	92
AGENTE FISCAL 2	C	637,033.86	85	644,528.36	86	652,022.90	87	659,517.37	88
AGENTE FISCAL 2	B	607,055.77	81	614,550.28	82	622,044.83	83	629,539.32	84
AGENTE FISCAL 2	A	577,077.73	77	584,572.26	78	592,066.78	79	599,561.25	80
AGENTE FISCAL 3	C	547,099.66	73	554,594.17	74	562,088.70	75	569,583.22	76
AGENTE FISCAL 3	B	517,121.59	69	524,616.12	70	532,110.63	71	539,605.14	72
AGENTE FISCAL 3	A	487,143.51	65	494,638.03	66	502,132.55	67	509,627.12	68
AGENTE FISCAL 4	D	345,901.14							
AGENTE FISCAL 4	C	321,688.06							
AGENTE FISCAL 4	B	278,796.29							
AGENTE FISCAL 4	A	226,530.61							

T20		
B - CARGOS EM COMISSAO		
CLICRS		
DIRETOR	A	1,018,485.52
INSP. GERAL TRIB	B	957,376.39
INSP. GERAL ARRE	B	957,376.39
INSP. GERAL FISC	B	957,376.39
CHEFE DE ASSESSO	B	957,376.39
CONSULTOR TECNICO	C	906,452.11
ASSISTENTE TECNICO	C	906,452.11
DEP. REGIONAL DE	C	906,452.11
AUXILIAR TECNICO	D	875,897.55

ANEXO I

TABELA XI

VIGENCIA: JANEIRO DE 1.992

PILOTOS

NIVEL	A	B	C	D	E
CLASSE					
V	303,472.29	318,645.90	334,578.20	351,307.11	368,872.47
W	284,508.31	298,733.73	313,670.42	329,353.94	345,821.63
Y	265,537.90	278,814.79	292,755.53	307,393.31	322,762.97
X	227,604.05	238,984.25	250,933.46	263,480.14	276,654.14
K	138,119.74	151,931.72	167,124.89	183,837.38	202,221.12

ANEXO I

TABELA XII

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIGENCIA : JANEIRO DE 1992

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	458,212.53
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	435,301.90
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	413,536.81
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	392,859.97

ANEXO I

VIG. 01/92

TABELA XIII

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

T08

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SU -
PERIOR - DAS

SIMBOLO DAS-1.....	293,616.86
DAS-2.....	268,944.22
DAS-3.....	247,916.69
DAS-4.....	219,292.82
DAS-5.....	197,561.06

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	127,494.38
2-C.....	117,747.44
3-C.....	108,693.46
4-C.....	100,397.78
5-C.....	94,373.92
6-C.....	88,711.48
7-C.....	83,388.79
8-C.....	78,385.46
9-C.....	73,682.34
10-C.....	69,261.40
11-C.....	65,798.33
12-C.....	62,508.41
13-C.....	59,382.99
14-C.....	56,413.84
15-C.....	53,592.15

TABELA XIV

FUNCAO GRATIFICADA DO PODER EXECUTIVO

SIMBOLO 1-F.....	11,921.02
2-F.....	10,119.69
3-F.....	8,923.68
4-F.....	7,163.03
5-F.....	6,546.31
6-F.....	5,343.79
7-F.....	4,149.41
8-F.....	3,581.51
9-F.....	2,924.12
10-F.....	2,370.86

ANEXO I

VIG. JANEIRO DE 1992

TABELA XV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA

CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6
MUSICO NIVEL A	162,138.23	170,245.14	178,757.39	187,695.26	197,080.03	206,934.03
MUSICO NIVEL B	291,802.35	306,392.47	321,712.09	337,797.70	354,687.58	372,421.96
MUSICO NIVEL C	318,814.50	334,755.22	351,492.98	369,067.63	387,521.01	406,897.06
MUSICO NIVEL D	345,838.16	363,130.07	381,286.57	400,350.90	420,368.44	441,386.86
MUSICO NIVEL E	399,869.62	419,863.10	440,856.25	462,899.07	486,044.02	510,346.22
SPALLA	467,422.75	490,793.89	515,333.58	541,100.26	568,155.27	596,563.04
MAESTRO ADJUNTO	534,968.85	561,717.29	589,803.16	619,293.31	650,257.98	682,770.88
MAESTRO TITULAR	544,767.09	572,005.44	600,605.71	630,636.00	662,167.80	695,276.19

VIG. JANEIRO DE 1992

TABELA XVI

TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUAIRA

CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6
PIANISTA (H.AULA)	2,236.61	2,348.44	2,465.87	2,589.16	2,718.62	2,854.55
CORPO BAILE D	209,004.99	219,455.24	230,428.01	241,949.41	254,046.88	266,749.22
CORPO BAILE C	219,455.24	230,428.01	241,949.41	254,046.88	266,749.22	280,086.68
CORPO BAILE B	230,428.01	241,949.41	254,046.88	266,749.22	280,086.68	294,091.02
C.BAILE A/MASSAG.	322,599.21	338,729.17	355,665.63	373,448.91	392,121.35	411,727.42
SOLISTA B	352,471.89	370,095.49	388,600.26	408,030.28	428,431.79	449,853.38
SOLISTA A	367,416.70	385,787.54	405,076.91	425,330.76	446,597.30	468,927.16
PRINCIPAL B	397,276.66	417,140.49	437,997.52	459,897.39	482,892.26	507,036.87
PRINC.A/ENS.DANCA	442,049.74	464,152.22	487,359.84	511,727.83	537,314.22	564,179.93
ASSIST.DE MAITRE	471,932.30	495,528.91	520,305.36	546,320.63	573,636.66	602,318.49
MAITRE DE BALLET	501,805.61	526,895.90	553,240.69	580,902.72	609,947.86	640,445.25
DIRETOR DE BALLET	619,579.39	650,558.36	683,086.28	717,240.59	753,102.62	790,757.75

VALOR MÍNIMO DE 1991

TABELA 1

POSS. EXECUTIVO - GRUPO GERAL E CLT TÉCNICO ADMINISTRATIVO

A) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	129.000.00	134.160.00	139.526.00	145.107.46	150.911.75	156.940.22	163.226.15	169.755.20	176.545.41	183.607.22	190.951.51
B	141.900.00	147.576.00	153.479.04	159.610.20	166.002.93	172.643.05	179.540.77	186.730.72	194.199.95	201.967.95	210.046.66
C	156.090.00	162.333.60	168.826.94	175.580.02	182.603.22	189.907.35	197.503.65	205.403.79	213.619.94	222.164.74	231.051.39
D	171.695.00	178.566.96	185.709.64	193.130.02	200.863.54	208.896.09	217.254.01	225.944.17	234.981.94	244.381.21	254.154.46
E	188.860.90	196.423.66	204.208.60	212.451.83	220.949.90	229.787.90	238.979.41	248.536.59	258.460.13	268.819.34	279.572.11
F	207.755.79	216.066.02	224.702.66	233.697.01	243.044.89	252.766.60	262.877.35	273.392.45	284.326.14	295.701.27	307.529.32
G	245.600.89	255.433.25	265.654.58	276.276.60	287.327.67	298.820.77	310.773.61	323.204.55	336.132.73	349.578.04	363.561.16
H	304.555.03	316.737.23	329.406.72	342.582.99	356.286.31	370.537.76	385.359.27	400.773.64	416.804.59	433.476.77	450.815.84
I-IV	386.784.89	402.256.26	418.346.53	435.080.44	452.483.61	470.582.96	489.406.27	508.982.53	529.341.83	550.515.50	572.536.12
I-III	465.689.00	484.316.57	503.689.23	523.836.00	544.790.27	566.581.88	589.245.15	612.814.96	637.327.56	662.820.66	689.355.49
I-II	560.689.56	583.117.14	606.441.83	630.699.50	655.927.48	682.164.58	709.451.17	737.829.21	767.342.38	798.036.02	829.957.52
I-I	675.070.23	702.073.04	730.155.96	759.362.20	789.736.69	821.326.16	854.179.20	888.346.37	923.800.23	960.835.44	999.248.85

B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	96.750.00	100.620.00	104.644.00	108.830.59	113.183.82	117.711.17	122.419.62	127.316.40	132.405.06	137.705.42	143.213.63
B	106.425.00	110.682.00	115.109.28	119.713.65	124.502.20	129.482.29	134.661.58	140.040.04	145.619.96	151.475.96	157.535.00
C	117.067.50	121.750.20	126.620.21	131.685.02	136.952.42	142.430.51	148.127.73	154.052.84	160.214.96	166.623.56	173.282.50
D	128.774.25	133.925.22	139.282.23	144.853.52	150.647.66	156.673.57	162.940.51	169.458.13	176.236.45	183.285.91	190.617.35
E	141.651.68	147.317.74	153.210.45	159.338.87	165.712.42	172.340.92	179.234.56	186.403.94	193.860.10	201.614.50	209.679.06
F	155.816.84	162.049.52	168.531.50	175.272.76	182.283.67	189.575.01	197.158.01	205.044.33	213.246.11	221.775.95	230.646.95
G	184.206.67	191.574.94	199.237.94	207.207.45	215.495.75	224.115.58	233.080.20	242.403.41	252.099.55	262.183.53	272.670.17
H	226.416.27	237.552.92	247.055.04	256.937.24	267.214.73	277.903.32	289.019.45	300.580.23	312.603.44	325.107.50	338.111.00
I-IV	290.006.67	301.692.21	313.759.90	326.310.30	339.362.71	352.937.22	367.054.71	381.736.09	397.006.57	412.886.62	429.402.09
I-III	349.266.75	363.237.42	377.766.92	392.877.60	408.592.70	424.936.41	441.933.87	459.611.22	477.995.67	497.115.50	517.000.12
I-II	420.517.17	437.337.86	454.831.37	473.024.63	491.945.61	511.623.44	532.008.37	553.371.91	575.506.79	598.527.06	622.468.14
I-I	501.302.67	526.554.70	547.616.97	569.521.65	592.302.52	615.994.62	640.634.40	666.259.78	692.910.17	720.626.50	749.451.04

C) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

-IV	263.013.72	273.534.27	284.475.64	295.854.67	307.688.86	319.996.41	332.796.27	346.106.12	359.952.44	374.350.54	389.324.56
-III	316.668.52	329.335.26	342.506.67	356.209.02	370.457.38	385.275.68	400.686.71	416.714.17	433.382.74	450.718.05	468.746.77
-II	381.268.90	396.519.66	412.360.44	428.875.66	446.030.69	463.871.92	482.426.79	501.723.86	521.792.82	542.664.53	564.371.11
-I	459.847.76	477.409.67	496.506.06	516.266.30	537.020.95	558.501.79	580.841.86	604.075.53	628.238.55	653.368.10	679.502.02

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIGÊNCIA: FEVEREIRO DE 1992

NIVEL	VALOR
01	96,000.00
02	97,920.00
03	99,878.40
04	101,875.97
05	103,913.49
06	105,991.76
07	108,111.59
08	110,273.82
09	112,479.30
10	114,728.89
11	117,023.46
12	119,363.93
13	121,751.21
14	124,186.24
15	126,669.96
16	129,203.36
17	131,787.43
18	134,423.18
19	137,111.64
20	139,853.87
21	142,650.95
22	145,503.97
23	148,414.05
24	151,382.33
25	154,409.98
26	157,498.18
27	160,648.14
28	163,861.10
29	167,138.32
30	170,481.09

ANEXO II

TABELA III

125

REF.: FEVEREIRO DE 1992 QUADRO DA POLICIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MÉDICO LEGISTA	353,451.35	336,630.66	319,788.31	302,957.84
PERITO CRIMINAL	353,451.35	336,630.66	319,788.31	302,957.84
QUÍMICO LEGAL	353,451.35	336,630.66	319,788.31	302,957.84
TOXICOLOGISTA	353,451.35	336,630.66	319,788.31	302,957.84
DETETIVE	165,179.62	151,414.71	137,649.75	123,884.77
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	165,179.62	151,414.71	137,649.75	123,884.77
AGENTE DE SEGURANÇA	109,624.66	97,759.33	94,262.38	90,216.07
DACTILOSCOPISTA	137,649.56	117,553.83	109,623.88	101,695.00
TECNICO TELEC. POLICIAIS	121,131.68	113,616.27	107,643.80	101,695.94
TECNICO MANUT. POLICIAL	109,624.66	97,759.33	94,262.38	90,216.07
OPERADOR TELEC. POLICIAIS	97,758.73	94,261.70	91,537.35	90,215.46
IDENTIF. DACTILOSCOP.	94,262.80	92,910.51	91,538.40	90,216.50
CARCEREIRO	94,262.80	92,910.51	91,538.40	90,216.50
AUXILIAR MANUT. POLICIAL	94,262.80	92,910.51	91,538.40	90,216.50
AUXILIAR DE NECROPSIA	94,262.80	92,910.51	91,538.40	90,216.50
PERITO POLICIAL	165,179.65			
COMISSARIO	178,944.48			

VIG. 01/92

TABELA IV

T0:

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFERENCIA	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	102,808.08	118,229.29	141,875.15	163,156.42	187,629.89
2	107,948.48	124,140.76	148,968.91	171,314.24	197,011.36
3	113,345.91	130,347.79	156,417.35	179,879.96	206,861.95
4	119,013.20	136,865.18	164,238.22	188,873.95	217,205.05
5	124,963.86	143,708.44	172,450.13	198,317.65	228,065.30
6	131,212.06	150,893.87	181,072.64	208,233.53	239,468.56
7	137,772.66	158,438.56	190,126.27	218,645.21	251,441.99
8	144,661.29	166,360.49	199,632.58	229,577.47	264,014.09
9	151,894.36	174,678.51	209,614.21	241,056.35	277,214.80
10	159,489.08	183,412.44	220,094.92	253,109.16	291,075.54
11	167,463.53	192,583.06	231,099.67	265,764.62	305,629.31

ANEXO 11

VIG. 02/92 TABELA V /		
QUADRO UNICO		
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA		
REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	77,106.06	87,386.87
2	79,419.24	90,008.47
3	81,801.82	92,708.73
4	84,255.87	95,489.99
5	86,783.55	98,354.69
6	89,387.06	101,305.33
7	92,068.67	104,344.49
8	94,830.73	107,474.82
9	97,675.65	110,699.07
10	100,605.92	114,020.04
11	103,624.10	117,440.64

ANEXO II

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1992

TABELA VI

FUNDAÇÃO CAETANO KUNHOZ DA ROCHA

T02

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	157,444.84	167,069.65	177,333.33	188,227.56	199,791.05	212,064.93	225,092.84	238,921.10	253,596.89	269,178.37	285,714.97
B	177,333.33	188,227.56	199,791.05	212,064.93	225,092.84	238,921.10	253,596.87	269,178.37	285,714.97	303,267.45	321,896.27
C	199,791.05	212,064.94	225,092.84	238,921.11	253,596.88	269,178.38	285,714.96	303,267.46	321,896.28	341,673.63	362,663.86
D	225,092.84	238,921.10	253,596.86	269,178.37	285,714.95	303,267.46	321,896.26	341,673.63	362,663.87	384,943.60	408,592.07
E	253,596.89	269,178.38	285,714.96	303,267.47	321,896.27	341,673.64	362,663.87	384,943.62	408,592.09	433,693.36	460,336.70
F	285,714.97	303,267.47	321,896.27	341,673.65	362,663.87	384,943.62	408,592.06	433,693.37	460,336.72	488,616.84	518,634.33
G	556,495.94	584,314.85	620,211.39	658,313.22	696,755.74	741,682.83	787,247.04	835,610.47	886,945.04	941,433.23	999,266.85
GT	412,871.93	436,236.14	465,156.54	493,734.91	524,066.80	556,262.12	590,435.28	626,707.85	665,206.78	706,074.92	749,451.65
GV	275,247.95	292,157.42	310,105.70	329,156.61	349,377.87	370,841.41	393,623.52	417,805.24	443,472.52	470,716.61	499,634.43
GP	556,495.94	584,314.85	620,211.39	658,313.22	696,755.74	741,682.83	787,247.04	835,610.47	886,945.04	941,433.23	999,266.85

ANEXO II

VIG. 02/92

TABELA VII

T03

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	196,518.85
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	133,990.13
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	89,326.75
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	148,596.49
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	101,315.79
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	67,543.86
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS	123,830.40
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS	84,429.82
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS	56,286.55

ANEXO II

PROFESSORES CELETISTAS

TABELA VIII

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1992

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	2,298.47
	LICENCIATURA CURTA	1,737.97
	NAO LICENCIADO	1,448.31
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	2,298.47
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA CURTA	1,737.97
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	NAO LICENCIADO	1,448.31

ANEXO 11

TABELA IX

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

VIGENCIA : FEVEREIRO DE 1992

DESCRIÇÃO DO CARGO	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
IPA1 PROF.AUXILIAR N.1	585,643.01	500,347.24	412,050.67	353,186.29	294,321.91	176,593.14	147,160.95	132,444.8
IPA2 PROF.AUXILIAR N.2	606,303.12	515,357.66	424,412.19	363,781.87	303,151.56	181,890.94	151,575.79	136,418.2
IPA3 PROF.AUXILIAR N.3	624,492.22	536,818.39	437,144.55	374,695.33	312,246.11	187,347.67	156,123.05	140,510.71
IPA4 PROF.AUXILIAR N.4	643,226.98	546,742.94	456,256.89	385,936.19	321,613.49	192,968.10	160,806.75	144,726.01
IPSA1 PROF.ASSISTENTE N.1	774,831.21	658,606.53	542,381.85	464,890.73	387,415.61	232,449.36	193,707.84	174,337.01
IPSA2 PROF.ASSISTENTE N.2	790,076.15	678,364.72	558,653.30	478,845.69	399,036.07	239,422.84	199,519.04	179,567.13
IPSA3 PROF.ASSISTENTE N.3	822,018.43	698,715.67	575,412.90	493,211.06	411,009.22	246,605.53	205,504.61	184,954.15
IPSA4 PROF.ASSISTENTE N.4	846,670.96	719,677.14	592,675.29	508,007.39	423,339.49	254,002.70	211,669.75	190,502.77
IPD1 PROF.ADJUNTO N.1	901,713.12	766,456.15	631,199.18	541,027.87	450,856.56	270,513.93	225,428.28	202,865.45
IPD2 PROF.ADJUNTO N.2	920,764.51	789,449.83	650,135.16	557,255.71	464,382.25	278,629.35	232,191.13	209,972.01
IPD3 PROF.ADJUNTO N.3	956,627.44	813,133.33	669,639.21	573,976.47	478,313.72	286,980.23	239,156.86	215,241.17
IPD4 PROF.ADJUNTO N.4	985,326.27	837,527.33	689,728.39	591,195.76	492,663.13	295,597.88	246,331.57	221,698.41
IPT PROF.TITULAR N.1	1,054,299.09	896,154.22	730,009.36	632,579.45	527,149.54	316,289.73	263,574.77	237,217.29
IPT PROF.TITULAR N.2	1,085,926.06	923,038.85	760,149.64	651,556.84	542,964.03	325,778.42	271,482.02	244,333.81
IPT PROF.TITULAR N.3	1,116,505.90	950,730.02	782,954.13	671,103.54	559,252.95	335,551.77	279,626.48	251,663.83
IPT PROF.TITULAR N.4	1,152,061.08	979,251.92	806,442.76	691,236.65	576,030.54	345,616.32	288,015.27	259,213.74

(1) ESTE REGIME DE TRABALHO É APLICADO SOMENTE PELA UEL;

(2) ESTE REGIME DE TRABALHO É APLICADO SOMENTE PELA UEPG;

TABELA 1

COMPARAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

VIGENCIA FEVEREIRO DE 1992

	ID.	I	IND	II	IND	III	IND	IV	IND
AGENTE FISCAL 1	C	969,290.70	97	979,283.42	98	989,276.10	99	999,268.80	100
AGENTE FISCAL 1	B	929,319.97	93	939,312.67	94	949,305.34	95	959,298.06	96
AGENTE FISCAL 1	A	889,349.22	89	899,341.92	90	909,334.71	91	919,327.29	92
AGENTE FISCAL 2	C	849,378.48	85	859,371.15	86	869,363.87	87	879,356.50	88
AGENTE FISCAL 2	B	809,407.70	81	819,400.39	82	829,393.10	83	839,385.77	84
AGENTE FISCAL 2	A	769,436.98	77	779,429.67	78	789,422.37	79	799,415.01	80
AGENTE FISCAL 3	C	729,466.21	73	739,458.90	74	749,451.60	75	759,444.29	76
AGENTE FISCAL 3	B	689,495.46	69	699,488.16	70	709,480.84	71	719,473.53	72
AGENTE FISCAL 3	A	649,524.69	65	659,517.38	66	669,510.08	67	679,502.81	68
AGENTE FISCAL 4	D	461,201.52							
AGENTE FISCAL 4	C	420,917.41							
AGENTE FISCAL 4	B	371,728.40							
AGENTE FISCAL 4	A	302,040.86							

B - CARGOS EM COMISSÃO

I - CLICS

DIRETOR	A	1,357,980.69
INSP. GERAL TRIB	B	1,276,501.85
INSP. GERAL ARRE	B	1,276,501.85
INSP. GERAL FISC	B	1,276,501.85
CHEFE DE ASSESSO	B	1,276,501.85
CONSULTOR TECNICO	C	1,208,602.81
ASSISTENTE TECNICO	C	1,208,602.81
DEL. REGIONAL DE	C	1,208,602.81
AUXILIAR TECNICO	D	1,167,863.39

ANEXO II

TABELA XI

VIGENCIA: FEVEREIRO DE 1.992			PILOTOS		
NIVEL	A	B	C	D	E
CLASSE					
V	404,649.95	424,882.45	446,126.57	468,432.90	491,854.55
W	379,363.09	398,331.24	418,247.80	439,160.19	461,118.20
Y	354,068.23	371,771.64	390,360.23	409,878.24	430,372.15
X	303,487.24	318,661.60	334,594.68	351,324.41	368,890.63
K	184,168.87	202,585.75	222,844.33	245,128.76	269,641.64

ANEXO II

TABELA XII	
QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS	
VIGENCIA : FEVEREIRO DE 1992	
ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	610,980.59
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	580,431.56
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	551,409.98
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	523,839.48
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	497,647.51

ANEXO 11

VIG. 02/92 TABELA XIII		
CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO		108
A - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS		
SIMBOLO DAS-1.....		391,489.15
DAS-2.....		358,618.97
DAS-3.....		330,555.58
DAS-4.....		292,390.43
DAS-5.....		263,414.75
B - CARGOS EM COMISSAO		
SIMBOLO 1-C.....		169,992.51
2-C.....		156,996.58
3-C.....		144,924.62
4-C.....		133,863.71
5-C.....		125,831.89
6-C.....		118,281.97
7-C.....		111,185.06
8-C.....		104,513.95
9-C.....		98,243.12
10-C.....		92,348.53
11-C.....		87,731.10
12-C.....		83,344.55
13-C.....		79,177.32
14-C.....		75,218.45
15-C.....		71,457.53

TABELA XIV

FUNCAO GRATIFICADA DO PODER EXECUTIVO		
SIMBOLO 1-F.....		15,894.69
2-F.....		13,492.92
3-F.....		11,898.24
4-F.....		9,550.70
5-F.....		8,728.41
6-F.....		7,125.06
7-F.....		5,532.55
8-F.....		4,775.35
9-F.....		3,898.82
10-F.....		3,161.15

EXO II

VIG.: FEVEREIRO DE 1992

TABELA XV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ

CARGO/NÍVEL	1	2	3	6
MÚSICO NÍVEL A	216,184.30	226,993.52	238,343.1	275,912.04
MÚSICO NÍVEL B	389,069.80	408,523.29	428,949.4	496,562.62
MÚSICO NÍVEL C	425,085.99	446,340.29	468,657.3	542,529.42
MÚSICO NÍVEL D	461,117.54	484,173.42	508,382.0	588,515.82
MÚSICO NÍVEL E	533,159.49	559,817.47	587,808.3	688,461.63
SPALLA	623,230.33	654,391.85	687,111.44	795,417.38
MAESTRO ADJUNTO	713,291.80	748,956.39	786,404.21	910,361.17
MAESTRO TITULAR	726,356.11	762,673.92	800,807.62	927,034.92

ANEXO II

VIG.: FEVEREIRO DE 1992

TABELA XVI

TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUAIARA

CARGO/NÍVEL	1	2	3	4	5	6
PIANISTA (H.AULA)	2,982.15	3,131.26	3,287.82	3,452.21	3,624.82	3,806.06
CORPO BAILE D	278,673.33	292,606.99	307,237.34	322,599.21	338,729.17	355,665.63
CORPO BAILE C	292,606.99	307,237.34	322,599.21	338,729.17	355,665.63	373,448.91
CORPO BAILE B	307,237.34	322,599.21	338,729.17	355,665.63	373,448.91	392,121.35
C.BAILE A/MASSAGE	430,132.28	451,638.89	474,220.84	497,931.88	522,828.47	548,969.89
SOLISTA B	469,962.53	493,460.65	518,133.68	544,040.37	571,242.39	599,804.51
SOLISTA A	489,888.94	514,383.38	540,102.55	567,107.68	595,463.06	625,236.22
PRINCIPAL B	529,702.21	556,187.32	583,996.69	613,196.52	643,856.35	676,049.17
PRINC.A/ENS.DANCA	589,399.65	618,869.63	649,813.11	682,303.77	716,418.96	752,239.91
ASSIST.DE MAITRE	629,243.07	660,705.22	693,740.48	728,427.50	764,848.88	803,091.32
MAITRE DE BALLET	669,074.15	702,527.86	737,654.25	774,536.97	813,263.81	853,927.00
DIRETOR DE BALLET	826,105.86	867,411.15	910,781.71	956,320.79	1,004,136.83	1,054,343.67



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Administração

ANEXO III

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
CATEGORIA FUNCIONAL	GRUPO/ CODIGO	PADRÃO	CATEGORIA FUNCIONAL	GRUPO/ CODIGO	PADRÃO
Auxiliar de Enfermagem	S-05	D	Auxiliar de Enfermagem	S-05	E
Auxiliar Téc.de Topografia	G-09	D	Aux. Téc. de Topografia	S-20	D
Mestre de Ofício	G-24	D	Inst.de Formação Espec.	S-21	F
Laboratorista de Solos	S-11	E	Laboratorista de Solos	S-11	G
Laboratorista	S-10	E	Téc.de Laborat. de		
			Análises Clínicas	S-10	G
Técnico de Raios X	S-18	E	Técnico em Radiologia	S-18	G
Almoxarife	A-01	D	Almoxarife	A-01	E
Calculista de Medição	A-05	E	Calculista de Medição	A-05	F
Guarda de Presídio	G-14	C	Agente de Reclusão	G-14	F
Atendente de Saúde	G-03	C	Atendente de Enfermagem	G-03	C
Auxiliar de Artes Gráficas	G-04	B	Auxiliar de Artes Gráf.	G-04	D
Maquinista de Embarcações	G-19	E	Condutor Motorista -		
			Ferry-Boat	G-19	F
Capataz	G-10	C	Feitor	G-10	F
Mecânico de Veículos	G-22	D	Mecânico	G-22	D
Mestre de Obras	G-23	F	Mestre de Obras	G-23	G
Operador de Equipam.Pesado	G-26	D	Operador de Equip.Pesado	G-26	E
Pintor	G-28	C	Pintor de Paredes	G-28	D
Porteiro	G-29	A	Porteiro	G-29	B
Guardião	G-15	A	Vigia	G-15	A
Assistente Jurídico	P-01	I	Advogado	P-01	I
Veterinário	P-17	I	Médico Veterinário	P-17	I
Cirurgião Dentista	P-05	I	Odontólogo	P-05	I
Assistente Social	P-02	H	Assistente Social	P-02	I
Bibliotecário	P-03	H	Bibliotecário	P-03	I
Biólogo	P-04	H	Biólogo	P-04	I
Enfermeiro	P-08	H	Enfermeiro	P-08	I
Estatístico	P-09	H	Estatístico	P-09	I
Psicólogo	P-12	H	Psicólogo	P-12	I
Técnico de Ass. Culturais	P-16	H	Técnico de Ass.Culturais	P-16	I

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

As distorções salariais existentes no serviço público, causadas pelas sucessivas concessões de reajustes lineares, que aplicaram os mesmos índices de reposição tanto para os maiores quanto para os menores salários, levaram a administração pública a elaborar proposta de reajuste diferenciado, de modo a diminuir as injustificadas diferenças hoje existentes.

Por outro lado, com a preocupação, a nível nacional, da existência de recessão aliada à alta da inflação, que têm levado à diminuição da receita com o aumento de despesas e, tendo em vista, a obrigação do Estado em manter seus compromissos em dia, há necessidade de que o reajuste ora proposto seja concedido e efetivamente pago de acordo com as possibilidades de desembolso do Tesouro Geral do Estado. Se isto não ocorrer, o quadro que se espera é o mesmo que se apresenta em outros Estados da Federação, nos quais não há recursos para o pagamento do 13º salário do corrente ano, onde se congelam os salários e os pagam de forma parcelada ou com atraso.

Diante deste quadro e, cumprindo dispositivos constitucionais que limitam os gastos com pessoal em 65% (sessenta e cinco por cento) das receitas correntes e de efetuar o pagamento dos servidores até o último dia do mês, é que se propõe a concessão do reajuste em duas parcelas, na forma do Anteprojeto de Lei, em anexo.

O Anteprojeto de Lei contempla a Polícia Militar do Estado com um índice médio de reajuste de 133,34% (cento e trinta e três, vírgula trinta e quatro por cento), além do ajuste efetuado no escalonamento vertical e na Gratificação Policial Militar Especial.

A remuneração de Secretário de Estado, reajustada em 100% (cem por cento), menor índice da proposta, deve-se ao fato de contemplar os maiores salários pagos pelo Estado. São ainda reajustados, pelo mesmo índice, os valores do salário família, das pensões especiais e da gratificação de produtividade.

Os cargos de provimento em comissão e os valores das gratificações de representação, inerentes ao exercício desses cargos, serão corrigidos em 135,5% (cento e trinta e cinco vírgula cinco por cento).

Em relação ao magistério de 1º e 2º graus, a presente proposta tem como principal objetivo amenizar a grande defasagem salarial em que se encontra a categoria, procurando um denominador comum que venha de encontro aos anseios e necessidades da classe. Assim sendo, a este segmento do funcionalismo está se concedendo um reajuste médio de 140% (cento e quarenta por cento), através da fixação de novos valores iniciais das séries de classe e da al-

Curitiba, segunda, em 09.12.91

teração do interível das referências, passando dos atuais 3,3% (três vírgula três por cento) para 5% (cinco por cento), este último, objeto de Anteprojeto de Lei Complementar, em anexo.

Aos servidores da Coordenação da Receita do Estado, responsáveis pela fiscalização e arrecadação de impostos do Estado, está se efetuando alteração na composição da remuneração, fixando-se como vencimento básico valores condizentes com o nível de responsabilidade o qual representa parcela significativa de remuneração, deixando, deste modo, as gratificações representarem a maioria da remuneração. A esse segmento o índice médio de reajuste é da ordem de 108% (cento e oito por cento).

As categorias funcionais de Jornalista, Relações Públicas e Publicitários pertencentes ao Quadro Próprio instituído pela Lei nº 9.341, de 18 de julho de 1990, passam a integrar o Quadro Geral de Pessoal Civil do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, com todas as prerrogativas nele contidas, inclusive com a Gratificação de Responsabilidade Técnica de 40% (quarenta por cento).

Os servidores do Quadro Geral do Estado, estatutários e celetistas, embora constituam um segmento representativo da força de trabalho, na medida em que totalizam 35.000 servidores, apresentam a menor média de remuneração dentre os quadros que compõe o Poder Executivo.

Estes servidores que, atuando em todos os órgãos, representam a base da estrutura do Estado, não têm tido ao longo do tempo, tratamento salarial adequado.

Por outro lado, quadros especiais têm conquistado uma série de benefícios, inclusive constitucionais, elevando desta forma, suas médias de remuneração e acentuando ainda mais a defasagem existente entre estes Quadros e o Quadro Geral.

Para corrigir estas distorções, propõe-se a implantação de TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS E SALÁRIOS tanto para o pessoal estatutário quanto para o pessoal celetista, da administração direta e das autarquias, onde os percentuais de reajuste variam de 156% (cento e cinquenta e seis por cento) a 356% (trezentos e cinquenta e seis por cento).

Com a edição da Lei nº 9.663, de julho de 1991, que transformou as fundações estaduais em autarquias, há necessidade de se dar a elas o mesmo tratamento dispensado aos entes autárquicos anteriormente existentes. Assim sendo, o presente Anteprojeto de Lei prevê critérios para o enquadramento dos servidores na nova situação, cabendo à Secretaria de Estado da Administração - SEAD a implementação desse dispositivo.

Por outro lado, a necessidade de valorizar o pessoal da área de saúde, de modo a ofertar à população bens e serviços em qualidade e quantidade, levou a administração a propor tabela salarial própria com índice médio de reajuste de 230% (duzentos e trinta por cento).

Excetuam-se do Anteprojeto de Lei os servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, que são tratados em Lei específica.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 142/91

Curitiba, 05 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

De acordo com o disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa o anexo anteprojeto de lei que objetiva conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a partir de 1° de janeiro de 1992, reajuste de 90,2% (noventa vírgula dois por cento).

A medida ora proposta resulta de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Administração, a mim encaminhados pelo Titular daquela Pasta e que virão atender reivindicações dos servidores daquela Autarquia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica concedido aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a partir de 1° de janeiro de 1992, o reajuste de 90,2% (noventa vírgula dois por cento).

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1°.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 143/91

Curitiba, 05 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

Nos termos do disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a essa augusta Casa o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva dar nova redação ao parágrafo 3°, do art. 32, da Lei Complementar n° 7, de 22 de dezembro de 1976, alterado pelas Leis Complementares n°s 13, de 23 de dezembro de 1981 e 44, de 26 de janeiro de

1989.

O Plano de Lei Complementar ora proposto e que decorre de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Administração, virá ensejar melhoria na remuneração de integrantes das carreiras componentes do Quadro Próprio do Magistério que, na conformidade do art. 10, § 6°, combinado com o art. 32, § 3°, ambos da referida Lei Complementar n° 7/76 e suas posteriores alterações, passarão a perceber 5% (cinco por cento) nas progressões de uma para outra referência da mesma classe (avanço diagonal) e não 3,3% (três vírgula três por cento) como lhes vem sendo atualmente pago.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1° - O § 3° do art. 32, da Lei Complementar n° 7, de 22 de dezembro de 1976, com a redação dada pelas Leis Complementares n° 13, de 23 de dezembro de 1981 e n° 44, de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 32 - ...

§ 3° - por avanço diagonal entende-se a progressão de uma para outra referência da mesma classe, definidas no parágrafo 6° do artigo 10, mediante o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao vencimento de professor ou especialista de educação, a cada passagem para a referência consecutiva".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1992.
A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n° DTL/SAT/410/91, do Senhor Governador do Estado, solicitando providências no sentido de que a Mensagem 37/89, de 20 de março de 1989, seja apreciada e mereça aprovação desta Assembléia Legislativa.
Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n° DTL/SAT/409/91, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei n° 459/91.
Ao Conhecimento da Casa.

Sob os n°s DTL/SAT/401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 411, 412 e 413/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando

haver sancionado os Projetos de Lei N°s:
Anote-se - Arquivo-se.

532/91: Do Tribunal de Justiça que, concede, no mês de novembro do corrente ano, abono provisório no valor de Cr\$ 42.000,00, aos servidores e serventuários do Poder Judiciário, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.823.
Anote-se - Arquivo-se.

487/91: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.824.
Anote-se - Arquivo-se.

486/91: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 28.628.000,00, ao orçamento da Chefia do Poder Executivo, para atender despesas conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.825.
Anote-se - Arquivo-se.

490/91: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.447.000,00, para atender despesas com projetos de pesquisas, realização de eventos e cursos em várias Universidades, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.826.
Anote-se - Arquivo-se.

414/91: De autoria do Deputado Carlos Simões, que denomina de João Francisco Siqueira, a PR-281 que liga o município de Antônio Olinto A BR-476, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.827.
Anote-se - Arquivo-se.

430/91: De autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que denomina Rodovia Humberto Miguel da Silva, a Rodovia PR-272, ligando Tomazina a Siqueira Campos, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.828.
Anote-se - Arquivo-se.

483/91: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Ponta Grossa, os imóveis que específica, situados à Praça Roosevelt, n° 17, na sede do referido município, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.829.
Anote-se - Arquivo-se.

121/91: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que denomina "Escola Estadual José Fressato", o estabelecimento educacional situado na rua Nova Londrina, n° 30, Vila São José, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.830.
Anote-se - Arquivo-se.

485/91: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, o imóvel que específica, situado em Renascença, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.831.
Anote-se - Arquivo-se.

496/91: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 996.964.000,00, ao orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.832.
Anote-se - Arquivo-se.

491/91: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de São João do Triunfo, o imóvel que específica, o qual convertido em Lei o n° 9.833.
Anote-se - Arquivo-se.

Sob o n° 1.256/91, do Senhor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta, a partir de 1° de janeiro e 1° de fevereiro de 1992, os vencimentos dos membros integrantes do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado.
Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n° 1.257/91, do Senhor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta, a partir de 1° de janeiro e 1° de fevereiro de 1992, os vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado.
Ao Conhecimento da Casa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA PODER JUDICIÁRIO

Curitiba, em 09.12.91.

N° 127/91

G.P.

D.E.F.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1° de janeiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

A medida ora encaminhada a essa augusta Casa de Leis reflete a constante preocupação do Poder Judiciário no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração de seus funcionários em níveis justos

e atualizados, isto em perfeita igualdade de tratamento dispensado aos servidores dos demais Poderes.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

(a) LUIZ RENATO PEDROSO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, do Poder Judiciário, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em dezembro de 1991, ficam reajustadas conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de janeiro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I desta Lei;

II - a partir de 1º de fevereiro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta Lei.

Art. 2º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado a partir de 1º de janeiro de 1992, em Cr\$ 618,81 (seiscentos e dezoito cruzeiros e oitenta e um centavos) e a partir de 1º de fevereiro de 1992 em Cr\$ 825,08 (oitocentos e vinte e cinco cruzeiros e oito centavos).

Art. 3º - O valor da Pensão Especial fica reajustado nos mesmos percentuais atribuídos pela presente lei, de forma a preservar a proporção estabelecida pelo art. 260, da Lei nº 6.174/70.

Art. 4º - Os valores das gratificações de produtividade, ficam reajustados em 100% (cem por cento), sendo 50% (cinquenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 1992, sobre os valores vigentes em dezembro de 1991 e 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), a partir de 1º de fevereiro de 1992, sobre os valores vigentes em janeiro de 1992.

Art. 5º - Os valores das gratificações de representação de gabinete, ficam reajustados em 135,5% (cento e trinta e cinco vírgula cinco por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - a partir de 1º de janeiro de 1992, 76,63% (setenta e seis vírgula sessenta e três por cento), sobre os valores vigentes em dezembro de 1991; e

II - a partir de 1º de fevereiro de 1992, 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1992.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do

artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias, dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a vigor a partir de 1º de janeiro de 1992.

TABELA I

NÍVEL	VALOR
01	229.843,51
02	216.051,86
03	202.262,30
04	188.470,52
05	174.682,33
06	168.831,92
07	157.110,24
08	114.260,62
09	103.546,94
10	92.838,05
11	82.121,00
12	71.410,73

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	303.115,26
II	285.159,71
III	266.740,09

TABELA III SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T. TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NÍVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 H. SEMANAIS	40 H. SEMANAIS
01	737.907,84	983.877,12
02	670.775,04	894.366,72
03	609.767,04	813.024,00
04	554.315,52	739.088,64
05	503.936,64	671.915,52
06	419.965,44	559.954,56
07	349.969,92	466.627,20
08	291.651,84	388.869,12
09	243.050,88	324.067,20
10	211.317,12	281.756,16
11	183.763,20	245.016,96
12	159.788,16	213.050,88
13	138.948,48	185.264,64
14	115.806,72	154.410,24
15	109.537,92	146.050,56

TABELA IV
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE ALÇADA

NÍVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 H. SEMANAIS	40 H. SEMANAIS
01	553.826,32	738.416,64
02	527.443,33	703.240,20
03	502.339,97	669.769,88
04	478.415,16	637.870,92
05	455.631,57	607.493,57
06	437.997,64	583.982,25
07	420.817,31	561.075,71
08	392.201,28	522.921,96
09	373.516,65	498.009,75
10	339.559,74	452.735,00
11	308.689,23	411.575,35
12	280.632,73	374.167,62
13	255.114,09	340.143,61
14	231.930,32	309.232,68
15	205.003,93	273.331,74
16	187.650,07	250.193,84

TABELA V
CARGOS EM COMISSÃO

JAN/92

SÍMBOLO	VALOR
1-C	127.494,38
2-C	117.747,44
3-C	108.693,46
4-C	100.397,78
5-C	94.373,92
6-C	88.711,48

TABELA VI
CARGOS DE DIREÇÃO E
ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	293.616,86
DAS-2	268.964,22
DAS-3	247.916,69
DAS-4	219.292,82
DAS-5	197.561,06

TABELA VII
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	11.921,02
2-F	10.119,69
3-F	8.923,68
4-F	7.163,03
5-F	6.546,31

ANEXO II

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias, dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a vigor a partir de 1º de fevereiro de 1992.

TABELA I

NÍVEL	VALOR
01	306.458,01
02	288.069,15
03	269.683,07
04	251.294,03
05	232.909,77
06	225.109,22
07	209.480,32
08	152.347,49
09	138.062,59
10	123.784,06
11	109.494,66
12	95.214,31

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	404.153,68
II	380.212,94
III	355.653,45

TABELA III
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NÍVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 H. SEMANAIS	40 H. SEMANAIS
01	983.877,12	1.311.836,16
02	894.366,72	1.192.488,96
03	813.022,72	1.084.032,00
04	739.087,36	985.451,52
05	671.915,52	895.887,36
06	559.953,92	746.606,08
07	466.626,56	622.169,60
08	388.869,12	518.492,16
09	324.067,84	432.089,60
10	281.756,16	375.674,88
11	245.017,60	326.689,28
12	213.050,88	284.067,84
13	185.264,64	247.019,52
14	154.408,96	205.880,32
15	146.050,56	194.734,08

TABELA IV
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE ALÇADA

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Gabinete nº 1220

Curitiba, em 09.12.91.

Senhor Presidente.

Honra-me apresentar a Vossa Excelência, com base no disposto pelos artigos 127, § 2º, da Constituição Federal, e 114, § 2º, da Carta Paranaense, o incluso projeto de lei onde se concedem reajustes salariais aos servidores do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, a vigerem nos meses de janeiro e fevereiro de 1992, conforme justificativa anexa.

Esperando obter o necessário beneplácito dessa augusta Casa de Leis, valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço, a par de minha especial consideração.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARÃES

Procurador Geral de Justiça

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o Quadro Próprio de Pessoal da Secretaria Geral de Justiça é regido pela Lei nº 9216, de 26 de março de 1990, que veio a estruturar os cargos e funções regidos tanto pelo regime estatutário quanto pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Na sistemática adotada neste Projeto de Lei, mantém-se o diferencial, hoje existente, entre o Quadro do Pessoal do Poder Executivo e o Quadro da Procuradoria Geral de Justiça, de 46,54% (quarenta e seis vírgula cinquenta e quatro por cento), previsto na precitada lei. É oportuno esclarecer que a repercussão financeira na folha de pagamento do mês de fevereiro de 1992, relativamente a do fluente mês de dezembro, será da ordem de 0,09%.

Em síntese, são estas as razões que impelem a apresentação da matéria sob exame.

PROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, vigentes em dezembro de 1991, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de janeiro de 1992, na forma da Tabela que constitui o Anexo I, desta Lei, mantida a estrutura definida pela Lei nº 9216, de 26 de março de 1990;

II - a partir de 1º de fevereiro de 1992, na forma da Tabela que constitui o Anexo II desta Lei, mantida a estrutura definida pela Lei nº 9216, de 26 de março

TABELA V
CARGOS EM COMISSÃO

FEV/92

SÍMBOLO	VALOR
1-C	169.992,51
2-C	156.996,58
3-C	144.924,62
4-C	133.863,71
5-C	125.831,89
6-C	118.281,97

TABELA VI
CARGOS DE DIREÇÃO E
ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	391.489,15
DAS-2	358.618,97
DAS-3	330.555,58
DAS-4	292.390,43
DAS-5	263.414,75

TABELA VII
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	15.894,69
2-F	13.492,92
3-F	11.898,24
4-F	9.550,70
5-F	8.728,41

de 1990.

Art. 2º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 618,81 (seiscentos e dezoito cruzeiros e oitenta e um centavos), a partir de 1º de janeiro de 1992 e em Cr\$ 825,08 (oitocentos e vinte e cinco cruzeiros e oito centavos), a partir de 1º de fevereiro de 1992 e o valor da Pensão Especial para Cr\$ 11.031,78 (onze mil, trinta e um cruzeiros e setenta e oito centavos), a partir de 1º de janeiro de 1992 e em Cr\$ 14.709,04 (quatorze mil, setecentos e nove cruzeiros e quatro centavos), a partir de 1º de fevereiro de 1992.

Art. 3º - Fica fixado o valor único da Gratificação de Produtividade em Cr\$ 19.293,00 (dezenove mil, duzentos e noventa e três cruzeiros), a partir de 1º de janeiro de 1992 e em Cr\$ 25.724,00 (vinte e cinco mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros), a partir de 1º de fevereiro de 1992.

Art. 4º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados em 135,5% (cento e trinta e cinco vírgula cinco por cento), obedecido o seguinte escalonamento:

I - a partir de 1º de janeiro de 1992, 76,63% (setenta e seis vírgula sessenta e três por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1991;

II - a partir de 1º de fevereiro de 1992, 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1992.

Art. 5º - A despesa decorrente da execução desta Lei, correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no art. 1º, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I
TABELA DE VENCIMENTOS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÍVEL	VALOR
01	351.786,86
02	330.679,66
03	309.572,45
04	288.465,21
05	267.358,00
06	246.250,08
07	225.143,59
08	204.036,38
09	197.000,66
10	182.929,17
11	161.821,97
12	140.714,76

ANEXO II
TABELA DE VENCIMENTOS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NÍVEL	VALOR
01	469.049,15
02	440.906,21
03	412.763,27
04	384.620,28
05	356.477,34
06	328.334,40
07	300.191,45
08	272.048,51
09	262.667,54
10	243.905,56
11	215.762,62
12	187.619,68

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3416

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei nº 441/91.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO Nº 3409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, Dispensa de Discussão e Votação da Redação Final aos projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 3411

Senhor Presidente.

O Deputado autor do Projeto de Lei nº 524/91, que subscreve o presente, REQUER a retirada da Ordem do Dia da referida Proposição, por quatro sessões.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 3390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, tendo ouvido o Plenário, seja anexado ao Projeto de Resolução nº 083/91, a documentação constante no Projeto de Lei nº 407/91, que cria o Município de RIO NOVO.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) EDSON SILVA LINO

REQUERIMENTO Nº 3392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, tendo ouvido o Plenário, seja anexado ao Projeto de Resolução nº 084/91, a documentação constante no Projeto de Lei nº 402/91, que cria o Município de JACUTINGA.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) EDSON SILVA LINO

REQUERIMENTO Nº 3393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, tendo ouvido o Plenário, seja anexado ao Projeto de Resolução nº 080/91, a documentação constante no Projeto de Lei nº 256/91, que cria o Município de ARIRANHA.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) EDSON SILVA LINO

REQUERIMENTO Nº 3394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, tendo ouvido o Plenário, seja anexado ao Projeto de Resolução nº 081/91, a documentação constante no Projeto de Lei nº 238/91, que cria o Município de ARAPUAN.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) EDSON SILVA LINO

REQUERIMENTO Nº 3395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, tendo ouvido o Plenário, seja anexado ao Projeto de Resolução nº 079/91, a documentação constante no Projeto de Lei nº 133/91, que cria o Município de TERESA CRISTINA.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) EDSON SILVA LINO

REQUERIMENTO Nº 3415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 3418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições contidas no Art. 81 do Regimento Interno, REQUER a

prorrogação da presente sessão por mais duas (02) horas.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 3402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 429/91, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 9441, de novembro de 1990, que criou o Município de Honório Serpa, constante do item 06 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) GERALDO CARTARIO

REQUERIMENTO Nº 3419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, conforme dispõe o Art. 209 do Regimento Interno, REQUER a votação em separado da Emenda nº 754, ao Projeto de Lei nº 440/91, emenda esta de sua autoria, que concede recursos à UNIOESTE, bem como o Substitutivo da Emenda.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento: João Arruïda, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Albino Corazza, Carlos Simões, Duílio Genari, Alceu Swarowski, José Afonso Júnior, Neivo Beraldin, Elio Rusch, Eurides Moura, Edson Silva Lino, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Rossoni, Cezar Silvestri, Ovídio Constantino e Ernani Pudell.

REQUERIMENTO Nº 3420

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, DESTAQUE para a votação das Emendas nºs 929 a 933/91, ao Orçamento Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) MARIO BEZERRA

Apoiamento: Renato Adur, Domingos Carvalho, José Alves, Ademar Traiano, Rossoni, Lourenço Fregone-se, Ernani Pudell, Eurides Moura, Erondy Silvério, Dr. Rosinha, Albino Corazza, Severino Félix, Algaci Túlio, Nelson Garcia, Paulo Maia, Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Alceu Swarowski, Cezar Silvestri e José Afonso Júnior.

REQUERIMENTO Nº 3421

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, com fulcro no disposto no Art. 171 do Regimento Interno e após ouvido o Plenário, DESTAQUE para votação individualizada às emendas n°s 780 a 784, 786, 793 e 794 ao Projeto de Lei n° 440/91, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado, para o exercício financeiro de 1992.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(aa) DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Algaci Túlio, Domingos Carvalho, Rossoni, José Afonso Júnior, Nelson Garcia, Albino Corazza, Mário Bezerra, Paulo Maia, José Tavares, Alceu Swarowski, Ademar Traiano, José Alves, João Preis, Lourenço Fregonese e Cezar Silvestri.

REQUERIMENTO N° 3410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembléia Legislativa, o artigo de sua autoria, publicado nos jornais desta Capital, no último domingo, dia 08 de dezembro de 1991, cuja cópia anexamos.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 3398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de telex ao Sr. Prefeito de Londrina, formulando apelo para que reconsidere sua decisão de não permitir pousos e decolagens de aviões Bandeirante no aeroporto daquela cidade.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO N° 3384

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhes são conferidas, REQUEREM, com base no disposto no Art. 55 da Constituição do Estado, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Secretário de Estado da Administração, solicitando o envio a este Legislativo, de cópia do laudo de avaliação da estrutura física das obras do Fórum da Comarca de Curitiba, recentemente realizada pelo Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(aa) ERNANI PUDELL
DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 3403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião, no sentido de promover estudos para determinar seja efetuado o pagamento a todo o funcionalismo do Estado, até o dia 20 do corrente.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O funcionalismo do Estado, ao longo do exercício de 1991, conviveu com uma inflação que passou dos 380%, número jamais visto no Estado do Paraná.

Com o cronograma anunciado para o pagamento do mês de dezembro a ser efetuado dias 27 e 30, o funcionalismo ficará privado das festas natalinas, o que sem dúvida será um retrocesso total. Entendemos ser este um veemente apelo, que temos absoluta certeza, será acolhido pelo Sr. Governador Roberto Requião, pois o dinheiro aplicado entre os dias 20 e 27 muito pouco vai render ao Estado, por coincidir com o final de semana e o feriado de Natal.

REQUERIMENTO N° 3424

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, DESTAQUE para a votação da Emenda n° 841, de autoria do Deputado Anibal Khury, apresentada ao Orçamento Geral do Estado para 1992.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

Apoiamento: Ademar Traiano, João Arruda, José Alves, Lourenço Fregonese, Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Cezar Silvestri, Emília Belinati, Nelson Justus, Antônio Annibelli, Rossoni, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Elio Rusch, Ernani Pudell e Basílio Zanusso.

REQUERIMENTO N° 3425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER DESTAQUE na votação das Emendas n°s 404, 405, 407 e 412, apresentadas pelo Requerente, ao Projeto de Lei n° 440/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 78/91, que trata do Orçamento Fiscal do Estado do Paraná para o ano de 1992.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Apoiamento: João Iensen, Nelson Justus, Arlindo Troian, Rossoni, José Alves, Colombino Grassano, Ademar Traiano, Albino Corazza, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Emília Belinati, Basílio Zanusso, Mário Bezerra, Elio Rusch, Cezar Silvestri e Paulo Maia.

REQUERIMENTO Nº 3422

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, Destaque para votação da emenda 588, ao Orçamento Geral do Estado, que estabelece recursos para a UNIVALE, bem como o Substitutivo das Emendas nºs 588 e 778/91.

Sala das Sessões, em 09.12.91

(aa) JOÃO ARRUDA
e ADEMAR TRAIANO.

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Annibelli, Duílio Genari, Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Algaci Túlio, Tadeu Lúcio Machado, João Iensen, Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Emília Belinati, Paulo Maia, Doutor Rosinha, Nelson Justus, Dalton Machuca, Mário Bezerra, Elio Rusch, Basílio Zanusso e Arlindo Troian.

REQUERIMENTO Nº 3423

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a votação da Emenda nº 778 de autoria do Deputado Antônio Annibelli, ao Projeto de Lei nº 440/91, oriundo da Mensagem Governamental nº 78/91 (Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1992), conforme prevê o artigo 209 do Regimento Interno. "Art. 209 - A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, da Emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento".

Sala das Sessões, em 09.12.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento: João Arruda, Plauto Miró Guimarães, Ovídio Constantino, Costenaro Neto, Neivo Berldin, Ademar Traiano, Dirceu Manfrinato, José Alves, Tadeu Lúcio Machado, Algaci Túlio, Emília Belinati, Albino Corazza, Edson Silva Lino, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Cezar Silvestri, Paulo Maia, Al-

ceu Swarowski, Toti Colaço e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda nº 778 não consta do Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Orçamento. A Universidade Estadual do Vale do Iguaçu está perfeitamente legalizada segundo informa a Comissão Organizadora. Tanto é verdade que a documentação anexa atesta com profundidade. Hoje mesmo consta da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 515/91, Mensagem Governamental nº 119/91, que transforma a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia-SETI, onde vemos às fls. 03 (xerox anexo), a Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, como vinculada à nova Secretaria, constante da letra f, do inciso I do artigo 4º da referida Mensagem, onde não consta a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras (FAFI) de União da Vitória por ter sido incorporada à Univale. Com isso, ficou perfeitamente caracterizada a existência legal da Universidade do Vale do Iguaçu com a consequente incorporação da FAFI.

Como a Emenda nº 778 não consta do parecer da Comissão de Orçamento, nem na coluna das aprovadas, tão pouco foi mencionada na relação das rejeitadas, acreditamos tenha havido erro de datilografia ou outro engano que compreendemos perfeitamente dado ao grande volume de Emendas e o trabalho estafante da Comissão.

Esperamos a compreensão e a aprovação da aludida Emenda para que possa a Univale tornar-se realidade.

REQUERIMENTO Nº 3396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja feito a consignação na ata dos trabalhos de hoje, o voto de profundo pesar pelo falecimento do artista plástico Ricardo Krüger, ocorrido em 02 de dezembro do ano em curso, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.12.91

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

Na data de 02.12.91, a Capital do Estado do Paraná, perdeu um de seus mais nobres artistas plásticos, o Senhor Ricardo Krüger, que no decorrer de sua vida sempre representou o Estado do Paraná, com a máxima competência e hombridade que lhe era costumeira.

E portanto motivo de profundo pesar para esta Casa, associar-se as condolências que fazemos nesta data à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 3404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Almarico Thomasi, ocorrido dia 02/12 em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 09.12.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 89 anos faleceu na cidade de União da Vitória, o Sr. Almarico Thomasi.

O extinto que era empresário, pecuarista membro de tradicional família do Município de União da Vitória, deixou viúva Dona Maria, deixou a filha Almeri, casada com o Dr. Wladimir Keppen, netos e bisnetos.

O passamento de Almarico Thomasi veio abrir enorme lacuna no seio da família, bom como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo, Almarico.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Ele se foi num adeus eterno, mas deixou o exemplo de sua bondade como esposo, pai, avô e bisavô exemplar, com sua vida consagrada a Deus, a família e aos amigos, cuja vida extinguiu-se aqui na terra para germinar no céu e como lírio florescer eternamente diante de Deus.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Thomasi, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Paraná Clube, pela conquista do Título de Campeão Paranaense de Futebol, ocorrido no dia de ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.12.91

(a) ERONDY SILVERIO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo hoje à frente de sua presidência, o Sr. Aramis Tissot, muito bem assessorado por seus colaboradores, o Paraná Clube vem apresentando cada vez mais um progresso digno de sua diretoria, que colaboraram para que o Paraná Clube chegasse

a conquista do Título Máximo de Campeão Paranaense de Futebol de 1991, fazendo com que seus torcedores sintam-se recompensados pelo crescimento e desenvolvimento deste clube, que reflete o trabalho de todos que lá labutam.

REQUERIMENTO Nº 3388

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, o registro de um voto de congratulações pelo Jubileu de Ouro da Paróquia Senhor Bom Jesus da Cana Verde, do município de Quitandinha, na Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 09.12.91

(a) GERALDO CARTARIO.

JUSTIFICATIVA:

Criada dia 02 de maio de 1941 e instalada dia 29 de junho do mesmo ano, a Paróquia Senhor Bom Jesus da Cana Verde, pertencente ao município de Quitandinha, na Região Metropolitana de Curitiba, está comemorando este ano seu Jubileu de Ouro.

Atualmente, a referida paróquia possui 26 comunidades de culto, escolas e capelas, tendo passado por ali os seguintes párocos: padre Francisco Starzinski (1941 a 1954), padre Alberto Rogaczewski (1954 a 1956), padre Antônio Paterek (1956 a 1960), padre Miguel Mickosz (1961 a 1984) e padre Aleixo Kochinski (em exercício deste 1984).

Quitandinha, a 60 quilômetros de Curitiba, tem aproximadamente 14.500 habitantes e 478 quilômetros quadrados de superfície.

A paróquia Senhor Bom Jesus da Cana Verde é uma das mais famosas do Paraná e tornou-se conhecida pela grande afluência de fiéis nas suas manifestações de fé e religiosidade.

Por tais motivos, esperamos a aprovação deste requerimento de congratulações à jubilada paróquia, extensivas à laboriosa população de Quitandinha.

REQUERIMENTO Nº 3412

Senhor Presidente.

O Deputado Renato Adur, que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência que, após consultado este Douto Plenário, seja aprovado e inserido na Ata dos Trabalhos desta Sessão, uma moção de Voto de Congratulações à Direção do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, a ser-lhe comunicada, pelo transcurso do 10º aniversário, quarta-feira próxima, dia 11 da primeira turma de engenheiros-industriais nas modalidades elétrica, eletrônica e telecomunicações, formada por essa conceituada instituição educacional.

Sala das Sessões, em 09.12.91

(a) RENATO ADUR.

JUSTIFICATIVA:

No final da década de 70, o Centro Federal de Educação tecnológica abria aos estudantes do Paraná as portas de um curso de Engenharia Industrial Elétrica. O curso, que proporciona aos estudantes uma profissão eminentemente prática, tem como finalidade melhorar o desempenho de homens e máquinas através do aperfeiçoamento das linhas de produção de um complexo fabril, além de diversos outros itens relacionados à profissão que, inclusive, pode ser realizado em diversos tipos de empresas.

Colhendo, com o passar dos anos, as experiências de um novo curso e aplicando-as na melhoria do ensino ministrado, o CEFET - PR recebeu da comunidade, devido ao esforço e a dedicação de seus funcionários e professores, o título de instituição modelo de ensino pelos bons profissionais que coloca no nosso competitivo mercado de trabalho. O curso de Engenharia Industrial Elétrica é por exemplo, considerado pelas especializadas na área, como categoria cinco estrelas, fato que vem se repetindo ano a ano.

Como a formação que recebem nos bancos escolares do CEFET - PR onde assistem à cerca de 4.680 horas-aulas, das quais 1840 são práticas, realizadas em laboratórios e oficinas, além das 360 horas de estágio desenvolvido em indústrias da região, os estudantes de engenharia que se formam no Centro Federal de Educação Tecnológica são totalmente absorvidos pelo nosso mercado de trabalho, conforme atestam as estatísticas freqüentemente realizadas pela Escola.

Nesta quarta-feira, dia 11, Dia do Engenheiro, quando a primeira turma de engenheiros industriais elétricos formados pelo CEFET-PR comemora os dez anos de formatura, é mais do que justo homenagear estes profissionais que hoje tanto vêm contribuindo para divulgar o nome da instituição que os formou. Desenvolvendo suas atividades em renomadas empresas do Estado e de nível nacional, como COPEL, TELEPAR, EQUITEL, EMBRATEL, PETROBRAS, TELEBRAS, BANESTADO, etc.; e na iniciativa privada (muitos já trabalharam no exterior por vários anos).

A direção do CEFET e a todos os formandos, os nossos mais efusivos cumprimentos!

REQUERIMENTO Nº 3414

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata, Votos de Congratulações ao PARANÁ CLUBE, pela conquista

do Campeonato Paranaense de Futebol, no dia 08 de dezembro próximo passado.

Resultado de uma sonhada fusão entre o Colorado e o Pinheiros, consolidada em 1989, o Paraná Clube, com apenas dois anos de existência, já conquista o Campeonato Paranaense, evidenciando o grande preparo de seus atletas e dedicação de seus diretores.

Também foi fundamental o grande apoio do quadro de associados e dos inúmeros torcedores do Paraná Clube, que o acompanharam durante todos os momentos da vitoriosa caminhada em direção ao título de Campeão Paranaense.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Presidente do Clube, Aramis Tissot.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 3389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de apoio à EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica, pela conquista do mercado internacional de aeronaves.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER, é reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade e segurança de seus produtos. Não fosse assim, jamais teria recebido da fábrica norte-americana Piper, autorização e repasse de tecnologia para produzir aqui aeronaves idênticas às produzidas nos Estados Unidos. Seguindo o desafio natural que este segmento de mercado impõe, a EMBRAER - sob a direção de Osires Silva - projetou e construiu a aeronave que conhecemos como "Bandeirante". Esses aviões, com plaquetas da indústria brasileira, voam em muitos países do mundo, inclusive Estados Unidos e Europa. Ocorre que, um avião "incaível", como diria o nosso Ministro do Trabalho, jamais foi, poderá ou será construído. Privado de um vôo natural, o homem teve que recorrer a meios mecânicos que, por isto, são falíveis. Ainda que os limites de um vôo sejam levados ao extremo pela tecnologia e pela ciência aeronáutica, sempre haverá no comando um ser humano que falha e comete erros de pilotagem. Portanto, um avião raramente é culpado pelo acidente. Nas estatísticas, a falha humana ganha longe dos problemas mecânicos ou meteorológicos.

A EMBRAER não parou nos "Bandeirante". Vieram o monomotor "Tucano", o jato "Xavante", o executivo "Xingu" e o hoje ponteiro de linha "Brasília". Todas estas aeronaves, testadas em países de latitudes e climas diferentes, foram aprovadas e

compõem o quadro de produtos competitivos da EMBRAER, nesse estreito e fechadíssimo clube que é a aviação internacional. Neste momento, a EMBRAER trabalha em convênio com a AERITALIA, na produção do caça AMX e já colocou em voo protótipos de uma aeronave executiva de retro-propulsão.

Por estas e outras muitas razões, a maioria de ordem técnica, é que requeremos um voto de apoio à EMBRAER, na pessoa de seu Diretor-Presidente, engenheiro e piloto Ozires Silva. Nas entrelinhas deste requerimento, pincelamos um desagravo àquela empresa, por suspeitas leigas e infundadas sobre as operações das aeronaves "Bandeirante", em nosso Estado, a nível de segurança de voo. Quem não sabe voar, não decola sobre um assunto.

REQUERIMENTO Nº 3381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração do Paraná, Senhor Luiz Gastão de Alencar S. de Carvalho, para que proceda à reativação dos serviços de perícia médica dos servidores públicos estaduais em Londrina.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Londrina é município pólo de uma região que comporta, depois da própria capital, o maior número de servidores públicos estaduais. Contrariando a lógica necessitaria a uma boa prestação de serviços públicos, o Estado, ao invés de incrementar os serviços de perícia médica no Estado, de modo a aprimorar o gerenciamento dos seus recursos humanos, visando o atendimento do interesse público, desativa o posto em Londrina. Agora, os servidores interessados pela perícia médica têm de se deslocar para Apucarana, perdendo todo um dia de trabalho, e, em última análise, desatendendo a população, em notória inconveniência da medida adotada. Necessário se faz, portanto, que se oficie ao titular da Pasta da Administração para que sejam retomados os serviços de Perícia Médica em Londrina.

Entendemos que, se houve necessidade de exoneração de uma equipe médica que procedia à perícia, existe também o dever indeclinável e inquestionável de parte da administração competente, em respeito ao contribuinte do IPE, de nomear outra equipe para exercer a perícia médica em Londrina.

REQUERIMENTO Nº 3382

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimen-

tais, REQUEREM o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Goldemberg, Ministro da Educação, solicitando o cumprimento do acordo firmado entre esse Ministério e a FASUBRA - Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, o SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º a 2º Grau e a ANDEF - Sindicato Nacional dos Docentes das Escolas Federais de 1º e 2º Grau, para que não se confirme o descaso do Governo Federal em relação aos servidores das IFES, submetidos ao maior arrocho salarial da história do funcionalismo público da União.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(aa) DR. ROSINHA,
OVIDIO CONSTANTINO,
ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Os termos do acordo firmado previam a reformulação do Plano de Cargos e Salários, o Puccre, nos termos da Lei n. 7591, ou seja, mantendo-se o "step" de 5% e a correlação entre carreiras, além do atendimento a inúmeras outras reivindicações dos servidores.

A gravidade da situação se traduz na aposentadoria precoce de um grande contingente de servidores altamente qualificados, que desmotivados pelos baixos salários e falta de incentivos funcionais, optam pela aposentadoria proporcional, inclusive, como forma de preservarem algumas conquistas que lhes restam.

O acordo prevê que o não cumprimento do plano de trabalho por parte de qualquer dos signatários configura o rompimento do acordo. Portanto o Ministério da Educação será o responsável se nova greve for deflagrada.

REQUERIMENTO Nº 3383

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, envio de expediente (FAX) ao Governador Roberto Requião e ao Secretário da Administração, Luiz Franco Gastão de Carvalho, solicitando que o Governo do Estado reveja sua posição de punir os funcionários públicos paranaenses que aderiram ao dia de protesto contra a política salarial do Governo do Estado, realizado em 26.11.91, conforme anúncio efetuado pelo Secretário da Administração, que afirmou que os Servidores sofrerão o desconto pela paralisação no salário de Dezembro de 1991, e Requer seja dada ciência do presente aos Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(aa) DR. ROSINHA,
ERNANI PUDELL,
OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 9º, da Constituição Federal assegura o direito de greve a todos os trabalhadores. Ao punir os Servidores Públicos do Estado, o Governo Estadual está inibindo o direito da livre manifestação, o direito de greve. Há poucos dias assistimos boa parte dos Prefeitos do País fecharem as portas das Prefeituras em protesto contra o Emendão do Governo Federal. A atitude do Governador Roberto Requião de punir os Servidores em greve mancha seu passado (que ele próprio diz ter) de luta ao lado dos trabalhadores. É bom que se diga que a paralisação só ocorreu num único dia e que praticamente inexistiram prejuízos ao Serviço Público, razão pela qual contamos com a aprovação deste pedido.

REQUERIMENTO Nº 3387

SOMULA: REQUER envio deste Expediente as autoridades abaixo relacionadas, objetivando, ou que o Governo autorize com urgência máxima a compra da safra de feijão, ou o Governo libere recursos para a prática do EGF - Empréstimo do Governo Federal -, com opção de venda. São as seguintes as autoridades: 1) Excelentíssimo Senhor Antônio Cabrera, Digníssimo Ministro de Estado da Agricultura; 2) Ilustríssimo Senhor Luiz Antônio Fayet, Digníssimo Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente às autoridades acima mencionadas, objetivando a entrada imediata do Governo no mercado para a compra da safra de feijão, garantindo para agora o preço mínimo de Cr\$ 21.186,00 (vinte e um mil, cento e oitenta e seis cruzeiros), ou então que libere recursos para a prática do EGF - Empréstimo do Governo Federal com opção de venda, evitando assim maiores prejuízos ao já descapitalizado produtor rural.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O Sudoeste do Paraná começa a colher a sua safra de feijão, cultura esta exclusiva das pequenas propriedades rurais, e, infelizmente, o agricultor começa a ter de amargar mais uma frustração: o preço mínimo fixado pelo Governo é de Cr\$ 21.186,00 (vinte e um mil, cento e oitenta e seis cruzeiros), com a sua entrada no mercado prevista para os meses de janeiro e fevereiro, de acordo com o Senhor Ministro de Estado da Agricultura. Como a safra está sendo colhida agora, o produtor, para po-

der saldar os seus compromissos, está tendo que vender sua produção por valores entre Cr\$ 8.000 (oito mil cruzeiros) e Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros). Nos meses de janeiro e fevereiro, data prevista para entrada do Governo no mercado, a safra já estará praticamente vendida a grupos que determinarão o preço do produto.

O Sudoeste do Estado está prevendo uma produção em torno de 1,3 milhões de sacas de feijão, o que representaria, com base no valor mínimo oficial, perto de 24 (vinte e quatro) bilhões de cruzeiros. A persistirem os preços praticados no momento, se comparados ao valor mínimo oficial estipulado, chegaremos a conclusão de que os prejuízos à nação e aos municípios são extraordinários: em torno de 1,6 bilhões de cruzeiros deixarão de entrar nos cofres públicos.

Assim sendo, visando solucionar o problema em questão, estamos requerendo a tomada de imediatas providências no sentido de solucionar o problema: ou que o Governo autorize a compra da safra de feijão de imediato, ou que libere os recursos do EGF - Empréstimo do Governo Federal, com opção de venda.

Neste sentido contamos com o inestimável apoio dos nobres pares.

REQUERIMENTO Nº 3405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, envio de expediente ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello, ao Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, ao Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao Presidente do Banco do Brasil, Lafaete Coutinho, e ao Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Luiz Antônio Fayet, solicitando que o Governo autorize a compra da safra de feijão ou então que libere recursos para a prática do E.G.F. (Empréstimo do Governo Federal), com a opção de venda.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O produtor rural neste país sofre pelas constantes frustrações de safras e ainda pela falta de uma política agrícola que venha contemplar suas reais necessidades.

No Paraná, especificamente na região sudoeste, tem início a colheita do feijão, cultura esta que é desenvolvida exclusivamente por pequenos agricultores, e já se desenha mais um petardo naqueles que produzem um dos alimentos básicos da população: o preço fixado pelo Governo é de Cr\$ 21.186,00 porém o produtor, acossado por dívidas e compromissos, é forçado a vender

seu produto por valores que variam entre Cr\$ 8.000,00 e 14.000,00. Existem os recursos para o EGF (Empréstimo do Governo Federal), porém sem opção de venda, o que acomete em risco alto para quem opta pelo sistema.

O Ministério da Agricultura se pronunciou informando que o Governo entrará no mercado nos meses de janeiro ou fevereiro o que acarretará em diversos prejuízos, pois nesse período a safra estará quase toda nas mãos de grupos que determinarão então o preço do produto. Outro prejuízo será para os cofres públicos dos municípios e por conseguinte à nação: se analisarmos a diferença entre o preço mínimo e o valor praticado no momento pelo mercado, chegaremos aos valores desse prejuízo.

Estas são as justificativas ao solicitado.

OBS: Anexo cópia do ofício nº 209/91, Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense- AMSOP.

REQUERIMENTO Nº 3406

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo do Estado à Secretaria dos Transportes, solicitando sejam concluídas as obras para as galerias de água pluviais no Rio Pacotuba.

De grande importância para Almirante Tamandaré, não foram concluídas as obras das galerias pluviais no Rio Pacotuba, na Rua Raquel de Siqueira, onde também se encontram paralisadas as obras da Rodovia Contorno Norte, ligando os municípios de Almirante Tamandaré e Colombo.

A Rua Raquel Cândido constitui-se numa via auxiliar para "desafogamento" do tráfego de veículos na Rua Principal. Lamentavelmente, essa Rua está interditada no trecho entre as Ruas Ataíde de Siqueira e João Cândido de Oliveira (prolongamento da Rua Pedro Teixeira Alves) pela interrupção das obras na referida galeria.

Por esta razão, esperamos um pronunciamento urgente da Secretaria Estadual dos Transportes, quanto à retomada e conclusão das obras nas galerias de águas pluviais no Rio Pacotuba.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 3407

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Doutor Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo do Estado à Secretaria dos Transportes, solicitando a instalação de 35 (trinta e cinco) coberturas de cimento para abrigo

Curitiba, segunda, em 09.12.91

em pontos de ônibus, padrão DER-PR, nas seguintes localidades: Jardim Graziela (12); Jardim Paraíso (06); Via Gramado/Jardim Roma (06); Av. Antônio Johnson, prolongamento da Av. Anita Garibaldi (08) e Via Prado (03), no município de Almirante Tamandaré.

Constituindo a linha de ônibus intermunicipal Curitiba/Almirante Tamandaré, os pontos destacados não possuem cobertura e, em razão disso, os usuários permanecem expostos aos efeitos naturais (chuva, vento, sol), durante grande tempo.

A instalação dos referidos abrigos viaria efetivar importante reivindicação da população Tamandareense.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 3413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Senhor Osmar Dias, solicitando informações quanto aos ofícios de nºs 1481/91, 1485/91, 1536/91, 1538/91, 1544/91 e 1546/91, da referida Secretaria, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 3654, de 04 de dezembro do corrente, no setor referente aos "Despachos do Governador", acerca da forma como será efetuada a compra dos animais, quem será o fornecedor, qual o valor a ser pago e quais os critérios a serem utilizados na distribuição dos mesmos.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A preocupação existe em razão de não estar mencionado nos despachos a forma como serão adquiridos os animais, qual o fornecedor, os valores da compra, e, principalmente, quais as regiões que os receberão e quais os critérios que serão utilizados na distribuição dos mesmos.

É necessário que os componentes da administração do Governador Requião estejam sintomatizados com as idéias de "administração transparente" que prega o dirigente do Poder Executivo.

REQUERIMENTO Nº 3408

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao Poder Executivo, necessários à complementação do Projeto de Lei nº 545/91, que aprova um crédito suplementar no valor de CR\$... 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado.

da Cultura aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 545/91, ao final subscrito, REQUER, na forma prevista pelo Artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Poder Executivo, solicitando que este informe quais as produções artísticas que serão financiadas pela suplementação orçamentária pretendida e em que cidades se realizarão.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

RAFAEL GRECA DE MACEDO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Senhor Presidente.

O Poder Executivo envia a esta Casa, Mensagem solicitando aprovação de um crédito suplementar no valor de CR\$ 75.000.000,00 com destinação específica para "desenvolvimento de produções artísticas A SEREM realizadas pela Fundação Teatro Guaíra". (destacamos e grifamos).

Sem qualquer pretensão de examinar o mérito, que, a princípio, nos parece de mais alta importância cultural, estranharmos, todavia, que essa suplementação seja solicitada em final de exercício e para ser utilizada em FUTURAS produções artísticas, para o que, evidentemente, não haverá mais tempo hábil.

Em mensagem anterior (projeto de lei nº 214/91), o Poder Executivo especificou detalhadamente a destinação da verba suplementar que, naquele caso, seria para a Orquestra Sinfônica, para Ballet Teatro Guaíra e montagem da Opera Rigolletto, não gerando quaisquer dúvidas a esta Casa que a aprovou por unanimidade.

No caso em estudo tal não aconteceu e, por isso entendemos ser necessário que a presente resolução seja transformada em diligência, oficiando-se ao Poder Executivo solicitando que este informe quais as produções artísticas que serão financiadas pela suplementação orçamentária, e em que cidades se realizarão.

Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03.12.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator.

REQUERIMENTO Nº 3399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, en-

vio de expediente solicitando urgentes informações ao Banco do Estado do Paraná S.A., para que sejam prestados esclarecimentos a esta Casa sobre:

1) o montante do Capital Social atual do Banco do Estado do Paraná S.A.;

2) o número de ações preferenciais e ordinárias em que está dividido o capital.

3) o montante da participação do Governo do Estado do Paraná e empresas estatais na Capital, bem como o número de ações preferenciais e ordinárias correspondentes a esta participação.

Tais informações fazem-se necessárias para análise da solicitação de autorização para abertura de créditos suplementares à Secretaria da Fazenda a fim de que possa ser efetuada a integralização por parte do Governo do Estado em capital social do BANESTADO.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de novembro aprovou um aumento de CR\$ 19,2 bilhões passando de CR\$ 11,7 bilhões para CR\$ 30,9 bilhões.

Na suposição de que o Governo do Estado detém 90% do capital social, teria CR\$ 10,53 bilhões do capital atual.

Com a subscrição de CR\$ 4,66 bilhões que está sendo apreciada nesta Casa, sua participação passará a CR\$ 15,19 bilhões, correspondendo a 49% do novo capital, CR\$ 30,9 bilhões.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) MARIO BEZERRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 588/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ, a JOAQUIM VANHONI NETO.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

Joaquim Vanhoni Neto, filho do emérito professor Vidal Vanhoni e de Dona Valéria de Souza Vanhoni, paranaense de Paranaguá, onde nasceu em 21 de setembro de 1956, casado, advogado, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Seus estudos secundários foram feitos em Curitiba e Paranaguá, onde granjeou respeito, admiração e o carinho de todos.

Na sua trajetória funcional junto a Caixa Econômica Federal, Joaquim Vanhoni Neto, em cada cargo que passou, buscou sempre valorizar de forma essencial o Estado do Paraná, onde com perseverança, e

sem alardes conseguiu mostrar um trabalho organizado, e nesses anos todos vários benefícios foram recebidos.

Mercê de sua inteligência profunda, aliado a sua simplicidade como ser humano, conquistou em cada lugar que passou novos amigos, amigos que o estimam pela sua maneira eficiente de conduzir as coisas públicas, amigos que o admiram pela lealdade, pelo companheirismo de todas as horas, e também pela persistência na conquista das causas comuns em favor das comunidades das mais diferentes regiões do nosso Estado.

Valorizando sempre a instituição que o acolhe, Joaquim Vanhoni Neto, para cada novo servidor é considerado um exemplo de ascensão funcional, e por isso a Caixa Econômica Federal com ele torna-se mais acolhedora, angariando sempre novos clientes.

Na atualidade tem sido um dos homens públicos do Paraná que tem lutado com exclusividade para conseguir que o nosso Estado tenha o maior número possível de projetos habitacionais.

Por todos esses méritos e trabalhos, Joaquim Vanhoni Neto, merece o título que ora propomos.

Estamos enviando um Curriculum Vitae completo do Doutor Joaquim Vanhoni Neto.

PROJETO DE LEI Nº 589/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Torna obrigatório o plantio de árvores em Conjuntos Habitacionais construídos pelo Estado.

Art. 2º - O plantio e a manutenção das árvores serão feitos pelas Prefeituras dos Municípios em que foram construídos os Conjuntos Habitacionais.

Art. 3º - As mudas das árvores serão fornecidas pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná- ITCF/PR.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) SEVERINO FELIX

JUSTIFICATIVA:

A proposta aqui apresentada tem por objetivo o plantio de árvores em lugares, muitas vezes ociosos, nos Conjuntos Habitacionais construídos pelo Estado.

Tal medida irá aumentar a qualidade de vida dos moradores dos sobreditos Conjuntos Habitacionais, além de embelezar visualmente o meio ambiente.

Gozarão também desta medida proposta os transeuntes, enfim, toda a população dos Municípios em que forem construídos os Conjuntos Habitacionais pelo Estado.

Curitiba, segunda, em 09.12.91

Cumpre-nos salientar, de maneira enfática e inequívoca, os aspectos ecológicos que envolvem a questão.

Assim sendo, esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares deste Poder.

PROJETO DE LEI Nº 590/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As funções gratificadas pagas pelo Estado do Paraná a seus servidores, não poderão ser inferiores a 10% dos vencimentos básicos do cargo mais elevado da respectiva série de classes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

A função gratificada foi criada pela Lei 6.174/70 e é atribuída pelo exercício de encargos de chefia, assessoramento, secretariado e outros, para cujo desempenho não se justifica a criação de cargos em comissão.

As funções gratificadas chegaram a representar um valor significativo na remuneração do servidor que a detinha, num percentual de 28% do vencimento fixo de um Oficial de Administração no ano de 1979.

As gratificações cumpriam seu papel, como verdadeiro incentivo ao bom andamento dos trabalhos e também a finalidade do reconhecimento do desempenho do servidor.

Hoje, a função gratificada não representa mais do que 4,5% do vencimento de um Assistente de Administração.

O objetivo do referido projeto é voltar a remunerar condignamente essas atribuições de natureza especial, fazendo com que o valor das gratificações seja realmente um estímulo ao correto exercício da função, ao par de uma justa contraprestação.

Assim, esperamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 591/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a ceder o uso de parte do imóvel situado na Rua Bororós, nº 1250, Vila Izabel, nesta Capital, denominado Unidade Social Educandário Caetano Munhoz da Rocha, de propriedade da Fundação de Ação Social do Paraná- FASPAR, à Associação Paranaense Para o Desenvolvimento do Potencial Humano APADEH.

§ 1º - O APADEH utilizará parte do imóvel acima citado na seguinte forma: 04 (quatro) dormitórios grandes, 04 (quatro) salas de apoio, 02 (dois) banheiros, espaço físico e equipamentos da panificadora, as alas de madeira e alvenaria, nos fundos da Unidade, uma casa de madeira, em frente ao prédio e a totalidade da área verde existente.

§ 2º - A cessão de uso de parte de imóvel de que trata este artigo se destina a prestar atendimento ao indivíduo portador de lesão cerebral, com dificuldade de aprendizagem e comportamento de acordo com os Estatutos, encaminhados pelas Unidades da FASPAR, bem como, dar continuidade ao atendimento da clientela anteriormente existente.

Art. 2º - O imóvel objeto deste Termo de Cessão de Uso fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade devendo retornar ao patrimônio do Estado se sua destinação perecer.

Art. 3º - As partes celebrantes acordarão mediante instrumento legal as demais obrigações e direitos relativos ao Termo de Cessão de Uso a que se refere esta Lei.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.12.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A propositura de nossa medida motivou pela ordem constitucional descrita no artigo 10, da Constituição Estadual que preceitua sobre bens imóveis do Estado objetos de utilização gratuita.

Assim sendo, esperamos poder contar com o devido apoio por parte dos colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Ovídio Constantino, no Pequeno Expediente.

Antes, porém esta Casa registra as presenças do Senhor Darci Lucini, Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, Senhora Sílvia Krame, Diretora da FAPIEL, Senhor Alvaro Skiba, Vereador de Planalto e Secretário da ACAMSOP, Fermiraldo de Carli, Presidente da Comissão da Instalação da UNIVALE, Senhor Vidal Padilha Chagas, Representante do Diretório Acadêmico da FAPIEL.

A todos a satisfação em recebê-los aqui nesta Casa.

Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por inúmeros vezes já tenho ocupado esta tribuna para denunciar as injustiças que se cometem contra o pequeno produtor rural, contra os lavradores do nosso Estado e do nosso País.

Ocupo mais uma vez esta tribuna para solicitar e exigir das autoridades competentes uma coisa muito simples e necessária: direito à sobrevivência do pequeno produtor rural no Paraná e, principalmente, na região Sudoeste do nosso Estado, que vem sendo vilependiado, que vem sendo, eu diria, roubado constantemente pela forma que se implanta, se incrementa a política agrícola do nosso País.

Os últimos acontecimentos mostram que o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, tem feito contra o pequeno produtor, especificamente o produtor de feijão do nosso Estado.

Nós tivemos a oportunidade de receber da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, cujo presidente se encontra presente nesta Assembléia, nesta plenária, neste dia de hoje, a quem queremos saudar, o Prefeito Darci Lucini e as Lideranças do Sudoeste que aqui estão. Quero pedir a permissão aos Senhores Deputados para ler que aqui se justificaria ou se justifica a preocupação dos prefeitos e a preocupação da população, eu diria principalmente dos produtores de feijão do Sudoeste com relação à questão do preço do produto.

Eu passo a ler aqui, na íntegra, ofício 209/91 recebido da Associação dos municípios do Sudoeste do Paraná. (Lê):

"ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO SUDOESTE PARANAENSE - "AMSOP"

Of. n° 209/91

Francisco Beltrão, 06.12.91.

Senhor Deputado.

A AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, recorre mais uma vez à Vossa Senhoria para que seja reparada uma injustiça que vem sendo cometida contra o produtor rural, descapitalizado pelas sucessivas frustrações de safras e pela ausência de uma política séria que viabilize a atividade.

Senhor Deputado, o Sudoeste do Paraná começa a colher a sua safra de feijão, cultura exclusiva das pequenas propriedades rurais, e o agricultor amarga mais uma frustração: o preço mínimo fixado pelo Governo é de CR\$ 21.186,00, mas o produtor vende sua produção por valores entre CR\$ 8.000,00 e CR\$ 14.000,00 forçado que é por compromissos.

Existem, é verdade recursos para EGF (Empréstimo do Governo Federal), mas sem opção de venda, um risco para o produtor que optar pelo sistema.

Senhor Deputado, anunciou o Senhor Ministro Antônio Cabrera, da Agricultura,

a entrada do Governo no mercado para o mês de janeiro ou fevereiro, período em que praticamente a safra já estará vendida a grupos que determinarão então, o preço do produto.

Vale ressaltar que o Sudoeste prevê uma produção em torno de 1,3 milhão de sacas de feijão, que ao preço de hoje, com base no valor mínimo oficial, representaria perto de 24 bilhões.

Se analisarmos a diferença entre o preço mínimo e o valor praticado no momento pelo mercado, chegaremos a conclusão que os prejuízos à Nação e aos Municípios são extraordinários. Aproximadamente 1,6 bilhão que não entrarão nos cofres públicos.

Diante do exposto, solicitamos empenho de Vossa Excelência no sentido de que o Governo autoriza a compra da safra de feijão ou então libere recursos para a prática do EGP, com a opção de venda.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos votos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente

(a) DARCI LUCINI

Presidente."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos apresentando um requerimento nesta Casa, para a sessão de hoje, solicitando o envio de um telex ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello; ao Ministro da Agricultura, Doutor Antônio Cabrera; ao Ministro da Economia Marcílio Marques Moreira; ao presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho e também ao Diretor de Crédito da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Doutor Luiz Antônio Fayet, que aqui esteve debatendo há alguns dias atrás.

Sobre a questão do crédito rural é necessário e urgente que o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura impeça esta exploração que se traz, que se causa ao pequeno produtor, ao produtor de feijão, principalmente do Sudoeste do Paraná, como do Paraná num todo.

Quando o Governo garante um preço mínimo de CR\$ 21.186,00, estabelece apenas como preço mínimo, mas não garante nada e o produtor tem que ir ao Banco solicitar um empréstimo, com um risco muito grande, porque ele terá que depois vender o feijão fora e pagar o banco com juros e correções, o que não lhe dá nenhuma garantia de talvez de não ter que depois vender um pedaço de terra também para poder pagar o seu EGF do Feijão e o Governo não garante a compra do feijão e o mercado pratica uma exploração de entre oito a quatorze mil cruzeiros por saco de feijão do produtor.

Há necessidade urgente de que o Governo não espere janeiro ou fevereiro, mas agora já, no momento em que o produtor

precisa vender a sua safra e pagar os seus compromissos, que o Governo intervenha e não deixe eles serem explorados e lhe garanta o preço mínimo, que já é o limite de CR\$ 21.186,00 e não podemos permitir que ele que tenha que entregar o suor do seu trabalho por oito, dez ou 12 mil cruzeiros o saco de feijão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, ainda com a palavra o Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSE TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A imprensa do Paraná nestes últimos dias noticiou com bastante destaque, a posição do Prefeito de Londrina, de não permitir pousos e decolagens de aviões Bandeirantes.

O Jornal "A Folha de Londrina", de sábado último, dia 7, traz a seguinte reportagem (Lê):

"O Departamento de Aviação Civil- DAC do Ministério da Aeronáutica pode cassar a homologação do aeroporto de Londrina, fechando-o a qualquer tipo de operação, se o Prefeito Antônio Belinati manter a proibição de pousos e decolagens de aviões Bandeirantes na cidade.

A ameaça foi feita ontem pelo Diretor Geral do DAC, Tenente Brigadeiro do Ar Sérgio Luiz Burger, através de um comunicado enviado ao Presidente da Câmara de Vereadores, João Araujo.

No documento, o Oficial adverte que se a medida não for reconsiderada todas as operações de linhas regulares de Londrina serão transferidas para o aeroporto de Maringá, juntamente com as instalações de proteção ao voo.

O Diretor do DAC pede ao Presidente da Câmara, na condição de representante da comunidade, que fiscalize os atos do Prefeito que já a medida imposta por ele, é de competência exclusiva do Ministério da Aeronáutica, de acordo com a Lei 7565 do Código Brasileiro da Aeronáutica.

Ele observa ainda que o funcionamento de aeroportos não resulta do título de propriedade, mas da homologação do DAC para tal finalidade, e que, ao declará-los de natureza pública, possibilita a operação de qualquer tipo de aeronave.

Senhor Presidente, nobres colegas.

O Prefeito de Londrina, ao adotar esta medida de proibição de pouso e decolagens de aviões Bandeirantes, ele usou como argumento o fato de que essas aeronaves não são aeronaves seguras.

Disse ainda que os inúmeros acidentes ocorridos com aviões Bandeirantes justificam por si só a sua decisão.

Eu indagaria do Prefeito se a Cidade

de Londrina sofreu algum tipo de prejuízo com algum acidente ocorrido com essas aeronaves. Eu indagaria também do Senhor Prefeito se houve algum desastre com esses aviões envolvendo a Cidade de Londrina. Evidentemente que não.

Nós sabemos que acidentes com aviões no Mundo inteiro podem ocorrer - e espero que nunca ocorra - em Londrina, como pode ocorrer - e espero que nunca ocorra - em Curitiba e pode ocorrer em qualquer parte do Mundo. E não importa a máquina, o tipo do equipamento.

Uma outra questão que nos preocupa é que este assunto não é de competência do Chefe do Poder Executivo Municipal. O tráfego aéreo no Brasil é regido por leis federais, pela Constituição da República e por leis internacionais.

Não compete ao prefeito, sob a alegação de que este avião ou este equipamento oferece mais ou menos riscos à população e, por isso, proibi-los de pousos e decolagens na sua Cidade.

Neste sentido, eu estou encaminhando à Mesa e gostaria de contar com o apoio do Plenário desta Casa, um Requerimento em forma de apelo ao Prefeito de Londrina no sentido de que reconsidere essa sua decisão de proibir pousos de aviões Bandeirantes no aeroporto da nossa Cidade.

Por que isso? Porque está mais do que provado que, por não ser de competência do Município, o Ministério da Aeronáutica, através do DAC, não gostou nenhum pouco desse tipo de posicionamento do Chefe do Executivo londrinense, e inclusive está ameaçando de cancelar a homologação de todos os vôos regulares para Londrina.

Vejam, meus caros colegas Deputados, o risco que a cidade de Londrina está correndo. Neste final de semana, recebi inúmeros moradores de Londrina, da região de Londrina, porque Londrina é uma cidade-pólo, para que acabemos de uma vez por todas com esta polêmica que não nos interessa.

Neste sentido é que estou remetendo este requerimento à Mesa para submetê-lo ao Plenário, formulando um apelo ao Prefeito de Londrina, para que reconsidere esta decisão. Já há alguns anos, nobres colegas, que nós estamos lutando junto ao Ministério da Aeronáutica, para ampliarmos o aeroporto de Londrina, para dotá-lo...

(Sr. Presidente, falarei no horário do PMDB, por gentileza).

... de instrumentos modernos e que possa ficar em condições de receber equipamentos maiores e mais sofisticados. Londrina é uma capital, e não é de hoje que nós estamos encontrando dificuldades no Ministério da Aeronáutica para conseguirmos autorização e, conseqüentemente, a ampliação da pista, a instalação desses novos equipamentos. E numa hora em que nós

estamos nos batendo, estamos fazendo de tudo para dar a Londrina um aeroporto mais moderno, compatível com sua população e com a nossa região, não pode de maneira alguma o Prefeito da cidade, sem razão maior, levantar uma polêmica que espero não trazer maiores conseqüências para Londrina e para a nossa região.

É neste sentido que venho à tribuna para encaminhar um requerimento, formulando um apelo, através de telex, ao Prefeito da nossa cidade, para que reconsidere esta sua decisão, para que ponha um fim nesta polêmica que está mais do que provado e comprovado que não agradou a população, e não só de Londrina, mas da região de Londrina e do Estado do Paraná inteiro, porque imaginemos todos nós se o Ministério da Aeronáutica vier a tomar esta decisão que para mim seria extrema, de cancelar a homologação dos vôos para Londrina, os prejuízos incalculáveis que a nossa cidade não sofreria.

Neste sentido é que estou encaminhando este requerimento, esperando que os nobres colegas sintam a gravidade das considerações que faço aqui nesta hora e me ajudem, aprovando este requerimento em caráter de urgência, para que o Senhor Prefeito da nossa cidade, saiba que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não concorda com esta posição de proibir pousos e decolagens de aviões Bandeirante na nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Bezerra.

O SR. MARIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso o Grande Expediente de hoje para colocá-lo a par de determinados acontecimentos.

Sr. Presidente, há dias passados eu requeria do BANESTADO algumas informações com referência a um relatório da KPMG sobre o estudo da viabilidade para a reestruturação da Paraná Seguros.

Como o Governador Roberto Requião falava aos quatro ventos que a Paraná Seguros estava dando prejuízo ao BANESTADO e fez circular nesta Assembléia um relatório por sinal muito falho, do ponto de vista em que nós analisamos, nós solicitamos, por requerimento, alguns dados para complementar aquelas informações que o Governador nos remetia.

E o teor do meu requerimento, só para rememorar, diz o seguinte:

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, pedido de

informações ao Sr. Secretário da Fazenda, Heron Arzua, nos seguintes itens: envio a esta Casa do inteiro teor do relatório formulado pela KPMG, sobre o estudo de viabilidade para reestruturação da Paraná Seguros.

O inteiro teor da análise, antes do ajuste procedido pelos funcionários do BANESTADO.

Identificação da empresa KPMG, em resposta às seguintes questões:

a. quem a contratou, quanto foi pago, se o contrato é o mesmo celebrado com a RH Almeida Guimarães Advogados; se a expressão "os estranhos negócios do Senador Andrade Vieira", contida e destacada com grifo na folha da apreciação do resumo do relatório encaminhado a esse Deputado, em papel timbrado do BANESTADO, é de autoria da empresa auditora, ou foi incluído à sua revelia? Em sendo esta última hipótese verdadeira, quem responde juridicamente pela sua inclusão? O Governador, o BANESTADO, ou a KPMG? Em casos de reformulação societária e organizacional da Seguradora Paraná, como proposto no relatório, qual o montante das despesas a serem acrescidas naquela empresa? Para melhor entendimento, segue em anexo cópia da análise do relatório encaminhado pelo Governador aos Srs. Deputados.

(a) MARIO BEZERRA - Deputado".

Então, isso foi remetido no fim do mês passado, por volta do dia 20 ao dia 25, ao Sr. Secretário da Fazenda, Heron Arzua, e ele enviou a resposta a esse Deputado:

"Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, atendendo ao requerimento - e isso, mandando para o 1º Secretário - em atendimento ao requerimento em anexo, do Deputado Mário Bezerra, aprovado em sessão plenária, se digne a prestar à Assembléia Legislativa as informações requeridas, baseando-se na Constituição do Estado do Paraná, em seu parágrafo Único, art. 55. (E ele mesmo fez referência ao artigo em que poderia ser enquadrado, se não respondesse).

Art. 55 - Parágrafo Único - "Importará crime de responsabilidade do Secretário, a recusa ou o não atendimento, no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas."

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu fiz um requerimento com seis itens. O Sr. Secretário da Fazenda, remete-me o mesmo relatório elaborado pelo pessoal do BANESTADO, anexo à resposta. Eu achei uma falta de consideração e, acima de tudo, uma ironia que desaprovo.

O documento que o Secretário da Fazenda remete a este Deputado para suprir ou atender as minhas solicitações é o mesmo que ele mandou ou que o Governador Roberto

Requião remeteu a esta Casa há mais ou menos 30 dias atrás.

Então, o Secretariado do Governador Roberto Requião chegou a tal ponto que não podemos mais aceitar. Ele faz ironia com esta Casa. Eu solicito seis pedidos do meu requerimento e ele simplesmente ironiza. Inclusive citando o artigo em que poderia ser enquadrado pela desobediência ao envio para esta Casa de solicitação de parlamentares.

Eu fico abismado com a cara-de-pau que o Sr. Roberto Requião está transmitindo ao seu secretariado. Realmente é contagioso o método ou os métodos que o Governo se utiliza para tratar esta Casa. Agora os Secretários também não atendem e ironizam inclusive fazendo referências ao artigo que poderia ser enquadrado se não respondesse regimentalmente em 30 dias a indagação deste Deputado.

Requeiro amanhã um ofício ao Secretário da Fazenda para que ele se explique melhor e deixe de ironizar e responda, conforme a lei a esta Casa, quando o indagar.

Portanto, fica o registro nesta tarde, do meu repúdio dado a este Poder Legislativo.

Há dias passados, Srs. Deputados, eu fui o relator de um projeto de lei do Governo que pede suplementação orçamentária de 4 bilhões e meio de cruzeiros ao BANESTADO. Este projeto deverá estar em apreciação amanhã neste Plenário e eu gostaria de adiantar que tenho um Substitutivo Geral a este projeto do Governo.

E, para complementar, amanhã, no encaminhamento da discussão, solicitei junto à Bolsa de Valores do Paraná algumas informações que acho fundamentais que esta Casa saiba. Solicitei junto à Bolsa de Valores do Estado do Paraná informações a respeito dessa abertura de crédito suplementar ou sobre a integralização de capital do Banco do Estado do Paraná. Remeteram-me e eu tenho que concluir amanhã as minhas palavras no encaminhamento deste projeto. Eu solicitei junto à Bolsa de Valores do Estado do Paraná se o Banco do Estado informou-lhes sobre esta integralização de capital do Banco do Estado do Paraná. Minha surpresa é a de que o Banco do Estado do Paraná, segundo dados que eu tenho, poderá ficar com metade desse capital social, ou seja, o Governo do Estado do Paraná deveria ser acionista majoritário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos apreciando o projeto de lei orçamentário do Governo, e parece-me que já está na pauta de votação e eu não poderia deixar passar em branco momento tão oportuno para que fizéssemos algumas avaliações.

Há mais ou menos 30 dias eu fazia um discurso aqui a respeito da proposta orça-

mentária do Governo. Como todos os Deputados, eu também promovi as minhas emendas que, infelizmente, não foram atendidas, se foram desconhecidas, porque não participei de negociações com o Governo do Estado. Então, não posso, como Deputado que votou contra em primeira discussão, em primeira votação, passar em branco e não fazer aqui o meu pronunciamento.

Sô para lembrar. (LE):

"Discurso proferido pelo Deputado Mário Bezerra, da Bancada do PTB, sobre a Proposta do Orçamento para 1992.

Curitiba, 10/92

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

A evolução legislativa do processo orçamentário tem aspectos que merecem ser registrados, como a reincorporação do Poder Legislativo na co-autoria, acompanhamento e efetiva fiscalização orçamentária da União, dos Estados e dos Municípios. É por isso que desejo chamar a atenção dos Srs. Deputados para a discussão e análise da proposta do Orçamento para 1992, encaminhada a este Poder pelo Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião.

Dirijo um apelo especial à Bancada Governista para que me acompanhe na análise que procederei sobre a iniciativa governamental, a fim de que os Srs. Deputados dos partidos de sustentação do Governo nesta Casa possam colaborar nesta iniciativa de aperfeiçoar a proposta governamental e de defesa dos interesses maiores do nosso Estado e da sua população.

Segundo o art. 6º, o Executivo fica autorizado a proceder trimestralmente a correção dos valores dos Orçamentos fiscal, próprio da administração indireta e programação orçamentária global das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Esta correção, se aprovado esse dispositivo, confere ao Executivo a possibilidade de corrigir os valores de todo o Orçamento, de Cr\$ 2.157 trilhões, trimestralmente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

Caso no primeiro trimestre do próximo ano haja uma variação acumulada de 80%, o Executivo pode, mediante a correção dos valores, elevar o montante global de Cr\$ 2.157 trilhões para Cr\$ 3.882 trilhões - uma correção de valores de Cr\$ 1.726 trilhão.

Essa hipótese não pode ser descartada em vista da aceleração do processo inflacionário e da reduzida possibilidade de reversão do quadro atual a curto prazo.

Ficaria o Executivo, dessa forma, com margem de manobra de manobra muito grande, sem que tivesse a necessidade de consultar a Assembléia sobre que tipo de atividades e projetos teriam de fato prioridade uns

sobre os outros. Ficaria a Assembléia à margem dos grandes objetivos paranaenses, repetindo os cheques em branco ao Executivo que esta Cada deu no passado, sobre o endividamento do Estado, que cresceu rapidamente nas duas administrações que antecederam Requião os Governos Richa e Alvaro Dias, quando Deputados Estaduais não quiseram ouvir as oportunas advertências formuladas pelos Deputados Luiz Alberto Martins de Oliveira, então Líder da Oposição, e Basílio Zanusso, Líder do PFL, na época.

Hoje, Senhores Deputados, é comum ouvirmos em nossas bases eleitorais e nos registros da imprensa, as acusações de co-responsabilidade dos Senhores Deputados pelo endividamento do Paraná. Não podemos, e nem tampouco devemos dar este cheque em branco ao Executivo, não porque esteja hoje no Palácio Iguaçu o Senhor Roberto Requião.

Hoje, Senhores Deputados, a opinião pública, os meios de comunicação social, a sociedade civil organizada, exigem maior ação fiscalizatória deste Poder. O povo está cobrando que estejamos vigilantes no cumprimento da tarefa primordial do Poder Legislativo, que é a fiscalização dos atos do Executivo. Não basta termos uma Comissão de Fiscalização, nos termos do Regimento Interno, se ela não atuar eficazmente. O povo exige que cumpramos nosso dever, que exerçamos uma fiscalização eficaz sobre o uso dos recursos públicos. Sobre a correta aplicação dos dinheiros pagos em impostos pelo povo paranaense. Nada de cheques em branco ao Executivo. O povo quer vigilância, fiscalização! Os Deputados, a Assembléia, não podem omitir-se. Fiscalizar o Executivo é nossa função. Temos de cumprí-la.

Como a Assembléia tem se omitido, o Executivo avança, toma espaços que são dos Deputados, da Assembléia Legislativa.

Vejam Senhores: pretende mais o Executivo além do art. 6º, desse Projeto de Lei nº 441. Além dessa autorização, do cheque em branco, solicita o Governador Requião, pelo art. 7º, autorização para abrir créditos suplementares destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive de convênios, e pagamento da dívida pública, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320.

Trata-se de suplementação por excesso de arrecadação e por cancelamento de despesas com sua transposição.

Ora, Senhores Deputados, pelo art. 6º o Executivo pede autorização para corrigir os valores globais dos Orçamentos fiscal, da administração indireta e das empresas públicas e sociedades de economia mista. Quer dizer sobre o montante total do Orça-

mento.

Pretende ainda autorização para mais suplementação desses casos mencionados no art. 7º, o que configura uma dupla suplementação.

Mas o Executivo avança muito mais. No art. 8º solicita autorização para abrir créditos suplementares decorrentes ao excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, fontes vinculadas e de receitas próprias da administração indireta. Pelo art. 6º já estaria autorizado a corrigir os valores com base na variação do INPC, para todo o Orçamento e pretende ainda suplementar a administração indireta com o excesso de arrecadação.

E Requião vai mais adiante: pela Lei que ele está querendo impor a esta Assembléia pelo art. 14 quer autorização para créditos suplementares até 15% das dotações previstas, excetuadas as já concedidas pelo art. 7. Mais cheque em branco ao Executivo. Nada disso, Senhores Deputados, nada de cheques em branco, exigimos que a Assembléia seja ouvida, seja consultada. Exigimos que os Senhores Deputados também sejam responsáveis - como estabelecem os princípios constitucionais - pelo exame, análise, discussão e aprovação dos projetos prioritários para o desenvolvimento do Paraná e para a correta aplicação dos recursos públicos, pagos pelo desfalcado bolso do contribuinte hoje massacrado pela política perversa do Presidente Collor, que já empobreceu ainda mais os paranaenses e os brasileiros de modo geral.

Senhores Deputados, abrindo um parêntese, o Governo do Paraná super-estimou a receita do ano que vem. Só de ICMS são 27% e "lá vai pedradas", que ele está orçando. Ele está prevendo. O aumento real, acima de 27%, num Brasil que vive recessão. Por que é que ele está super-estimando o orçamento? Para que nós demos a ele esta autorização? Eu quero fazer referência, inclusive, ao Substitutivo Geral do nobre Deputado Herwig, de que ele está comendo pela mão do Requião. As vezes até inocentemente. Gostaria de ouvi-lo, depois. No meu conceito, acho. E como Deputado eu sou homem que aceito sugestões.

Eu faço questão de ler o artigo 14 para Vossa Excelências: (Lê) "Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 15% das dotações previstas neste orçamento". Até 15%! Já super-estimou as receitas! Pelo artigo 6º, nós estamos dando condições dele trabalhar e corrigir a defasagem que acontece quando há inflação. Nós estamos autorizando, pelo artigo 6º. No artigo 14, além disto que estamos dando para ele, ele quer 15% a mais. Mas, o que fez a Comissão que elaborou o Substitutivo? Baixou para 10%. Mas, não é suficiente, porque já está lá

em cima. Que ele decrete a falência do Poder Legislativo.

A única função que esta Assembléia tem é fiscalizar os atos do Executivo. E por que é que não pode mandar para a Assembléia a suplementação, como fez este ano? Quantos Projetos nós votamos, quantos passaram pela sua Comissão, Deputado Colombino, que Vossa Excelência distribuiu para os Deputados?

O Governo não quer mais que a Assembléia trabalhe! O Governo quer ser um imperador e eu não posso concordar com o Substitutivo Geral que o Deputado Heinz elaborou, depois de conversar com o Governador Roberto Requião.

Eu, como Deputado de Oposição, coerente, porque tenho votado nas matérias de interesse do povo do Paraná e todos os Senhores sabem disso, não posso outorgar ao Governo do Estado as minhas prerrogativas! Nós estaremos passando para o Governo as prerrogativas, pouquíssimas, que esta Assembléia tem. Eu faço Emendas e peço destaque em quatro Emendas. Eu peço supressão de artigos, para que o Governo remeta à Assembléia aquilo que ele quer fazer! Porque nós não precisamos ficar à mercê do Governo Roberto Requião. E eu faço um alerta aos Deputados que dão sustentação ao Governo Roberto Requião: o ano que vem é ano eleitoral. Todo mundo sabe que ele já está balançando aqui dentro da Assembléia: e nós vamos passar a ele um cheque em branco, para que ele possa administrar e gerir as finanças do Estado do Paraná. Eu não posso, minha gente! Eu fiquei em cima deste Projeto, já fiz discurso a respeito disso, eu fiz cinco emendas e mexendo no corpo, no texto da lei, eu estou pedindo destaque nas emendas que mexem no texto da lei, eu fiz 21 emendas! Praticamente foram desconsideradas pelo Governo. Queriam privilegiar a minha região. Eu estou abrindo mão do destaque destas emendas, porque elas, em vão, transferências de recursos, tiram recursos e eu ia ficar dias e dias discutindo sobre isso!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Deputado, Vossa Excelência talvez não tenha sido feliz na colocação que fez em relação ao Deputado Relator das Comissões do Orçamento, Deputado Heinz.

Vossa Excelência faz uma acusação que, me permita, utilizando ainda da nossa ética parlamentar, eu acho que Vossa Excelência deveria fazer uma correção quanto à acusação ao Deputado Heinz. O Deputado Heinz eu conheço ao longo do tempo. Foi Secretário dos Transportes durante todos os Governos José Richa, Alvaro Dias, ex-Governador João Elísio. E nós conhecemos a sua lisura, o seu comportamento, a sua seriedade, acima de tudo.

Eu acho que Vossa Excelência ao fazer esta acusação, contra este Deputado, que tem um currículo e é um dos únicos secretários de transportes do Paraná que conhece o Paraná inteirinho, através do seu trabalho, e é um dos políticos e Secretários que recebeu o maior prestígio de todos os Prefeitos do Paraná. Nós não teríamos condições de enumerar aqui os títulos de cidadão honorário que o Deputado Heinz recebeu, no Paraná.

E eu peço a Vossa Excelência, por sermos Deputados da mesma região, da mesma origem da Cidade de Cianorte, eu pediria a Vossa Excelência que fizesse esta correção, porque nós não podemos permitir esta acusação a uma pessoa séria e digna como o Deputado Heinz.

Muito obrigado e espero ser compreendido por Vossa Excelência.

O SR. MARIO BEZERRA - Quero dizer primeiro ao Deputado Dirceu Manfrinato de que o termo usado - comer na mão do Governo, não é nenhum comentário depreciativo à honra e à moral do Deputado Heinz, o qual tem sido um grande Deputado. Mas eu, como Parlamentar, me reservo o direito de usar daquilo que a Lei me concede que é o poder de livre expressão. E as censuras...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado me concede um aparte?

O SR. MARIO BEZERRA - ...as censuras que o Senhor faz a mim eu as devolvo, para que Vossa Excelência fique com elas. Eu, como Deputado Estadual, tenho todo o direito de censurar, até companheiros.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. MARIO BEZERRA - Vossa Excelência já usou da palavra.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência não pode confundir a tribuna da Assembléia com o microfone de rádio. Vossa Excelência é que tem que respeitar o poder.

O SR. MARIO BEZERRA - Eu não ofendi a Sua Excelência, está querendo confundir o meu raciocínio, Vossa Excelência está com a intenção de desviar o meu raciocínio, mas não vai conseguir...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência tem que respeitar o poder, para ser respeitado.

O SR. MARIO BEZERRA - O Deputado Heinz sempre votou comigo, eu votei com ele, é um dos Deputados incensuráveis, vamos assim dizer, eu critico um companheiro de

Bancada, tenho certeza que o Heinz aceita críticas. Aí ele virá aqui para falar para mim. "Mário, é por isso, por isso e por isso e por aquilo", porque até agora eu não conversei com ele. Na quinta-feira, por volta de 11 horas da manhã o Substitutivo não tinha condições de ser analisado, e já estávamos em cima da hora da votação. Então me reservo o direito de criticar um companheiro, e os deixo à vontade para me criticar, coisas que não se aceita na Bancada do Governo!

Concedo o aparte ao Deputado Nelson Justus.

O Sr. Nelson Justus - Eu agradeço ao Deputado e aproveito esta oportunidade para cumprimentar o Deputado Dirceu Manfrinato, pela experiência. Exatamente essa experiência que nós, Deputados mais novos, estamos aqui para aprender, para acolher. É realmente uma matéria muito polêmica se votar a Mensagem de Orçamento do Governo do Estado.

No entanto, como Presidente da Comissão de Orçamento. Deputado Mário Bezerra, eu não poderia me calar aqui, de maneira alguma, ao ouvir, no arroubo do seu discurso, algumas que pudessem macular a imagem do Deputado Relator, Heinz Herwig.

Olha, eu tenho procurado pela imprensa, inclusive, Deputado Bezerra, enaltecer o cansativo trabalho, e até, que me desculpe a imodéstia, me parabenizar por tê-lo escolhido como Relator dessa Mensagem. Realmente o Deputado Heinz foi incansável! Incansável na luta para chegar a um denominador comum. Reuniões de toda natureza foram feitas, conversas com todos os Deputados, procurar se chegar a um consumo comum foi esse o objetivo, este o anseio.

Que a Lei Orçamentária não é a ideal, eu concordo com Vossa Excelência: não é. Nós ainda estamos engatinhando a nível da estrutura para conseguirmos chegar a uma Lei ideal. Eu quero crer, já ouvi da boca do Presidente desta Casa, que para o ano que vem nós teremos estrutura suficiente para chegarmos a observar a real Mensagem do Orçamento. No entanto, eu credito muito mais ao arroubo do seu discurso, como eu disse, qualquer coisa que pudesse macular a imagem do Relator deste Projeto. O relator foi incansável, as condições foram adversas, nós não temos a maioria nesta Casa, nós temos que ceder, muitas vezes, porque só o discurso não leva a nada, e nós conseguimos alcançar mais até do que nós poderíamos se tivéssemos que votar, nesta Casa. De maneira nenhuma eu poderia, como Presidente da Comissão de Orçamento, a infeliz expressão de que o Deputado Heinz comeu pela mão do Governador Requião. Não, o Deputado Heinz brigou incessantemente com o Secretário de Plane-

jamento, com o Secretário de Finanças, com a Liderança do Partido do Governo, com a Mesa Executiva desta Casa, com as Lideranças dos Partidos, para que nós conseguíssemos chegar, como eu disse, não ao orçamento ideal, mas ao melhor possível que nós poderíamos chegar. Agradeço a oportunidade desse esclarecimento e concordo com Vossa Excelência que não é o orçamento ideal realmente, mas foi o máximo que nós poderíamos chegar, não no discurso, mas na ação.

O SR. MARIO BEZERRA - Eu agradeço o aparte do Nobre Deputado Nelson Justus e quero seguir avante o meu raciocínio Senhor Presidente.

Se nós aprovarmos o substitutivo geral elaborado pelo Nobre Companheiro Heinz, que eu não tenho nada contra, muito pelo contrário, foi um grande Secretário de Estado, eu apenas discordo a maneira com que ele trabalhou, eu acho que me reservo esse direito de discordar, ou nós não estaríamos numa casa de Legisladores por discordar; o termo, eu já disse ao Deputado Manfrinato, o termo, comeu pela mão do Governador, foi de que o Governo conseguiu enfiar no corpo da lei aquilo que ele queria, nós vamos dar a ele uma carta branca, se não for um cheque em branco, pelo menos com um valor muito alto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Quantas emendas Vossa Excelência adentrou no orçamento?

O SR. MARIO BEZERRA - Eu tinha vinte e uma.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Quantas foram?

O SR. MARIO BEZERRA - Parece-me que uma. Não foi no corpo da Lei.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência tem que se dar por feliz porque nós adentramos com dezoito e eu não tive nenhuma.

O SR. MARIO BEZERRA - Bom, eu acho que Vossa Excelência deveria usar o horário para defender o Governo, eu estou criticando o Governo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me concedeu o aparte, eu estou...

O SR. MARIO BEZERRA - Mas Vossa Excelência está me contestando,...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Não, não estou contestando Vossa Excelência, eu estou usando porque Vossa Excelência me permitiu regimentalmente.

O SR. MARIO BEZERRA - Eu sou um Deputado democrático, eu aceito o que Vossa Excelência for falar, a respeito da lei pode falar. Agora deixa eu terminar o meu raciocínio.

Senhores Deputados, eu faço alguns destaques para que o Governo não retire as nossas prerrogativas, nós não podemos trabalhar desta maneira, ou será que os Deputados vieram aqui só para sentar e levantar e marcar a lista de presença? Não é assim, eu acho que a Assembléia tem que ter participação, no meu ponto de vista tem que ter participação, eu não posso aceitar que o Governo roube as nossas prerrogativas e que nós concedamos a ele, não é nem roubo, ele está pedindo, e pode ser que a gente até ofereça a ele as nossas prerrogativas. O que o Deputado faz hoje? Fiscaliza? Nós não vamos nem fiscalizar mais, vamos decretar a falência do Poder Legislativo. Sendo um Deputado de vanguarda eu posso ser criticado até nas minhas proposituras e nas minhas defesas, podem me criticar, mas eu não sou um Deputado omissor e não quero ser omissor, não é porque vem eleição o ano que vem, daqui a dois anos não, eu quero andar de cabeça erguida, sempre fui um defensor do Parlamento e nós não podemos aceitar que o Parlamento se transfira para o Poder Executivo, aí que traga um Idi-Amim para cá, traga um Kadaf para cá e ele vai administrar o Paraná, administrar o Brasil.

Nós não podemos através de lei conceder ao Poder Executivo aquilo que é competência do Poder Legislativo, isso eu defendendo, eu brigo, me desculpe Deputado Manfrinato, que eu respeito pela sua experiência, mas o Senhor vai me conhecer aqui, está me conhecendo, durante quatro anos ou três anos mais um Deputado combativo, vou até junto com Vossa Excelência nas teses que eu achar coerentes, mas vou contra naquela que eu achar incoerente, é uma atribuição minha, me reservo a esse direito; eu posso não ter as minhas emendas aqui aprovadas, mas estou defendendo aquilo que eu acho correto no Parlamento.

O Requião já está massacrando esse Poder Legislativo, tem muitos Deputados da situação que apóiam o Governo que não concordam em muitas matérias com ele, mas infelizmente não podem votar contra porque depois o homem é perseguido, vão botar ele na lei, a lei é que vai dizer, se não amanhã todo mundo aqui vai ficar batendo palmas para o Roberto Requião e, eu não quero isso, nós sempre fomos Deputados coerentes, participamos dos debates, votamos no que é certo, no que é correto, mas exigimos o direito de legislar fiscalizando o Poder Executivo; disso eu não abro mão, posso ter somente o meu voto e respeito todos os votos de Vossas Excelências, vou

respeitar, todo mundo aqui é Deputado, nem por isso vou ficar com raiva, mas estou colocando para vocês uma questão que não foi colocada, nós somos em cinquenta e quatro, quem é que subiu aqui na tribuna para questionar aquilo que o Requião está pedindo? Eu estou subindo, questionando, que alguém mais questione, que use a tribuna, que fale amanhã para que todo mundo possa ter mais luzes. Nós não podemos ficar no silêncio, esperando o Governo legislar por nós. É a única atribuição que vejo ainda hoje; é o poder fiscalizatório, o Governo mostrar o que está fazendo e pedir para fazer. Se não gente, fechamos o Parlamento, vamos para casa e adeus Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PRN concedo a palavra ao Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Daqui a pouco, daqui a algumas horas estaremos discutindo o Projeto de Lei 555/91 que trata da FERROESTE. E confesso que quando eu li o art. 3º me assustei como quando a gente vê assombração. A FERROESTE, imediatamente quando eu li, eu liguei ao Deputado Heinz, o Deputado estadual que mais entende de transporte dentro desse Estado e procurei tirar algumas conclusões, e eu gostaria muito que todos os Senhores prestassem atenção, porque a FERROESTE do jeito que está o anteprojeto, está fugindo a suas atribuições e está se tornando a maior "holding" pública do mundo.

Eu gostaria de ler o art. 3º: "O ramo de atividades da FERROESTE será o de construção, operação, administração e exploração comercial das vias ferroviárias nacionais por concessão da autoridade competente". Concordamos plenamente, achamos que a FERROESTE tem que sair, o Paraná está atrasado 50 anos de ferrovias e nós precisamos da FERROESTE para incentivar mais o Estado do Paraná, só que aí começam os problemas: "... de silos e demais sistemas de armazenagem de produtos agrícolas e manufaturados em geral...". Concordamos que através do trajeto também devam ser construídos silos, só que aqui começam os problemas: "...prestação de serviços de secagem e classificação de produtos agrícolas...". Até engolimos isso, porque um silo sempre tem o seu secador, agora, vejam bem Srs. Deputados, "construção, exploração comercial de terminais, e inclusive portuários, o guarda e caução, carga e descarga de produtos agrícolas ou industriais em geral, transporte multimodal de cargas em geral...". Os Senhores sabem

o que significa transporte multimodal, a FERROESTE poderá ter navios, poderá ter caminhões, poderá ter tudo ao seu lado. "Compra e venda de produtos agrícolas ou industriais nos mercados interno e externo...". Aqui a FERROESTE tira atribuições das cooperativas, da iniciativa privada, do agricultor, aqui a FERROESTE trabalha como atravessador do que o agricultor produz. E tem mais: "...atuando também como agente de exportação e ou exportador-importador conforme consta no Estatuto Social da FERROESTE".

Eu acredito que antes desse Projeto ter vindo à Assembleia Legislativa, deveria ter o Estatuto Social da FERROESTE ser modificado. Porque quando foi formada a FERROESTE, a FERROESTE foi para ser uma empresa de capital privado com alguma participação de capital público, só que com esse anteprojeto a FERROESTE terá 92,25 de capital público tendo toda essa gama de braços que irão ocasionar o maior caos social e agrícola nesse Estado do Paraná. Porque o grande produtor, o grande atravessador, o grande comercializador de toda a sua safra paranaense será a FERROESTE, ela poderá importar, exportar, ter navios, portos, caminhões e tudo ela poderá fazer. E eu peço aos Senhores que tenham muito cuidado no que vai ser votado hoje. Não que sejamos contra a FERROESTE.

Mas estamos criando aqui um elefante, ou um gigante, que nos engolirá.

A FERROESTE é necessária, mas não para comercializar produtos agrícolas, industrializar mercados, etc. Isto não cabe à FERROESTE. A FERROESTE terá que trazer o produto a custo mais barato, do agricultor ao Porto de Paranaguá.

Dentro desta mesma lei diz:... a construção e exploração comercial de terminais, inclusive os portuários... mas dinheiro para a reforma do Porto de Paranaguá não existe. Mas dinheiro para criar uma estrutura portuária nova aqui, neste projeto, estaremos dando ao Governo do Estado.

Temos que tomar muito cuidado, senão estaremos acabando com a iniciativa privada, colocando milhares de pessoas nas ruas; pessoas que trabalham e que terão seu comércio, o seu negócio, ameaçados pela FERROESTE, como está colocada aqui.

Pediria a todos os Senhores, inclusive aos Deputados da Situação, porque acredito que talvez tenha passado despercebido este pequeno detalhe, não podemos deixar que o projeto passe assim. Hoje votaremos favoráveis, mas amanhã todos nós deveremos emendar o projeto, para que ele não se torne uma arma que nos destruirá amanhã. Por isto peço a todos vocês, principalmente aos Deputados que representam o Sudoeste do Paraná, a Região de Guaíra, de Mare-

chal Cândido Rondon, Toledo, para que não estejam decretando a falência de suas cooperativas, dos negócios de iniciativa privada do Estado do Paraná.

É muito sério o que trago hoje para a Assembléia. Talvez este seja o mais importante projeto de lei apresentado na Assembléia no ano de 1991. Não podemos, em hipótese alguma, cometer um erro e tornar a FERROESTE o maior desastre do Estado do Paraná.

O Sr. Ernani Pudell - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte de V.Exa. Sinceramente não entendi a preocupação de V.Exa, quando diz que a possibilidade das atividades a serem realizadas pela FERROESTE poderá nos destruir. Parece que o objetivo maior da FERROESTE é exatamente baratear os custos de transportes, fundamentalmente isto, que viabilizaria toda a atividade produtiva numa extensa região, não apenas do Oeste, do Sudoeste do Paraná, mas de Mato Grosso e que terá um papel estratégico importante inclusive na interligação entre Argentina e Paraguai, quando do MERCOSUL.

Agora nos parece também que é cauteloso e até inteligente que a Ferrovia procure se cercar de algumas garantias, fazendo com que as atividades que estão à margem da Ferrovia e que necessariamente terão a participação muito importante na composição dos custos do transporte de importação e exportação dos produtos, que haja da FERROESTE um certo controle, para que não ocorram abusos exatamente da iniciativa privada, onde poderemos baratear o custo do transporte durante o trajeto ferroviário e perder esta eficiência, esta diminuição de custos em atividades secundárias, paralelas, que estarão ao redor da Ferrovia.

Parece que o artigo da lei que lemos, tem a preocupação de trazer é que há esta possibilidade da Ferrovia entrar nestes serviços quando houver a necessidade, ou quando os custos que a iniciativa privada tiver a necessidade, ou quando os custos que a iniciativa privada tiver foram abusivos. Então o Estado poderá intervir neste processo, exatamente para preservar e salvar aquilo que é mais importante que é a atividade produtiva. Porque não nos parece que o nobre Deputado, pelo menos no seu pronunciamento esteja correto, quando se preocupa com a atividade dos intermediários, que hoje existem. Esta não é a preocupação fundamental, não foi este o objetivo da FERROESTE, é baratear os custos para possibilitar maior remuneração e viabilidade ao produtor, esse é o espírito da FERROESTE e nos parece que a previsão

dessas atividades está adequada e coerente com esses princípios.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Só respondendo ao Deputado Ernani, eu gostaria muito que o Senhor fosse à Cascavel, sentasse com a Diretoria da COPAVEL e com o produtor rural tentasse debater esse projeto.

Veja bem, eu concordo plenamente que a FERROESTE deva baratear o custo ferroviário, agora, a FERROESTE comprar e vender produtos agrícolas intermediários e possivelmente nós conhecemos que aonde o poder público entra acaba qualquer situação nós vamos simplesmente estar destruindo o futuro que seria essa FERROESTE, que deve estar trazendo o produto, transportando o produto mas não comercializando esse mesmo produto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra.

(Declina).

Independente.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

(Declina).

O SR. RAFAEL GRECA - Presidente, posso usar o Horário do PDT?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um pouquinho tarde, mas como V.Exa. é um orador eloquente nós vamos ouvi-lo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o PST não foi ainda chamado por V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Usarei do horário.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço a palavra para comunicar à Casa a nossa viva alegria no resultado da convenção partidária do Partido Democrático Trabalhista realizado ontem neste Palácio e neste Plenário aonde os ditos auto-entitulados autênticos do nosso partido, vários deles ocupantes de cargos DAS-5 do Governo do Estado foram varridos pela grande maioria dos nossos correligionários numa demonstração de que perderam a vez pelo voto. E com profunda alegria que nós comunicamos a Casa que a Presidência do Partido Democrático Trabalhista passa a ser exercida pelo Senhor Valderi Vilela

nosso ex-colega nesse Parlamento, sendo a vice-Presidência encarregada à Deputada Emília Belinati e a Secretaria Geral ao economista Kácio Taniguchi Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

Nós manifestamos essa satisfação porque só Deus sabe as provações que nos infringiram esses palacianos infiltrados no nosso partido tentando dar-lhes a imagem de Partido derrotado, tentando dar-lhe a imagem de Casa dividida. Os nossos companheiros de todas as cidades do Paraná entenderam a lição de que a casa dividida não pára em pé. E quando o Secretário de Meio Ambiente Tadeu França tentou falar na tribuna do Governo que lhe foi facultada durante a convenção não conseguiu sequer proferir uma palavra aos gritos de "fora Requião" que ecoavam em todos os pulmões de todos os quadrantes do Estado.

Nós não vemos essa manifestação como ato de desprezo ao Senhor Governador, senão como um ato de desprezo a essa má política que tenta se infiltrar na identidade dos outros, uma política que ao invés de tentar levar o povo dentro de si, junto de si, tenta jogar o povo contra os outros. Prova desta prática política é o trevoso e macabro acampamento instalado na Rua XV de Novembro de frente as luzes de Natal de a organização BAMERINDUS fez instalar no Palácio Avenida. Na verdade obra de pessoas sem Deus, obra de pessoas com ódio. Aquele acampamento merece o repúdio de toda a população sobremaneira porque o Governador não está fazendo respeitar o direito de ir e vir dos outros que não sendo invasores e em não estando a seu serviço querem se encontrar à sombra das luzes do Natal lá no centro da cidade.

O espetáculo que proporcionava o Palácio Avenida iluminado provocava o congratamento das pessoas sobremaneira quando as crianças dos diversos orfanatos da cidade saíam nas janelas para entoar os cantos de Natal, as músicas crísticas que têm o condão de arrastar o ódio e de estimular a esperança no coração das pessoas. Parece-me profundamente vergonhoso que um despejo judicial decretado contra os ocupantes da FERROVILA ainda não se tenha cumprido e mais vergonhoso ainda que o Governador estabeleça essa prática dialética, própria do Partido Comunista de Bangladesh, de tentar empanar o brilho da festa de natal colocando tão macabro acampamento com os seus sicários lá dentro, tentando entristecer Curitiba.

Nós temos noção da dimensão social do Governo do Prefeito Jaime Lerner. Jamais na história do Brasil moderno houve um governo que tanto tivesse feito pela igualdade de oportunidade entre as pessoas. São cinquenta mil novos endereços populares

que estão sendo viabilizados pela nossa COHAB, é todo um bairro novo no lugar dito sítio cercado com a desapropriação de quatro quilômetros por quatro quilômetros de área, quando uma família antiga plantava grama para lá se instalar um bairro popular para até duzentos e cinquenta mil habitantes. São centenas de vilas populares, como a troca do lixo, como os piás ambientais, como os centros de saúde, como as compras de lixo trocados por vale-transporte e até por comida.

Jamais houve um Governo nesta cidade tão preocupado com a questão social, no entanto, trata-se de estabelecer os limites. Não se pode fazer piquenique com suástica dentro da sinagoga; não se pode levar o crescente do Islã no meio de um templo hinduísta; não se pode fazer exibição de pornochanchada dentro de uma catedral em um dia de casamento de membros do PT, do PT igrejero.

Assim também não se pode, à véspera do Natal, tentar embrulhar as luzes do Natal com uma imagem macabra de um governo que tenta distrair o povo porque a cólera está aí por falta de ligação de água nas vilas populares, e a ligação de água é de responsabilidade da SANEPAR. No entanto, tenta distrair o povo criando um evento do acampamento macabro no centro da cidade.

O jornal O ESTADO DO PARANÁ mostrava o Senhor Governador tomando café tranqüilidade na Boca Maldita. O Jornal GAZETA DO POVO mostrava o júbilo do Senhor Governador por crianças de Curitiba terem ido armar uma árvore de natal no saguão do Palácio Iguaçu. Dona Maristela Requião com o selo do PROVOPAR, e despesa do PROVOPAR, me mandou um gentil cartão de natal assinado simplesmente Maristela. Parece que o espírito de natal toma conta da cidade a ponto do próprio PROVOPAR enviar cartões de natal para os voluntários sociais da cidade, para os Deputados, para as autoridades constituídas.

O meu apelo, em nome de Curitiba, é no sentido do mais veemente repúdio a essa exploração indecente da miséria do povo. Isto é opróbio, é anti-cristão, é grosseiro e não se pode estimular isso sob pena de vermos qualquer dia o próprio Palácio Iguaçu sendo ocupado.

O Sr. José Tavares - Deputado Greca, V. Exa. me concede um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Se V.Exa. tem um aparte; se o Senhor Presidente me der a faculdade de respondê-lo...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu sou todo quívidos.

O SR. RAFAEL GRECA - Tem V.Exa. o aparte.
Eu imagino para somar com os curitibanos em favor das luzes do natal.

O SR. JOSE TAVARES - Apenas para fazer um reparo no seu pronunciamento, eminente Deputado.

V.Exa. diz que jamais houve um governo aqui em Curitiba que se preocupasse tanto com o social como o Governo Lerner. Eu reconheço a grande administração que o Prefeito Jaime Lerner vem realizando não só nesta gestão como nas outras gestões que ele realizou porque eu vivo e convivo com Curitiba desde a administração do ex-prefeito Ivo Arzua, mas dizer que jamais houve uma gestão que se preocupasse com o social como o atual, Vossa Excelência não está sendo justo.

O Prefeito Roberto Requião foi um Prefeito que voltou as suas atenções, durante a sua gestão, exclusivamente para a questão social.

Vossa Excelência sabe muito bem disso, Curitiba é testemunha disso, que quando Prefeito Requião se preocupou mais com a população carente, mais empobrecida e sobretudo com a periferia.

Agora também querer dizer que aquele espetáculo dantesco da Rua das Flores é obra do Governador Requião, é outra injustiça que Vossa Excelência comete.

O Governador Requião não tem absolutamente nada a ver com aquilo.

Vossa Excelência "en passant" quase que disse a verdade, depois corrigiu, aquilo é obra do PT. Aquilo é coisa do PT. Se tiver um ou outro elemento do PMDB envolvido, eu não digo que não, porque nós estamos vivendo um regime democrático. Agora querer atribuir isto ao Governador Requião, me perdoe Vossa Excelência, mas Vossa Excelência não está sendo justo.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Qualquer exame datiloscópico nos cor-deis que manipulam o Senhor Doático Santos, indicará as impressões digitais do Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB.
(Declina).

PT.

Com a palavra o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Como dizem os migrantes gaúchos na nossa região, damos um boi para não entrar numa briga, e uma boiada para não sair.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, eu quero aqui fazer um reparo a colocação provocativa do ilustre

Deputado José Tavares quando disse que o acampamento que está sendo realizado de frente ao Palácio Avenida é obra do PT.

Eu quero apenas fazer um reparo dizendo que nós lamentamos profundamente, o PT não pelo que disse o ilustre Deputado, mas por ainda não termos acumulado força suficiente pelo PT ainda não ter conseguido se fazer entender a sua mensagem e ter trocado o coração desses milhões e milhões de brasileiros que estão à margem da sociedade para que eles ocupassem todos os palácios deste País e retirassem de dentro desses palácios, todos aqueles que hoje vivem às custas e se servem desse povo.

O PT portanto, infelizmente, ainda não dispõe de capacidade para mobilizar essa massa de milhões e milhões de brasileiros para que nós pudéssemos efetivamente tomar o poder neste País e não apenas fazer manifestações como estas que têm sido feitas.

Manifestações que mais têm tido o condão de revelar as injustiças que são acometidas o nosso povo.

E mais do que isso eu me preocupo profundamente e até quero dar aqui um puxão de orelha no ilustre Deputado Rafael Greca, excelente orador, brilhante orador, mas os seus posicionamentos nesta tribuna trazem um ranço eletista que nós entendemos que é incompatível e incoerente com a mensagem do PDT.

Sempre as elites dos países subdesenvolvidos procuraram esconder a miséria nas periferias para isso constroem avenidas maravilhosas, palácios iluminados, para que as pessoas, os visitantes tenham a impressão de que a nossa sociedade é apenas aquilo que nós vemos no Palácio Avenida.

É fundamental que nós enquanto homens públicos, começássemos a olhar o outro Brasil.

Aquele Brasil da Índia, aquele onde está abrigada a maioria do nosso povo. Aqueles que não têm sequer o direito no seu próprio País de ter um pedacinho de chão, um pouquinho de teto para abrigar os seus filhos nas noites de chuva e de frio.

Nós somos na verdade uma nação onde mais da metade do nosso povo é exilado no seu próprio País: não tem direito à habitação, não tem direito à saúde, não tem direito à alimentação, não tem direito à moradia.

Enfim, mais da metade do nosso povo não participa efetivamente deste País.

E quando um grupo de brasileiros sacode a poeira e tem a coragem e a ousadia de mostrar a sua miséria na Rua das Flores, nós assistimos aqui esses ataques elitistas.

Mais do que isso: esses que procuram dizer que essa manifestação do povo tem por trás alguém manipulando. O que manipula esses cidadãos é estômago que ronca e a casa que eles não têm, é a injustiça que os castiga no dia-a-dia.

Eu faço aqui um desafio ao ilustre Deputado José Tavares: ele armaria o seu barraco lá na Rua das Flores?

Nunca, porque certamente Vossa Excelência está muito bem abrigado num bom teto. Aqueles que se dispõem a fazer aquele espetáculo é porque não tem mais outra forma, outra alternativa de protestar.

Então, eu quero fazer aqui este reparo e quero dizer aqui também, Senhor Presidente, Senhores Deputados: vamos começar a ser coerentes. Todos aqui falam em bem comum, são a favor dos descamisados, dos pobres etc, etc, e etc. Agora, concretamente o que nós temos que começar a cobrar neste País são as ações concretas que as administrações adotem em favor da melhoria das condições de vida do nosso povo.

Nós temos aqui em Curitiba um Prefeito, e não podemos negar que seja inteligente, que seja habilidoso, e que seja criativo, agora também não podemos negar que esta administração, a exemplo da Administração do Senhor Roberto Requião, tem tido apenas o papel de decorar a casa, sem realizar as mudanças e as reformas estruturais que nós estamos a exigir.

Nós entendemos como critério para julgamento de uma administração, se ela é mais ou menos popular que a outra, aquele que se resume única e exclusivamente na melhoria do padrão de vida do seu povo, porque nós do partido dos Trabalhadores, defendemos concretamente para as administrações é que elas usem todos os recursos possíveis, dentro das suas atribuições, da sua competência, para promover a cidadania.

E, para nós, promover a cidadania é acima de tudo dar condições de moradia, dar condições de lazer, dar condições de saúde, de higiene, de educação e tantas outras nesse conjunto de necessidades que compõe a necessidade do ser humano de viver com dignidade e de viver como gente.

Então, eu quero dizer aqui para discordar do ilustre Deputado Tavares: infelizmente o Partido dos Trabalhadores ainda não dispõe de forças e condições de mobilizar esse povo como nós gostaríamos. E fiquem certos de uma coisa: esta é a nossa luta, poderão demorar um pouco mais, um pouco menos, mas um dia esse Partido conseguirá chegar aos corações da maioria do povo brasileiro; e aí nós vamos fazer as ocupações que nós entendemos que são necessárias, ocupações neste País para que o seu próprio povo seja efetivamente dono do

próprio País.

Esta é a nossa luta e nós agradecemos inclusive a homenagem de Vossa Excelência, mas infelizmente nós não a merecemos porque nós não temos ainda este poder.

Obrigado. Infelizmente, o meu tempo se acabou e fico devendo a Vossa Excelência o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

(Declina)

PST com a palavra. Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos ocupar o Horário da nossa Liderança para destacar o requerimento do nosso Líder, Deputado Geraldo Cartário.

(O requerimento do Deputado Geraldo Cartário levou o nº 3389 e encontra-se publicado no Expediente já lido pelo Senhor 1º Secretário.)

Senhor Presidente, gostaria também que registrasse nos Anais da Casa, telegrama que expedimos ao Excelentíssimo Sr. Major Brigadeiro Carlos Almeida Batista, Comandante do 4º Comando Aéreo, Av.D. Pedro I, Cambuci - São Paulo - Capital.

"Nossos cumprimentos e solidariedade declarações feitas em Londrina, conforme matéria da "Folha de Londrina", edição de 06.12.91, página 8. Não podemos permitir que pessoas desinformadas e descredenciadas tentem denegrir a imagem da nossa Força Aérea e a nossa indústria aeronáutica. Merecem todo o nosso apoio e credibilidade e nosso respeito. Saudações Deputado Dirceu Manfrinato".

É isso, Srs. Deputados, que às vezes, a imagem do homem público, cai a descontento da opinião pública, em razões de medidas demagógicas. Recentemente, nós tivemos a oportunidade de ver quando o Prefeito de Londrina, Antonio Belinati, veio à televisão e anunciou o congelamento do seu salário, porque as prefeituras passam por grandes dificuldades financeiras. Por que é então que o prefeito não teve essa decisão, e se acha que ganha muito, que recebe um salário de dois milhões e oitocentos mil cruzeiros, porque é que não repassa às entidades da cidade de Londrina, uma vez que ele acha que a prefeitura não tem suporte para garantir o seu salário? Nós não podemos permitir mais esse tipo de demagogia barata que afronta, inclusive a opinião pública. Como é que nós podemos permitir? A nossa Força Aérea é um exemplo no Brasil. Nós temos aí a Esquadrilha da Fumaça. Quem é que não conhece a Esquadrilha da Fumaça? Os aviões têm feito, inclusive, apresentação no exterior, tem sido um cartão de visita do nosso país em ter-

mos de tecnologia.

Eu lamento profundamente que o prefeito de Londrina, Antonio Belinati, tenha cometido esse deslize e acima de tudo, desrespeitando a Constituição Federal, quando não é da competência da Prefeitura esse tipo de atitude. Nós temos é que parabenizar a EMBRAER pela tentativa que vem fazendo, pelos aviões que estão no mercado hoje, demonstrando a nossa tecnologia. Não é desta forma que vamos conquistar, desmoralizando o que é nosso. Temos o dever de sermos cidadãos cívicos, temos o dever de sermos patriotas, de defender o que é nosso! E é por isso que lamento profundamente que esse episódio tenha acontecido em Londrina.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, em meu nome como Deputado representando a Região de Cianorte, coloco em meu nome e em nome do Prefeito Edno Guimarães à disposição da Força Aérea Brasileira, do DAC, se quiserem o Aeroporto de Cianorte, apesar de não oferecer as condições que oferece o Aeroporto de Londrina, para que operem qualquer tipo de aeronave porque sabemos das responsabilidades que tem a nossa Força Aérea Brasileira.

E parabéns ao Deputado Preis de Maringá que poderá também ter Maringá esta grande conquista se for enterditado o Aeroporto de Londrina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 127/91, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando alterar, a partir de 1º de janeiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada.- A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício nº 1220, subscrito pelo Senhor Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando projeto de lei concedendo reajustes salariais aos Servidores do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça do Estado.- A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvêrio, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 441/91.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 079/91, que aprova o Plano Plurianual para o período 1992/95, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento. Com SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 134/91, fica autorizado o Poder Executivo a efetivar a participação acionária do Estado do Paraná na sociedade comercial ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE, que passará a ser uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 161, de 03.12.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 555/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 134/91, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetivar a participação acionária do Estado do Paraná na sociedade comercial ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE, que passará a ser uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constitui-

ção e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de lei nesta colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 555/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 134/91, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo e efetivar a participação acionária do Estado do Paraná na sociedade comercial Estrada de Ferro Paraná Oeste, que passará a ser uma sociedade de economia mista.

Sobre a matéria houveram pronunciamentos favoráveis das doulas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei nesta colenda Casa, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

Em votação

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Lei nº 555/91, no nosso entendimento, vem confirmar, na verdade, preocupações que tínhamos com relação à proposta original da construção da FERROESTE.

Nós como um dos representantes da região Oeste do Paraná, sabemos da importância que esta Ferrovia tem para a viabilização de todo o sistema produtivo de uma extensa região do Paraná e do Mato Grosso.

Nós, desde o início, discordamos da forma como foi conduzido este Projeto, onde, basicamente, a iniciativa privada entrava com o direito à exportação desta obra e o Poder Público ficava com a obrigação de obter recursos, alocar recursos e mais do que isso, ficava com o risco do empreendimento. Enquanto que, a iniciativa privada, iria auferir os lucros se houvesse.

No momento em que o Governo do Estado

do Paraná subscreve os investimentos que alocou essa Ferrovia como ações ordinárias, nós temos certeza de que o dinheiro público continuará nas mãos do Poder Público. Mais do que isso, a partir de agora, nós teremos condições de cobrar a viabilização desta Ferrovia, até agora condicionada a recursos privados. Hoje, o Governo do Estado assume esta Ferrovia, o controle acionário dele e fica com a obrigação de obter os recursos necessários para sua construção. Mais do que isso, todos sabemos que a FERROESTE é fundamental e essencial para a diminuição dos custos de transporte dos produtos de exportação e também dos produtos de importação o que permitirá viabilizar toda a produção agropecuária da Região Oeste do Paraná. Mais do que isso, ela se constituirá num importante elo de ligação com o Mato Grosso do Sul, também com os vizinhos Países do Paraguai e Argentina, ainda mais neste momento, que se deslumbra a possibilidade de integração Brasil - Argentina - Paraguai, essa Ferrovia terá uma importância muito grande.

Eu gostaria também de fazer aqui, um breve comentário, com respeito a preocupação que o ilustre Deputado Fregonese mencionou, que o objetivo maior da FERROESTE é exatamente diminuir os custos de transporte. Como se diz na nossa Região, não adianta nada você "ganhar na foice e perder no machado".

Quer dizer, se efetivamente, todo o sistema que alimentaria a FERROESTE através do Transporte Rodoviário, através do Transporte Fluvial, através do sistema de comercialização, secagem, armazenamento, ficasse submetido única e exclusivamente aos interesses da iniciativa privada, nós poderíamos aí sim, aquilo que ganharíamos, ganharia o produtor da Região, o barateamento do custo Ferroviário poderia perder nessas atividades paralelas.

Então, nos parece que é importante essa cautela que o Governo do Estado adota, em prever a possibilidade inclusive do Governo do Estado em assumir essas outras atividades paralelas a Ferrovia. Aí, nos disse o Deputado a preocupação com relação as Cooperativas. - Olha: no nosso entendimento, cabe as Cooperativas também adotarem um processo de reversão das suas atividades. Hoje, todos sabemos que de um modo geral, as grandes cooperativas têm se constituído entreposto de multinacionais, com objetivos muito claros, apenas de comercialização, a grande parte delas. Entendemos que isso não é efetivamente o objetivo maior das Cooperativas. Cabe as Cooperativas, no nosso entendimento, serem utilizadas para fomento da produção para reunir os agricultores, buscando a verticalização da sua produção, buscando a pro-

atividade, buscando assumir técnicas, novas que aumentem a produtividade e a rentabilidade do produtor. Exceto também, que aí entra um papel importante, tentando resguardar os produtores da atividade perniciosos dos atravessadores, que via de regra, acabam ficando com a parte do leão. Agora, no momento em que o Estado assume também concorrentemente essas atividades, nós entendemos que o Estado não irá prejudicar essas Cooperativas, pelo contrário, na medida que o Estado assume efetivamente o papel de agente de Exportação e Importação, oferecendo melhores condições que aquelas que hoje, as Cooperativas conseguem, nós entendemos que isso venha a fortalecer em última análise o produtor.

As Cooperativas poderão desenvolver assim a sua verdadeira vocação no processo de agroindustrialização que é o mais importante no nosso entendimento ficando o Estado através da FERROESTE, com a responsabilidade de baratear custos dos transportes e armazenamento. Fundamentalmente essa é a questão, questão essencial hoje, para o prosseguimento para a viabilidade de todo o processo produtivo da Região Oeste, Sudoeste e no Mato Grosso do Sul também.

Portanto, nós queremos saudar essa Mensagem do Governo, lembrando que mais uma vez, que nós questionamos o Projeto original e apenas lamentamos até agora, no nosso entendimento uma postura muito estranha, é que aqueles que foram responsáveis pela elaboração do projeto original, que foi cancelado e anulado pelo Governo do Estado, que assinalaram as Atas das concorrências de "carta marcada" etc... que todos nós sabemos, continuem à testa desse empreendimento.

No nosso entendimento portanto, falta credibilidade àqueles que hoje, estão à testa do órgão que irá gerenciar este importante empreendimento a esta importante empresa que é a FERROESTE.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, concedemos a palavra ao Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu já me pronunciei no Horário das Lideranças. Eu só gostaria de dizer que nós somos favoráveis à proposta da Ferroeste, votaremos favoráveis à FERROESTE. Só que nos permitimos amanhã, emendar o Projeto, pois como está simplesmente, englobaria, hoje, em termos nacionais, a FERROESTE, a COPASA (sic), a CIBRAZEM (sic), o Loyd Brasileiro e a Rede Ferroviária Federal e mais alguns órgãos do Estado. Todos eles deficitários, e mostrando que não servem para muita coisa.

Portanto, nós gostaríamos que todos os Senhores Deputados tivessem, perdessem dez minutos do seu tempo, hoje, e analisassem profundamente o artigo 3º desta Lei da FERROESTE. Somos favoráveis à Ferrovia. Nunca fomos contrários à ferrovia alguma. Só que esperamos que com as nossas emendas corrijamos os erros que porventura adviriam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG (Para Encaminhar) - Em 1º lugar, gostaria de dizer ao nobre Deputado Ernani Pudell que parece que ele não está bem a par de como foi feita a FERROESTE. Isto é natural. É mais fácil falar do que acompanhar o que de fato, realmente, aconteceu.

A FERROESTE, inicialmente constituída como empresa privada, e eu sou favorável a que ela continuasse como empresa privada, nós passamos mais de seis anos lidando com recursos para que ela pudesse, como empresa privada, alocar estes recursos, vindos do Governo Federal, entidades federais e entidades, inclusive, do exterior.

O BNDS, como nós sabemos, tem muito mais condições de financiar uma empresa privada do que uma empresa pública. Também organismos internacionais, como o BID, o Banco Mundial, estão muito mais propensos à financiar alguma empresa privada do que uma empresa pública. Mas, o que é mais importante, o que nós não podemos perder de vista nunca, é a prioridade. E a prioridade, seguramente, é a execução da Ferroeste. Se nós achamos que ela é mais importante pela empresa privada - e nós achamos isto - lidamos durante mais de um ano para alocar recursos através da iniciativa privada. Mas, se o atual Governo achou por bem transformá-la numa empresa pública, não somos nós que vamos evitá-lo. Eu acho que nós temos que nos somar para que finalmente nós tenhamos a FERROESTE, que é o principal. Porque, se nós não fizermos a FERROESTE, daqui a pouco Santa Catarina vai fazer uma ferrovia ligando o oeste do Estado, com a Capital, no seu Porto; e aí vamos perder, inclusive, a prioridade e vamos perder inclusive a possibilidade de ter uma viabilidade econômica para executar a nossa Ferrovia.

Este é que é o grande problema. O problema é que no nosso País você não pode ter duas ou três ferrovias ligando o Porto ao oeste. Uma delas vai perder a viabilidade. E só a primeira que for executada é que terá viabilidade. Então, esta é que é a oportunidade. Nós temos que achar mecanismos. Se o Governo do Estado tem estes

mecanismos, muito bem. Eu acho que nós não podemos perder isso. Nós temos que aprovar urgentemente esta possibilidade. Porque senão outros Estados o farão. São Paulo "useiro e vezeiro" faz isso. Ele faz suas hidrovias, suas ferrovias, e nós vamos continuar batendo palmas para São Paulo. Podemos brigar. Fazer um discurso bonito quanto a São Paulo, só que antes não fizemos nada.

Então, isto é que é o importante. Eu quero dizer ao Deputado Ernani Pudell que não foi feita malandragem nenhuma, porque inclusive o Tribunal de Contas mandou fazer uma nova concorrência. Só se o Tribunal de Contas não sabe nada. E ele é quem sabe das coisas. Eu tenho certeza de que o Tribunal de Contas sabe muito mais do que ele.

Então, é a oportunidade que temos para fazer a Ferrovia. Acho que isto é que é o importante. A Ferrovia já tomou passos importantes e nós temos que dar apoio para que os recursos, aí sim, venham ao Estado do Paraná, através de entidades públicas, como é o caso, agora. Empresa privada, nenhuma mais, vai se prestar a emprestar dinheiro para esta Ferrovia, porque nós eliminamos a possibilidade da empresa privada.

Quanto à preocupação do Deputado Lourenço Fregonese, eu acho que é válida. Nós temos que ter mecanismo, talvez através de Emenda ou não, a que isto se restrinja ao leito ou às terras limítrofes da própria Ferrovia. Porque a ferrovia é feita para isso. E a concorrência com as cooperativas, eu acho que é salutar. As cooperativas eram os maiores sócios da Ferrovia. Quem não sabe, e muitas pessoas talvez não saibam, a FERROESTE, nos moldes de empresa privada, ela tinha como maioria ações de empresa privada, das quais a principal era a COTRIGUAÇU (sic), que era a cooperativa de todo o oeste. Infelizmente, agora, ela vai se afastar, naturalmente, porque ela não tem voz nenhuma e o próprio Governo do Estado vai procurar os recursos para a execução desta obra. Eu acho que muito mais importante que tudo é a execução da obra até Guaíra. Nós nos propusemos, na época, a fazer o Projeto de um ramal ao Sudoeste, que eu acho que é muito importante, é muito importante nós ligarmos o Sudoeste do Estado a esta ferrovia, porque tem outro tipo de carga, nós vamos poder melhorar ainda mais o perfil da própria ferrovia. E isso que é importante. Acho que nós temos que nos unir para finalmente nós termos a nossa ferrovia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.
Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 132/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00, aos vigentes orçamentos próprios da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, da Fundação Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Faculdade Estadual de Cornélio Procópio e o orçamento de investimento do Instituto de Tecnologia do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 157 de 27.11.91 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 548/91

P A R E C E R:

De iniciativa do Senhor Chefe do Poder Executivo, é objeto de nossa análise o Projeto de Lei nº 548/91, que dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar no valor de cem milhões de cruzeiros aos orçamentos próprios da Fundação de Esporte e Turismo, Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Faculdade Estadual de Cornélio Procópio e o orçamento de investimento do Instituto de Tecnologia do Paraná.

Sob o aspecto jurídico, a proposta encontra amparo no que dispõe o artigo 135, V da Constituição Estadual e a Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Concluimos, desta forma, pela juridicidade do Projeto de Lei nº 548/91, manifestando nosso Parecer favorável à sua normal tramitação encontrando-se em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 03.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 548/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 132/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 aos vigentes orçamentos próprios da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, da Fundação Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Faculdade Estadual de Cornélio Procópio e o orçamento de investimento do Instituto de Tecnologia do Paraná, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constitui-

ção e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 548/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem nº 132/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) aos vigentes orçamentos próprios da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, da Fundação Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Faculdade Estadual de Cornélio Procópio e o orçamento de investimentos do Instituto de Tecnologia do Paraná, conforme especifica.

Sobre a matéria houveram os pronunciamentos favoráveis das doudas Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Orçamento não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 131/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 29.597.000,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA nº 157 de 27.11.91 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 547/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 131/91, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que visa aprovar um Crédito Suplementar no Valor de Cr\$ 29.597.000,00 (vinte e nove

milhões, quinhentos e noventa e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ.

Analisando-se a matéria sob os aspectos legal e constitucional, nada há que obste sua tramitação, por não se encontrar qualquer irregularidade.

Por estas razões, opinamos pela normal tramitação do mesmo e sua consequente aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 547/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 131/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 29.597.000,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 547/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 131/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 29.597.000,00, ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR.

Sobre a matéria houveram pronunciamentos favoráveis das doudas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Orçamento não há nada que possa obstar a tramitação do referido projeto de lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/91 de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 128/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.642.592.000,00 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões e quinhentos e noventa e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA nº 157 de 27.11.91 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 544/91

P A R E C E R:

O presente Plano e lei, oriundo da Mensagem nº 128/91, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.642.592.000,00 (dois bilhões e seiscentos e quarenta e dois milhões e quinhentos e noventa e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, conforme específica.

Chamada esta Comissão, entende que a apresentação da matéria a esta Casa de Leis, torna-se necessária, já que tais recursos serão destinados a pagamento de despesas ambulatoriais referentes a novembro de 1990.

Por não haver impedimentos de ordem constitucional ou legal a presente matéria, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 544/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 128/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.642.592.000,00 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, conforme específica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da doughta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 544/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 128/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.642.592.000,00, ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável das doughtas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Orçamento não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 126/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.001.965.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA nº 157 de 27.11.91 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 542/91

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de nº 126/91, que visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.001.965.000,00 (seis bilhões, um milhão e novecentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação.

Procedida a análise da matéria, o presente Projeto preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 542/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 126/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.001.965.000,00 (seis bilhões, um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, conforme específica.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação no Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 542/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental, nº 126/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.001.965.000,00 (seis bilhões, um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação.

Sobre a matéria, houveram os pronunciamentos favoráveis das doudas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Orçamento não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 124/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 aos vigentes orçamentos

próprios da Fundação Universidade Estadual de Maringá e da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 157 de 27.11.91 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 540/91

P A R E C E R:

Através da Mensagem nº 124/91, oriunda do Poder Executivo, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Maringá e da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, conforme específica.

Analisando-se a matéria sob os aspectos legal e constitucional, a mesma encontra-se perfeitamente adequada, inexistindo qualquer irregularidade.

Por estas razões, opinamos pela tramitação do presente e sua consequente aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 540/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 124/91, tem finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Maringá e Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, conforme específica.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tal neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 540/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 124/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Maringá e da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Sobre a matéria, houveram os pronunciamentos favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Orçamento não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 125/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 150.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 157, de 27.11.91 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 541/91

P A R E C E R:

O Poder Executivo, através do protocolo nº 11745/91, propõe a aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) ao Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, indicando no Art. 2º a fonte para tais recursos.

Portanto, a matéria tem condições de ser aprovada, pelos nobres Colegas, pois está de acordo com os preceitos constitucionais que prevêm a ocorrência de tal necessidade.

O nosso parecer é favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 541/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da

Mensagem Governamental nº 125/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda.

Sobre a matéria, houveram os pronunciamentos favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Orçamento, não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 541/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 125/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) ao Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da dunta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 539/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 123/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D. A. nº 157 de 27.11.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 539/91

P A R E C E R:

O Plano de lei em tela, oriundo do Po-

der Executivo, Mensagem n. 123/91, tem a finalidade de aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, conforme especifica.

Os recursos supracitados provenientes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado, sob Supervisão da SEFA, serão aplicados em despesas com desapropriação de áreas para a ampliação do Aeroporto Afonso Pena.

No âmbito desta Comissão, que cabe analisar a constitucionalidade da matéria, verificamos que não há óbices que impeçam a normal tramitação deste.

Assim sendo, pelos motivos acima expostos e considerando-se a necessidade da ampliação do Aeroporto de nossa Capital, opinamos FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO do presente Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 539/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 123/91, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), a vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que impeça a tramitação do Projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 539/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 539/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, conforme especifica.

Curitiba, segunda, em 09.12.91

Sobre a matéria houveram os pronunciamentos favoráveis das doutas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Orçamento não há nada que obste à tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 535/91, autoria do Deputado TADEU LÓCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREDERICO OZANAN, com sede e foro na Comarca de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 156 de 26.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 535/91

P A R E C E R:

Autor: Deputado TADEU LÓCIO MACHADO

O Plano de Lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro na Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Os documentos acostados, comprovam, por outro lado que a Associação Beneficente Frederico Ozanan, da Comarca de Cruzeiro do Oeste, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria não são remunerados (art. 22), pela Sociedade, e relevantes.

Inexistindo quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 524/91, de autoria do Deputado JOAO BATISTA ARRUDA, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná a ALCENI ANGELO GUERRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Public. no DA. n. 151 de 18.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 524/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado João Arruda, o presente Projeto de lei n. 524/91 pretende conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ministro Alcení Angelo Guerra.

Não resta dúvida que o Deputado autor ao indicar o nome do pretense homenageado contemplou os requisitos exigidos pela lei, uma vez que Alcení Guerra tem desempenhado com denodo todas suas funções públicas, desenvolvido ação em favor de obras de relevante valor social e participado ativamente na defesa dos postulados democráticos e das instituições.

O futuro cidadão paranaense tem marcado sua vida pela benemerência buscando sempre a justiça social. Já foi inclusive criticado por alguns setores, por estar destinando recursos para a construção de hospitais, pronto-socorros, equipamentos sofisticados, como bombas de cobalto, e até escolas integrais, para o Estado do Paraná.

Não existe óbice de natureza regimental e constitucional que possa impedir a normal tramitação do projeto.

É o parecer.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 04 (quatro) sessões do Projeto de Lei n. 524/91.

Aprovado.

Fica portanto retirado da Ordem do Dia por 04 (quatro) Sessões o Projeto de Lei n. 524/91.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 512/91, de autoria do Deputado JOÃO BATISTA ARRUDA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapejara D'Oeste, os lotes que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n.º 149 de 12.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 512/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Arruda, o Projeto de lei n. 512/91, autoriza o Executivo Estadual a doar ao Município de Itapejara D'Oeste, os lotes urbanos que especifica.

Estando devidamente instruído, não encontramos nenhum óbice a sua tramitação normal nesta Casa.

Nosso parecer é pela sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 26.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

PROJETO DE LEI N.º 512/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado JOÃO ARRUDA, enseja autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Itapejara D'Oeste, os lotes urbanos que especifica.

Atendendo que os objetivos que inspiram o epígráfico se assentam sobre inequívoco e consistente interesse social, opino pelo integral acolhimento da proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 436/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que declara de Utilidade Pública a Associação "Grupo 90" com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n.º 124 de 30.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 436/91

P A R E C E R:

O Plano de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado João Preis, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação "Grupo 90", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição, notamos que a iniciativa cumpre com quase todos os requisitos necessários, determinados pela Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, menos o requisito temporal, preceituado pelo inciso I, do artigo 1º, da referida Lei, pois a entidade não possui personalidade jurídica há mais de um ano, como comprova o registro no 4º Cartório Civil de Pessoas Jurídicas, registrado sob o n. 1477, no livro "A", de pessoas jurídicas, datado de 03 de dezembro de 1990, constante da folha n. 16, do processado.

Nestas condições, somos de parecer de que a presente Proposição aguarde, arquivada nesta Comissão de Constituição e Justiça até a data de 03 de dezembro de 1991,

momento em que adquirirá personalidade jurídica por um ano, estando então de conformidade aos preceitos da Lei.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 429/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que altera a redação do Artigo 1.^o, da Lei n. 9.441, de 16 de novembro de 1990, que criou o Município de Honório Serpa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Public. no DA. n. 121, de 07.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 429/91

P A R E C E R:

O nobre Deputado Geraldo Cartário vem propor a alteração da redação do artigo 1.^o, da Lei n. 9.441, de 16 de novembro de 1990, que criou o Município de Honório Serpa "ad referendum" do resultado do plebiscito.

Muito embora a Constituição Estadual do Paraná e a Lei Complementar n. 56, de 18 de fevereiro, do corrente, proibam a criação, incorporação, fusão e desmembramento de município sem consulta prévia às populações, a presente proposição não encontra impedimento constitucional ou legal, uma vez que tem como objetivo corrigir confrontações citadas na Lei de criação do referido Município, e que não condizem com as do IBGE.

O parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 429/91.

Aprovado.

Fica portanto arquivado o Projeto de Lei n. 429/91.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 523/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor JOÃO BARBOSA DE MACEDO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo. Em votação.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

503/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza auxílios e concede incentivos a empresas no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado neste turno o Projeto e por apreciar a EMENDA DE PLENÁRIO.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda. Aprovada.

O Projeto e a Emenda irão à Redação Final.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para registrar o voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, COMERCIO E INDUSTRIA

PROJETO DE LEI N° 503/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, chega a esta Comissão o Projeto de lei em epígrafe que tem por finalidade autorizar auxílios e conceder incentivos a empresas no Estado do Paraná.

Chamada a opinar a douta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que pudesse obstar sua normal tramitação e posterior aprovação pelos nobres Deputados.

No âmbito desta Comissão, nada existe que impeça sua aprovação, pelo contrário, a medida visa criar condições mais favoráveis às pequenas e médias empresas voltadas para o setor produtivo que, juntamente com todo o resto do país, passam por inúmeras dificuldades econômicas.

Desta forma, opino pela aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.91.

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA N° 01, AO

PROJETO DE LEI N° 503/91

P A R E C E R:

Examinando a Emenda Modificativa n. 01 ao Projeto de lei n. 503/91, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, chegamos à conclusão que a mesma não fere dispositivo constitucional ou legal, uma vez que modifica o prazo para o Poder Executivo regulamentar um Projeto de lei meramente autorizatório, contudo sem alterar o espírito da Proposição, a qual já nos manifestamos favoravelmente em parecer anterior.

Portanto, declaramo-nos pela aprovação da emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
JOSE TAVARES

Relator

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 163/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que autoriza a criação da Central de Atendimento de Emergência através de ambulância na Região Metropolitana de Curitiba. Com SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA APRESENTADA AO PROJETO DE LEI Nº 163/91

P A R E C E R:

SÔMULA: Autoriza a criação da Central de Atendimento de Emergência através de Ambulância na Região Metropolitana de Curitiba.

A emenda substitutiva apresentada pelos ilustres Deputados integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores é manifestamente inconstitucional, pois que fere o princípio da independência entre os Poderes do Estado, consagrado na Carta Magna Paranaense, em seu artigo 7º.

Com efeito, a eventual aprovação da emenda estaria caracterizando indevida ingerência do Poder Executivo no Legislativo, tendo-se em vista os termos de seu artigo 4º que ilegalmente DETERMINA se proceda a doação de bens integrantes de seu patrimônio, ato esse que é de competência exclusiva desta Casa e poderá ser exercido através de uma resolução ou simplesmente de uma decisão administrativa.

Pelo exposto, opinamos pela REJEIÇÃO da emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
RAFAEL GRECA

Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lendo atentamente o Parecer emitido no referido Projeto, com relação a nossa Emenda Substitutiva, percebemos que o Parecer, na verdade é contraditório. As razões que o parecer adotou para invalidar a proposta original do Projeto de Lei de autoria do ilustre Deputado Carlos Simões, são exatamente as razões que nós adotamos

no Substitutivo.

O Projeto original falava na possibilidade de criação de uma central de ambulância, todavia o Projeto carecia de uma estrutura formal, não previa qual o órgão responsável pela gestão desse equipamento público, não previa praticamente as fontes de recurso, e não trazia, enfim, os requisitos mínimos necessários à sua implantação, na prática, além de ser meramente autorizatório.

A nossa Emenda procurou exatamente corrigir estas falhas do Projeto original, entre elas nós colocamos que o órgão gestor da Central de Ambulância seria o Conselho Estadual de Saúde que estabeleceria as suas diretrizes e submetido no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde a sua gestão; também no nosso Projeto nós fizemos constar a previsão de que a estrutura material, os equipamentos necessários viriam do Poder Legislativo através das suas ambulâncias e também os recursos orçamentários destinados à manutenção dessa estrutura de atendimento viriam das verbas destinadas à assistência social dos Senhores Deputados.

O Parecer, data vênia, absolutamente contraditório e que na verdade reforça os argumentos que nós colocamos no nosso Projeto, no nosso substitutivo. Vejam bem, o primeiro deles diz que o nosso Projeto é manifestamente inconstitucional pois fere o princípio da independência entre os Poderes do Estado e diz ainda que a eventual aprovação caracterizaria numa indevida ingerência do Poder Executivo no Legislativo.

Primeiro lugar, manifestamente inconstitucional é a atual estrutura de atendimento do Poder Legislativo através das suas ambulâncias. Não cabe ao Poder Legislativo do Paraná invadir a competência do Poder Executivo mantendo um serviço de assistência à saúde, no caso um corpo de ambulâncias destinado a atendimento de pessoas de terceiros, pessoas do povo.

Portanto, hoje a atual estrutura mantida pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no seu corpo de ambulâncias, é na verdade absolutamente inconstitucional, pois é uma invasão de competência do Poder Legislativo em atribuições específicas do Poder, perdão, hoje a atual estrutura de ambulâncias do Poder Legislativo é uma ingerência em atribuições específicas do Poder Executivo.

Segundo, diz que o nosso Projeto, a nossa emenda, caracteriza uma indevida ingerência do Poder Executivo no Legislativo, quando na verdade é ao contrário; esta emenda teve origem em Deputados, não Mensagem do Governo do Estado do Paraná.

É portanto, um ato de soberania desse Poder quando esse Poder se dispõe de suas

estruturas para cedê-la ao órgão competente, que é o Poder Executivo, para executar um serviço que indevidamente estava fazendo. Portanto, em momento algum o Poder Executivo teve interferência em nosso Projeto, pelo contrário, o nosso Projeto teve origem em proposta de Deputados na Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, é um Projeto originário do Poder Legislativo e trata sobre tudo da sua estrutura do seu próprio Poder. Mais do que isso, determina a doação de bens.

Ora, cabe à Assembléia Legislativa, isso é privativo dela, dizer o que fazer da sua estrutura, e a única coisa que na verdade o parecer se agarra para concluir pela inconstitucionalidade, é dizer que tal medida poderia ser exercitada através de um Projeto de Resolução ou simplesmente de uma decisão administrativa. Ora, a nossa proposta veio exatamente em cima de um Projeto que estava em tramitação nesta Casa, como são matérias correlatas, tanto a nossa proposta como o Projeto original, nada mais correto que a nossa proposição, a proposição de doação do equipamento de ambulância da Assembléia e da verba de assistência social tivesse sido feita sob emenda.

Aliás, atendendo o princípio do aproveitamento dos atos legislativos, mesmo princípio que vigora, por exemplo, no processo da justiça comum, é o princípio do aproveitamento dos atos processuais. A simples denominação da nossa emenda e não sendo denominada um Projeto de Resolução, não invalida de forma alguma a nossa proposta, até porque o importante, neste caso, é o espírito. Ou seja: o nosso Projeto visa, basicamente, primeiro, corrigir uma inconstitucionalidade do próprio Poder Legislativo que opera o sistema de ambulâncias, que deveria ser operado, privativamente, pelo Poder Executivo.

Segundo, não cabe aos Parlamentares cuja atribuição máxima é legislar e fiscalizar o Poder Executivo, não nos cabe gerir verbas de assistência social. Para isso, temos os órgãos das secretarias competentes do Estado. Portanto, corrigimos duas questões flagrantemente inconstitucionais que são atribuições que o Poder Legislativo vem exercendo em completa afronta aos princípios da independência e harmonia entre os Poderes.

Isso sim é inconstitucional. Seria inconstitucional se a nossa emenda tivesse origem no Poder Executivo, aí sim ela seria inconstitucional, porque seria uma ingerência do Senhor Governador do Estado em estruturas e equipamentos de propriedade privativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Portanto, tendo nascido essa emenda exatamente da atividade legislativa de De-

putados desta Casa, este vício na verdade não existe.

E por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nós queríamos rebater os termos do Parecer da CCJ, reconhecemos o esforço que os nobres Pares tiveram para elaborar um Parecer Contrário à nossa proposição, mas, lamentavelmente foram vítimas de suas próprias contradições e acabaram, na verdade, por fortalecer o nosso argumento que é exatamente aquilo que vem sendo colocado na emenda substitutiva.

E para finalizar, eu gostaria aqui, de fazer uma defesa do mérito da nossa proposta. O Poder Legislativo, neste País, tem sido profundamente atacado por não exercer as suas atribuições como lhe é de direito.

Ilustre Deputado que nos antecedeu, Mário Bezerra, fez um eloquente discurso aqui, demonstrando que nós estamos delegando os poderes mais importantes, a própria razão de ser desse Parlamento, estamos delegando na Lei Orçamentária ao Poder Executivo. Nós temos sido vítimas de constantes denúncias por parte da imprensa de que o Poder Legislativo é um Poder pródigo, um Poder acostumado às mordomias, um Poder acostumado a legislar em causa própria. No momento em que, toda a estrutura do Estado brasileiro, toda a estrutura administrativa do Estado carece de uma credibilidade, de uma legitimidade, nós entendemos que um Projeto desta natureza, quando os Deputados abrem mão, abrem mão de instrumentos que lhe permite seduzir os seus eleitores, nós abrimos mãos desse instrumento, para entregá-lo a um órgão competente que terá condições de maximizar o uso dessas ambulâncias.

Vejam bem Senhores Deputados, será uma ambulância em cada uma das vias rápidas de Curitiba com a possibilidade de chegar no local onde há um acidente ou num local onde haja uma emergência. Nós teríamos condições de ter uma ambulância que chegue em poucos minutos e que irá salvar talvez milhares e milhares de vida no seu trabalho, na sua execução.

É isso que nós estamos propondo. É um ato de grandeza do Poder Legislativo quando abre mão de algo que lhe facilita, que lhe interessa em termos pessoais dos ilustres Deputados para prestar e criar uma estrutura eficiente de atendimento à população. Isso ficará na história! Nós sere-mos julgados pela história por esse ato, esse ato de moralização, de grandeza do Poder Legislativo, nós vamos ~~se~~ afirmar enquanto Poder, nas nossas corretas atribuições, abriremos mão daquelas que não são atribuições privativas do nosso Poder, mas vamos firmar aquelas que realmente temos que garantir e assegurar que sejam exercidas, que é o nosso poder de legislar

e, fundamentalmente o nosso poder de fiscalizar o Poder Legislativo.

Era isto. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Meu querido Deputado Ernani Pudell.

Se até fosse real este sonho que Vossa Excelência colocou na tribuna desta Casa e que ele se tornasse uma realidade no Estado do Paraná, votaria com Vossa Excelência. Mas não vai acontecer isto. Não vai acontecer porque sei que o Deputado, quando vem para esta Casa, como disse Vossa Excelência e muito bem por sinal, ele vem para cá para legislar, para criar leis. Leis que caminhem de encontro à família brasileira do Estado do Paraná.

Mas, existe um porém. Quando adentramos nesta Casa, os nossos gabinetes ficam abarrotados de seres humanos, e pediria a Vossa Excelência que desse uma chegada ao meu agora para o Senhor ver a fila que lá está; uns pedindo uma ambulância para levar um doente até o hospital, outro para buscar um corpo na Cidade de Campo Mourão, como recebi um telefonema hoje, a ambulância teria que sair hoje para Campo Mourão para buscar um corpo para ser sepultado na Capital do Estado... E eu fico divagando, acho o projeto do Deputado Carlos Simões também um sonho que não vai ser colocado em prática nunca! Não vamos ter uma ambulância a cada cem metros! Se não temos condições de ter uma viatura de Polícia Rodoviária, nem um posto da Polícia Rodoviária a cada 50 Km neste Estado, como existe nos países desenvolvidos! Não vamos ter isto!

Acho o sonho de Vossa Excelência bonito. Mas, neste exato momento está no meu gabinete um trabalhador de Sertãozinho que veio de lá até aqui para receber o seu aparelho de surdez. Aparelho que custa 750 mil cruzeiros. Estão no meu gabinete os representantes da firma que fazem estes aparelhos e eu vou doar a este trabalhador este aparelho de surdez para ele ter o direito de ouvir e de aprender a falar. Aí Vossa Excelência falaria: não é sua obrigação. É claro que não é minha obrigação. É obrigação da LBA. Mas recebi nesta semana uma média de 300 processos que encaminhei à LBA e esta disse que não tem dinheiro para comprar aparelhos de surdez para surdos e mudos. Mas tem dinheiro para comprar bicicleta!

Não sei se comprou, ou não comprou... está é o País dos contrastes. Mas é verda-

de.

Encaminhei ao órgão do Governo, também não existe possibilidade. O cidadão está na minha porta e não vou tocá-lo para fora. Não! Vou ter que ajudá-lo de qualquer maneira. Como recebi uma carta agora há pouco da região que Vossa Excelência é Deputado, Deputado Orlando Pessuti, um trabalhador me pedindo cento e cinquenta e dois mil cruzeiros para tratar dos seus dentes. Não é obrigação minha, a obrigação dele é bater num órgão assistencial da Prefeitura, a Prefeitura mandaria examinar os dentes desse cidadão e mandaria fazer o tratamento, só que ele me diz na carta que já bateu na porta de 300 mil pessoas e ninguém resolveu nada e ele precisa fazer o tratamento, ele precisa de uma parcela do dinheiro da minha assistência social, e eu vou mandar, não o cento e cinquenta, pelo menos a metade, porque a minha verba de assistência social esse mês já está comprometida com farmácia aqui na frente da Assembléia, está comprometida com internato, porque trago os doentes, interno, pago, dou café da manhã, dou almoço, dou café da tarde, dou a janta, depois encaminhamos ao hospital, depois, retorna do hospital vem para o internato que nós sublocamos na Capital, tudo isso aí um Deputado faz, não é obrigação do Deputado, é obrigação do Governo do Estado do Paraná, é obrigação de que a Constituição seja seguida conforme foi aprovada em Brasília e aqui no Estado do Paraná, e que lamentavelmente tanto Vossa Excelência com o Deputado Ernani e outros já disseram que a nossa Constituição é desrespeitada, ela não é seguida, ela não é obedecida, são leis que não são obedecidas, leis que não são colocadas em prática.

Agora, eu confesso aos Senhores eu não tenho vergonha de receber a minha verba de assistência social, não tenho. Não tenho porque eu sei onde eu a emprego, não sou gigolô do dinheiro público, faço do dinheiro o que bem entendo e não tenho que dar satisfação a ninguém, só tenho que dar satisfações a 86 mil votos que fiz no Estado do Paraná, e esses eu dou satisfação, mas respeito aqueles que concordem com o sonho do Deputado Ernani Pudell, que acho um sonho viável, agora há pouco, ele disse na tribuna e me chamou a atenção, porque presto atenção, ele disse que se nós quiséssemos, nós poderíamos colocar uma ambulância em determinados setores da região metropolitana, mas não é isso, nós tínhamos que ter dez viaturas em Rolândia, dez em Cambê, dez em Campo Mourão, cinquenta na Capital do Estado. Nós tínhamos que ter plantões de assistência social em todos os municípios do Paraná para que à hora que o paralítico chegasse lá, não precisasse de tanta frescura, e palhaçada, atestado mē-

dico, atestado de pobreza, atestado de "AIDS", atestado não sei do que, para o pobre de um desgraçado receber uma cadeira, ele precisa de 300 mil atestados nesse País.

Nós poderíamos ter um setor de assistência social em que o paralítico lá chegasse e falasse, - eu sou paralítico, não quero ir atrás do Deputado Ernani, ou atrás do Deputado Grassano, ou atrás do Deputado Dirceu, eu quero aquilo que foi aprovado aqui, é a assistência social do Governo; eu quero uma cadeira, eu quero uma muleta, eu preciso de uma ambulância para levar minha filha para fazer fisioterapia. No ano passado, eu fiquei levando com a minha ambulância, uma menina paralítica que achei em Colombo, jogada no fundo de uma casa sem condições de ser transportada para fazer fisioterapia, ninguém quis ajudar, ninguém quis. Ela veio aqui e bateu nas portas do meu Gabinete, não é obrigação do Deputado.

Esta semana passada, uma funcionária desta Casa, bateu à porta do meu Gabinete que estava grávida e precisava ser operada e não tinha dinheiro para pagar a operação, que o convênio que ela fazia deu tudo errado, que eles não pagavam, eu imediatamente arrumei o hospital e pedi que se fizesse a operação nessa jovem. Não é a obrigação do Deputado, é obrigação do Governo do Estado do Paraná, é obrigação do Governo Federal. O dia em que o Governo Federal fizer jus à Constituição que foi aprovada, aí eu tenho certeza de que nós vamos legislar, não vamos ser assistentes sociais, mas não deixo de parabenizá-la pela idéia.

Oxalá esta idéia, se aprovada, se fosse ao Palácio, fosse colocada em prática, nossa, seria uma vitória não de Vossa Excelência, mas de todo o Parlamento, mas mesmo se aprovada, sabe quando vai ser colocada em prática? Nunca, jamais!

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Eu, data vênia, entendi que a manifestação do ilustre Deputado Alborghetti não foi contrária à emenda. Eu entendi que o pronunciamento, a manifestação do Deputado foi, da mesma forma que o nosso pronunciamento, favorável, até porque, lembrando ao Deputado, que as abelhas vêm aonde tem o mel, se nós vamos transferir o mel para outro lugar, outro pote, elas irão lá apanhar o seu mel.

Então, eu entendi que a argumentação do Deputado fortaleceu o nosso argumento e, mais do que isso, Deputado, é exatamente o que era um sonho nós transformarmos em realidade.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, apenas para encaminhar rapidamente. (Assentimento).

O projeto originário é de lavra do ilustre Deputado Carlos Simões que propõe, então, a criação, em seu artigo 1º de uma central de atendimento de emergência através de ambulância na região metropolitana de Curitiba. E o inciso primeiro diz que o serviço de atendimento de emergência será prestado quando de solicitação, através de chamada telefônica ao número de telefone central de atendimento e etc. e vai, tem mais dois artigos.

A propositura, a proposição, a idéia do Deputado Carlos Simões, que foi objeto de emenda substitutiva pela Bancada do PT, de minha parte tem o meu voto contrário tanto à iniciativa quanto à emenda, porque ambas são inconstitucionais, até porque, além da inconstitucionalidade, de que fala muito bem o ilustre Deputado Rafael Greca na Comissão de Constituição e Justiça, além dele fazer alusão ao preceito constitucional, faz um comentário em seu Parecer:

"Por tudo isso, se chega à conclusão indiscutível de que a pretensão do subscritor do projeto seria exequível por um simples ato de vontade administrativa do Poder Executivo ou através de gestões pessoais do nobre Deputado junto aos órgãos competentes".

Bem, além desse aspecto constitucional que esta Casa não pode fugir dela, tem também o funcional, o exequível porque eu também gostaria que a minha região, que as outras regiões do Paraná também dispusessem desse serviço de atendimento, seria uma maravilha se a cada vez que se necessitasse desse tipo de atendimento, como diz o Deputado Alborghetti, tivéssemos ao alcance de uma ligação telefônica, uma ambulância.

Apenas, como muito bem colocou o ilustre Deputado Líder do PT, quando disse que o Deputado Alborghetti não disse se era contra ou a favor da proposição, eu quero dizer que sou contra a iniciativa do Deputado Carlos Simões, não a política que ele pretendeu estender o atendimento às pessoas mais carentes, como a do PT que usa de artifícios que não convencem de forma alguma, até porque entra na competência exclusiva do Poder Legislativo, quando não é a intenção do ilustre Líder Carlos Simões.

Então, concluindo, Senhor Presidente, além do aspecto da inconstitucionalidade, eu digo da impossibilidade de se instalar isso na região metropolitana, o que seria bom demais. E nós outros, lá das regiões distantes, Nova Esperança, Nova Londrina haveríamos também de ser lembrados.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TOLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Muito embora respeitando a questão prioritária que dá ao Deputado Carlos Simões a este atendimento emergencial de saúde na região metropolitana, nós entendemos do alcance social do projeto, porém nós temos que analisar pelo aspecto legal dessa proposta que já está definido no Parecer da C.C.J. da sua inconstitucionalidade, além do que esta Casa, porque o projeto não diz qual será o órgão gestor dessa central de ambulâncias e além do que, além de estarmos ferindo a autonomia dos municípios, esta Casa vai votar provavelmente ainda nesta semana ou na semana que vem, quando da convocação, o projeto de lei que transforma a COMEC em autarquia, e a COMEC é o órgão gestor da região metropolitana. É o órgão que evidentemente dá toda estrutura técnica e básica para os municípios da região metropolitana e aqui no substitutivo geral que eu tenho e que será abordado por esta Casa, no item 10 diz:

"A emissão de parecer sobre concessão, permissão, autorização e ampliação de serviços decorrentes das funções públicas de interesse comum no âmbito da região metropolitana de Curitiba ouvidos os municípios interessados".

Então a COMEC será o órgão gestor para a região metropolitana, não podemos invadir a privacidade dos municípios, a autonomia dos municípios e não vejo que haja possibilidade de que esse projeto possa ser levado à frente.

Porque, como disse o Deputado Alborghetti, os nossos gabinetes estão abarrotados. Somente hoje, já dois enterros e dois internamentos. Na semana passada, tive que fazer um bingo para poder pagar despesa hospitalar. Isso ocorre diariamente e em especial para os gabinetes dos Deputados que são radialistas, que são Deputados, evidentemente, que são mais conhecidos na região de Curitiba e na região metropolitana.

Então, com toda boa vontade que nós teríamos de votar favorável, eu quero dizer ao Deputado Carlos Simões, que a minha votação contrária ao projeto não se prende a questão política nem contra a região metropolitana, muito pelo contrário. Afinal de contas, eu sou municipalista e faço parte do bloco dos Deputados da região metropolitana, mas eu tenho que respeitar um projeto que nós vamos votar aqui na semana que vem, que vai tornar autarquia a COMEC que é o órgão gerenciador da região metropolitana. Nesse sentido, é que eu vou votar contrário para não desrespeitar inclusive o parecer da C.C.J.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores

Deputados que aprovam o substitutivo queiram levantar-se.

Rejeitado.

Em votação o Projeto. Parecer contrário da C.C.J. e favorável de duas Comissões.

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Solicitamos verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se.

Vinte rejeitam, vinte e cinco aprovam. Está aprovado o projeto.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 78/91, que dispõe sobre o Orçamento Fiscal, o Orçamento Próprio da Administração Indireta e o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista para o exercício financeiro de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento. Com SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AS EMENDAS NºS 588/91 E 778/91 AO PROJETO DE LEI Nº 440/91.

As Emendas nºs 778 e 588 passam a ter a seguinte redação:

Art. ... - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para atender despesas da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, utilizando como recursos o próprio da entidade e as formas previstas no Parágrafo 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Sala das Sessões, em 09.12.91

(aa) ANTONIO ANNIBELLI

JOÃO ARRUDA

ADEMAR TRAIANO

Apoiamento: Renato Adur, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Domingos Carvalho, Orlando Pessuti, Edson Silva Lino, Cleiton Kielse, Eurides Moura, Dobrandino da Silva, Nelson Garcia, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Costenaro Neto, Cezar Silvestri, Severino Félix, Durval Amaral, Geraldo Cartário, Albino Corazza, Carlos Simões, José Tavares, Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa será feita em Plenário.

EMENDA Nº 0588

REFERENCIA: Ao conteúdo programático e ao

texto da Lei.
 AUTORES: Deputado João Batista de Arruda
 Deputado Ademar Luiz Traiano
 PARTIDOS: PFL e PTB

TEXTO DA EMENDA

Art. 1º - O código 4200, correspondente a unidade Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, passa a denominar-se UNIVALE Fundação Universidade Vale do Iguaçu.

Art. 2º - O conteúdo programático do código 1242.08440251.159, constante da página 224 do Projeto Orçamentário, passa a vigorar com a seguinte redação:

Edificações e equipamentos para a UNIVALE - Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu.

Ampliar e reequipar instalações próprias da Universidade, objetivando oferecer melhores condições de ensino aos acadêmicos.

Principais Metas	Quant.
Construir salas de aula	04
Adquirir equipamentos	05
Construir bibliotecas	01

Art. 3º - O conteúdo do código 1242.08442052.522, constante da página 24 do Projeto Orçamentário, passa a vigorar com a seguinte redação:

Administração e manutenção do ensino superior de União da Vitória, Francisco Beltrão, Palmas e Pato Branco.

Manter, atualizar e aperfeiçoar as habilitações de acordo com a demanda regional, ofertando vagas a aproximadamente 7.000 alunos nos cursos normais mantidos pela instituição e ofertar vagas em cursos de pós-graduação mantidos em convênios com outras instituições de ensino superior (Universidade Federal do Paraná e Universidade Estadual de Ponta Grossa).

Principais Metas	Quant.
UNIVALE	
Manter cursos de graduação	(alunos) 7.000
Ofertar vagas de pós-graduação	(alunos) 700

Art. 4º - Inclua-se mais um artigo no texto da lei orçamentária, Projeto nº 440/91:

Art. ... - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares para atender a UNIVALE - Fundação Univer-

sidade Estadual Vale do Iguaçu, utilizando como recurso as formas previstas na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964.

Na proposta orçamentária enviada à Assembleia Legislativa pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, não foi mencionada a UNIVALE - Fundação Universidade Estadual Vale do Iguaçu, criada pela Lei nº 9484, de 17 de dezembro de 1990, englobando os cursos universitários de União da Vitória, Francisco Beltrão, Palmas, Pato Branco e posteriormente transformada em autarquia pela Lei nº 9663, após aprovação de mensagem encaminhada por este Governador, sancionada em 16 de julho de 1991.

A mensagem governamental contempla recursos apenas para a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, deixando todas as demais faculdades em situação crítica.

Assim, os Deputados autores, esperando o apoio dos demais pares, desejam reconstituir o império da legalidade, sanando nesta Casa o provável esquecimento do Executivo, com o intuito de não prejudicar toda uma região do Estado que precisa de seus cursos superiores.

A presente Emenda, portanto, pode até fugir dos padrões técnicos convencionais, mas não esquece jamais seu alto espírito de justiça e legalidade.

Alterar a denominação da entidade, não modificando o código da unidade, é uma medida imperiosa pois visa sanar erro substancial na elaboração do presente orçamento, e por outro lado, não havendo nenhuma modificação de valores, não fere dispositivos da LDO.

Estas, entre outras tantas razões, nos fazem crer na aprovação da presente Emenda para corrigir a citada omissão, uma vez que conhecemos o alto espírito público que norteia os Parlamentares desta Casa Legislativa.

EMENDA Nº 778

REFERÊNCIA: ao conteúdo programático.
 AUTOR: Deputado Antônio Annibelli

TEXTO DA EMENDA

Incluir no texto da Lei Orçamentária para o exercício de 1992, o seguinte Artigo:

Art. ... - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para atender despesas da Fundação Universidade Estadual Vale do Iguaçu - UNIVALE até o valor de Cr\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos mil cruzeiros), preço de maio de 1990, utilizando como recursos o próprio da entidade e as formas previs-

tas no § 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

JUSTIFICATIVA:

A UNIVALE - Fundação Universidade Estadual Vale do Iguaçu, legalmente constituída, inicialmente na Constituição Estadual pelo Artigo 59 das disposições transitórias, posteriormente através da Lei nº 9484 de 17 de dezembro de 1990, sancionada pelo ex-Governador Alvaro Dias, e, finalmente foi a UNIVALE transformada em autarquia pela Lei nº 9663 de 16 de julho de 1991, sancionada pelo Senhor Governador Roberto Requião, caracterizando igual tratamento em relação às demais universidades mantidas pelo Estado. Esse procedimento no entanto, não ocorreu, ao não ser incluída a UNIVALE no elenco das autarquias no Projeto nº 440/91 - Mensagem nº 78/91 de 27.09.91 (Proposta de orçamento para o exercício de 1992, apesar de já ter figurado nos orçamentos anteriores.

Todos os atos legais necessários para a existência e funcionamento foram concretizados, inclusive os estatutos da UNIVALE foram devidamente registrados.

Com a criação da Universidade do Vale do Iguaçu - UNIVALE, constante do Artigo 59 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, foi iniciada uma nova fase de desenvolvimento caracterizada por planos de trabalho bem definidos na área de educação para o crescimento do Estado como um todo.

Neste contexto, portanto, não poderá jamais ser deixado à margem o segmento educacional pois é aí que estamos forjando a nova cidadania, os novos paranaenses que irão desempenhar o grande papel na renovação que almejamos em busca da consolidação do nosso Estado.

É com este espírito que nos propusemos elaborar esta Emenda, para que conste da proposta orçamentária para o exercício de 1992, para a Universidade do Vale do Iguaçu dar início aos requisitos necessários para a sua efetiva implantação e funcionamento com mecanismos e recursos capazes de garantir o trabalho inicial na busca do fortalecimento para o desenvolvimento de sistemas e processos administrativos que facilitem a execução de meios para tal fim.

Milhares de jovens do Vale do Iguaçu e toda a região do sudoeste, vivem hoje, senão à beira da frustração e da desesperança, pelo menos na angustiante situação daqueles que não divisam expectativas estimulantes para os seus sonhos e ideais de servir a terra natal.

Para desenvolver a fé e a esperança das propostas de renovação, uma das mais justas aspirações daquela gente, foi a criação de sua Universidade do Vale do Iguaçu (UNIVALE), resultante da incorpora-

ção das Faculdades: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas, Fundação de Ensino Superior de Pato Branco e Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

§ 3º - Aos integrantes dessas carreiras aplica-se, no que couber, o disposto no art. 125, §§ 2º e 3º, desta Constituição.

Art. 57 - Fica instituída a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, com sede e foro na Cidade de Guarapuava, reunidas e integradas, sob a forma jurídica de fundação de direito público, a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati.

§ 1º - O Poder Executivo, no prazo de até dois anos da promulgação desta Constituição, enviará à Assembléia Legislativa projeto de lei dispondo sobre a forma de incorporação das Faculdades e dos mecanismos para a implantação e funcionamento da Universidade a que se refere este Artigo.

§ 2º - No mesmo prazo, o Poder Executivo remeterá à Assembléia Legislativa projeto de lei para incorporar a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí à Fundação Universidade Estadual de Maringá, dispondo sobre os mecanismos de integração e funcionamento.

Art. 58 - Os recursos de que trata o Art. 142 desta Constituição serão geridos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma da Lei Complementar.

Art. 59 - Fica instituída a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, reunidas e integradas a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas, Fundação de Ensino Superior de Pato Branco e Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, no prazo de até dois anos da promulgação desta Constituição, enviará à Assembléia Legislativa projeto de lei dispondo sobre a forma de incorporação das Faculdades e dos mecanismos para a implantação e funcionamento da Universidade a que se refe-

Art. 60 - No prazo de noventa dias da promulgação desta Constituição, o Tribunal

de Justiça remeterá projeto de lei à Assembleia Legislativa, propondo a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias.



Diário Oficial

ESTADO DO PARANÁ

EDIÇÃO DE HOJE: - 56 PÁGINAS

Nº 3.413	CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 1990	ANO LXXVII
----------	---	------------

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Legislativo	
Atos do Governador	01
Casa Civil	06
Casa Militar	
Procuradoria Geral do Estado	
SECRETARIAS DE ESTADO:	
Administração	06
Agricultura e Abastecimento	21
Comunicação Social	
Cultura	28
Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	27
Educação	13
Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	
Especial do Esporte e Turismo	
Fazenda	19
Justiça, Trabalho e Ação Social	13
Planejamento e Coordenação Geral	29
Saúde	27
Segurança Pública	29
Transportes	28
Tribunal de Contas	30
Atos das Municipalidades	34
Boletim Federal	
Avisos e Editais	42
Sociedades	46

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Lei nº 984

Data 27 de dezembro de 1990

Objeto: Instituir a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná, entidade mantenedora das seguintes instituições de ensino superior:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Declara e se declara a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná, entidade mantenedora das seguintes instituições de ensino superior:

1 - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa;

2 - Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória;

III - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do PUEL;

IV - Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas;

V - Faculdade de Ciências e Humanidades de Ponta Grossa;

VI - Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Parágrafo Único. A sede provisória da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, será na cidade de Palmas, Estado do Paraná, sendo que no prazo de 1 (um) ano após a entrega do relatório final da Comissão de Implantação que se dará até o dia 29 de março de 1991, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, através de levantamento efetuado pelo IPARDES, escolherá a sede definitiva, utilizando critérios nas seguintes áreas:

- 1 - Social
- 2 - Econômica
- 3 - Educacional
- 4 - Geográfica

Para efeito de cômputo, o peso de cada critério de verterá o mesmo valor.

Art. 2º. São fins da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu a realização e o desenvolvimento da educação superior, da pesquisa e da extensão e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 3º. As Faculdades que compoem a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, terão o prazo improrrogável de 03 (três) meses para procederem a doação de seus respectivos patrimônios ao Governo do Estado do Paraná, após aprovação desta Lei.

Art. 4º. O patrimônio da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, será constituído:

- a. dos bens imóveis, móveis e equipamentos e instalações que lhe foram expressamente destinados;

ATENÇÃO:

Na página 52 desta edição, estão as INSTRUÇÕES que devem ser seguidas para recebimento dos originais.

Diário Oficial

LUIZ CARLOS BARBOSA

Diretor Geral

JOÃO LUIZ GOMES

Diretor Adjunto

Rua dos Funcionários, 1848 (Jurevê) Caixa Postal nº 1188 — CEP 80001
PABX: 232-4411 — (Informações) 232-8012 — (Diretores)
232-0180 — (Secretarias)**PUBLICAÇÕES**

Página	Cd	24.800,00
12da página	Cd	12.800,00
14a de página	Cd	8.300,00
18a de página	Cd	3.180,00
1/15 de página	Cd	1.875,00
Custo 1 centímetro de original	Cd	283,00

ASSINATURAS

Diário Oficial	Cd	4.442,00
Semestral sem remessa postal	Cd	7.300,00
Semestral com remessa postal	Cd	4.442,00
Diário da Justiça	Cd	7.300,00
Semestral sem remessa postal	Cd	4.442,00
Semestral com remessa postal	Cd	7.300,00
Diário de Municípios de Curitiba	Cd	4.442,00
Semestral sem remessa postal	Cd	7.300,00
Semestral com remessa postal	Cd	4.442,00
Diário de Avarais	Cd	80,00
Diário da Justiça	Cd	80,00
Diário do Município de Curitiba	Cd	80,00
REMESSA DE NÚMEROS AVULSOS	Cd	70,00
Fotocópias	Cd	4,00
Fotocópias formato ofício	Cd	8,00

CHEQUES, ORDENS DE PAGAMENTO E VALES POSTAIS DEVERÃO SER
PREENCHIDOS EXCLUSIVAMENTE EM NOME DO DEPARTAMENTO DE
IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO**LISTA DE PREÇOS DE LIVROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

NOME DO LIVRO	PREÇO
LCM VOL. VI	298,00
LCM VOL. VII	298,00
LCM VOL. VIII	298,00
LCM VOL. IX	298,00
LCM VOL. X	298,00
LCM VOL. XI	298,00
LCM VOL. XII	298,00
LCM VOL. XIII	298,00
LCM VOL. XIV	298,00
LCM VOL. XV	298,00
LCM VOL. XVI	298,00
LCM VOL. XVII	298,00
LCM VOL. XVIII	298,00
LCM VOL. XIX	298,00
LCM VOL. XX	298,00
LCM VOL. XXI	298,00
LCM VOL. XXII	298,00
LCM VOL. XXIII	298,00
LCM VOL. XXIV	298,00
LCM VOL. XXV	298,00
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ	298,00
PADRONIZAÇÃO OFICIAL DE MOEDAS	145,00
REGIMENTO INTERNO - TRIB. DE CONTAS	145,00
REGIMENTO INTERNO - TRIB. DE JUSTIÇA	145,00
COLEÇÃO DE LEIS ESTADUAIS 70 A 83	145,00
COLEÇÃO DE LEIS ESTADUAIS 84 A 86	145,00
28 DE DEZEMBRO VOL. IV	298,00
28 DE DEZEMBRO VOL. V	298,00
NORMAS LEGAIS DE MICROEMPRESAS	145,00
NORMAS PONTUAÇÃO DE ADVOG. - PROV. nº 15	145,00
CÓDIGO DE ORGAN. E DIV. JUDICIÁRIA	145,00
ESTATUTO DO FUNCIONÁRIO CIVIL PR	145,00
ATOS NORMATIVOS MESES - março, abril, julho e dezembro/87; fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro/88; dezembro/88; janeiro, fevereiro, março, abril e maio/89	145,00
ATOS NORMATIVOS MESES - junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro/89	235,00
ATOS NORMATIVOS - janeiro e março/90	235,00
ATOS NORMATIVOS - fevereiro, abril, maio, junho, julho e agosto/90	235,00
SEVICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ	298,00

PODER EXECUTIVO**GOVERNO DO ESTADO**

Alvaro Dias — Governador
 Ary Vences Guimarães — Vice-Governador
 Cassa Civil
 Wagner Brunsolo Pacheco — Chefe da Casa Civil
 Luiz Alceu Pereira Jorge — Diretor Geral
 Cassa Militar
 Darcy Cooper — Chefe da Casa Militar
 Gabinete do Governador
 José Luiz Zotti — Chefe de Gabinete
 Assessoria Especial do Governo
 Ramalho Jurek
 Procuradoria Geral do Estado
 Divisão Marinha — Procurador Geral
 Procuradoria Geral da Justiça
 Luiz Chaves Guimarães — Procurador Geral

Secretaria de Administração
 Otton Assolini Neto — Secretário
 Erickson Dotaleim — Diretor Geral
 Secretaria de Agricultura e do Abastecimento
 Camaril Fernandes Dias — Secretário
 Romualdo Cesarini — Diretor Geral
 Secretaria da Cultura
 René Ariel Dotti — Secretário
 Wilson Inácio Dietrich — Diretor Geral
 Secretaria de Comunicação Social
 Ricardo Canham Neto — Secretário
 Geraldo Sorubim — Diretor Geral
 Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente
 Paulo Roberto Pereira de Souza — Secretário
 Nicolau Leopoldo Obizaden — Diretor Geral
 Secretaria da Educação
 Cláudio Polí Rocha Loures — Secretário da Educação
 Esmu Cabrito — Diretor Geral
 Secretaria Especial de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
 Paulo Roberto Pereira de Souza
 Secretário Especial do Esporte
 Edson Gredia
 Secretário Especial da Política Habitacional
 Roberto Caneppele Passato
 Secretaria da Fazenda
 Adelino Ramos — Secretário
 David Salim Guérios — Diretor Geral
 Secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social
 Odem Villaca Moniz — Secretário
 Clemente Simão Junior — Diretor Geral
 Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
 José Bernardino Filho — Secretário
 Otaviano Fabbri Ferraz — Diretor Geral
 Secretaria da Segurança Pública
 José Moacir Favoni — Secretário
 Jaime Hartmann — Diretor Geral
 Secretaria da Saúde
 Sebastião Rodrigues Pinheiro — Secretário
 Francisco Xavier Beduschi — Diretor Geral
 Secretaria dos Transportes
 Francisco Deliberador Neto — Secretário
 Geraldo Paulo Albuquerque do Amaral — Diretor Geral

b. dos saldos dos exercícios anteriores;

c. dos auxílios, doações e legados recebidos de pessoas naturais ou entidades de direito público ou privado

Art. 59. A receita financeira da Fundação será proveniente:

- I - das dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento do Estado;
 - II - dos auxílios, doações e subvenções federais e municipais, ou de outras origens;
 - III - das contribuições escolares;
 - IV - das taxas e emolumentos escolares;
 - V - dos rendimentos de serviços prestados;
 - VI - das contribuições financeiras decorrentes de convênio, acordos ou contrato;
 - VII - das rendas patrimoniais;
 - VIII - das rendas eventuais;
 - IX - de saldos de exercícios financeiros encerrados.
- Art. 60. ... vetado ...
- Parágrafo 1º. ... vetado ...
- Parágrafo 2º. ... vetado ...

Art. 70. Ficam criados os cargos correspondentes aos atuais servidores, que na data de 05/10/88 possuíam vínculo empregatício com uma das instituições incorporadas e que não sofreram interrupção contratual após essa data.

Art. 80. Ficam criadas as vagas correspondentes aos atuais servidores contratados após 05/10/88 para serem providas mediante concurso público.

Art. 90. Dentro de sessenta dias a contar da publicação da presente Lei, deverá ser elaborado o Estatuto da Fundação, que será submetido ao Governador do Estado.

Page 3

[illegible]

SUBEMENDA A EMENDA 754 AO PROJETO DE LEI
Nº 440/91

DUILIO GENARI
ELIO RUSCH
ERNANI PUDELL

A Emenda 754 passa a ter a seguinte redação:

Art. ... - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para atender a investimentos (rubrica orçamentária 4110.00) na Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - FUNIOESTE, utilizando como recursos qualquer das formas previstas no Parágrafo 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Sala das Sessões, em 09.12.91

(aa) ALBINO CORAZZA

DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A FUNIOESTE é uma instituição em consolidação, com espaço físico ainda insuficiente e inadequado para exercer suas funções.

Dessa forma necessita, ainda em 1992, construir 9.400 metros quadrados, espaço este, indispensável e fundamental para atender os objetivos a que se propõe.

Por outro lado, com estes recursos o Estado poderá aumentar sua contra partida frente a participação local, que se faz pelas Prefeituras e outras fontes.

EMENDA Nº: 0754		REFERÊNCIA DA EMENDA:				
ESFERA DO ORÇAMENTO: <input checked="" type="checkbox"/> AO TEXTO DA LEI <input checked="" type="checkbox"/> À DESPESA <input type="checkbox"/> AO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1- FISCAL 2- PRÓPRIO DA ADM. INDIRETA 3- DE INVESTIMENTOS DAS EMP. PÚBLICAS E SOC. ECON. MISTA						
AUTOR: DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA / outros		PARTIDO: PMDB / outros				
1- IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/UNIDADE E PROJETO/ATIVIDADE NOS QUAIS A DESPESA SERÁ ACRESCIDA						
DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - ENTIDADES VINCULADAS		CÓDIGO DO ÓRGÃO: 1200				
DENOMINAÇÃO DA UNIDADE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - FUNIOESTE		CÓDIGO DA UNIDADE: 1800				
NOME DO PROJETO/ATIVIDADE: EDIFICAÇÕES PARA O CAMPUS DA UNIOESTE		CÓDIGO DO PROJETO/ATIVIDADE: 1218.08442081141				
CATEGORIA ECONÔMICA	PÁGINA	RUBRICA ORÇAMENTÁRIA	REC. ACRESCIDOS (C/R 1.000)			
INVESTIMENTOS	212	4110.00	150.000			
			00			
TOTAL						
IDENTIFICAÇÃO DO(S) ÓRGÃO(S)/UNIDADE(S) E PROJETO(S)/ATIVIDADE(S) DOS QUAIS AS DESPESAS SERÃO DEDUZIDAS						
DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO/UNIDADE E PROJETO/ATIVIDADE	PÁGINA	CÓDIGO DO PROJETO/ATIVIDADE	CATEGORIA ECONÔMICA	RUBRICA ORÇAMENTÁRIA	RECURSO A SER DEDUZIDO (C/R 1.000)	FONTE DE RECURSO
SEIC-SEC. DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO -	273	1257.09530212892	3	3131	10.000	00
MINERAIS DO PARANÁ S/A	273	1257.09530212892	3	3132	40.000	00
SEIC-UNICENTRO - ADM. MANUT. DO ENSINO SUPERIOR NA UNICENTRO	210	2.489	3	3120	80.000	00
SEIC-UNICENTRO - ADM. MANUT. DO ENSINO SUPERIOR NA UNICENTRO	210	2.489	3	3132	20.000	00
TOTAL					150.000	
OBS.: NA COLUNA DE CATEGORIA ECONÔMICA UTILIZE: 3 PARA OUTRAS DESPESAS CORRENTES, 4 PARA INVESTIMENTOS, 5 PARA INVERSOES FINANCEIRAS E 7 PARA OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL.						

3- TEXTO DA EMENDA

Prejudicial ao caso
faça a emenda substitutiva.
09 DEZ 1991
João Secretário

4- JUSTIFICATIVA

(CONTINUAÇÃO: VIDE VERSO)

A UNIOESTE é uma Instituição em consolidação, com espaço físico ainda insuficiente e inadequado para exercer suas funções.

Dessa forma, necessita, ainda em 1992, construir 9.400 m², espaço este indispensável e fundamental para atingir os objetivos a que se propõe.

Por outro lado, com estes recursos o Estado aumentará sua contrapartida frente à participação local que se faz pelas prefeituras e outras fontes.

Em votação.

O SR. HEINZ HERWIG (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Lei nº 440/91 que dispõe sobre o Orçamento do Estado do Paraná para o próximo ano encaminhado a esta Casa foi discutido, analisado; e quando recebemos do Deputado Nelson Justus a obrigação de relatar o presente projeto de lei, procuramos naturalmente dentro das nossas possibilidades analisá-lo e analisar todas as emendas apresentadas a este projeto de lei.

Na análise do projeto tivemos que nos deter primeiramente para o texto da lei, que é, afinal de contas, o mais importante. E naturalmente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede a atenção dos Senhores Deputados para o Orador que se encontra na tribuna.

O SR. HEINZ HERWIG - Não é muito importante, Senhor Presidente; então não precisa.

Na análise deste Orçamento, neste texto da lei, claro que existia na vontade do Governador de que este Orçamento da maneira como foi encaminhado. E nós, após uma análise detalhada e conversando inclusive numa reunião no gabinete do Senhor Presidente com todos os líderes dos partidos, mostramos as dúvidas que existiam e procuramos e recebemos o aval dos Senhores Líderes para que fosse discutido e que fosse feito um substitutivo para atender ao que fosse possível para modificar este texto da lei.

O Governo quando apresentou o seu projeto, e naturalmente puxou para o seu lado, e nós seríamos ingênuos para achar o contrário - e parece que tem gente aqui que é ingênuo, vamos só chamar de ingênuo, - o Governo quando apresentou o seu projeto ele pediu um "cheque em branco" - é verdade. E burro seria o Governo se não pedisse. Nós, Deputados, e é uma prerrogativa nossa, não temos que dá-lo: nós temos que tentar, através do voto ou através da força, da quantidade de votos que porventura tivéssemos, modificar isso, e podemos modificar isso.

No meu conceito a emenda ideal ao texto da lei era muito fácil: era simplesmente acatar uma emenda apresentada por quatro líderes, o Deputado Colombino, o Deputado Tadeu, a Deputada Emília e o Líder do PRN, Deputado Valdir Rossoni. É uma Emenda simples que apenas pedia para eliminar quatro artigos do texto da lei, eliminando então qualquer possibilidade de o Governo fazer suplementação ao Orçamento. Era simples. Este, no meu conceito de Deputado de oposição que sou, seria o

ideal. Só que existe uma coisa pequena, é claro, quanto a isso: nós não temos forças para conseguir isso, é só somar e modestia à parte, até 54 eu sei somar.

O Governo, em várias reuniões que foram feitas, em que o Deputado Pessuti nos acompanhou várias vezes, o Deputado Nelson Justus e eu estivemos várias vezes com o Secretário do Planejamento. Eu quero aqui fazer um parêntese ao Deputado Mário Bezerra, que nunca conversei com o Governador Requião. Infelizmente gostaria de ter conversado, e tenho certeza que se eu conversasse uma vez com o Governador Requião eu teria conseguido incluir mais algumas emendas que eu tenho certeza são muito importantes para os Senhores Deputados. Infelizmente eu não consegui conversar com ele.

Quanto à outra afirmação do Deputado Mário Bezerra de que eu teria comido nas mãos do Governador, eu queria dizer ao Deputado e aos demais colegas que graças a Deus, não preciso comer nas mãos de ninguém e a minha independência faz com que eu fique no mesmo partido pelo qual fui eleito. Não preciso ficar mudando de partido para ter que comer na mão de alguém, como alguns Deputados, - quem queira vestir a carapuça, que a vista - tiveram que fazer. Não precisei fazer isso. Tenho a minha independência e ninguém vai tirar, e isso eu tenho ao longo da minha vida profissional e não é agora que sou um simples Deputado, que vou perder isso. Vou continuar votando cada vez com a minha consciência e não é ninguém que vai mudá-la.

Nem Governador, nem Deputado, nem ninguém, mas vou procurar cada vez que, na minha condição de Deputado, na minha condição de alguma coisa que eu tenha que tratar, vou procurar atender o possível - para que a gente consiga fazer o melhor para cada um dos senhores Deputados e para essa Assembléia.

Nós poderíamos simplesmente fazer um relato, fácil. É fácil fazer um relato. Era simplesmente acatar todas as emendas apresentadas. Eu faria uma média bonita com cada um. "Deputado, acatei todas as suas emendas", mesmo que algumas, como a do Deputado Mário Bezerra, tivessem todas erradas, nenhuma foi acertada, nem a rubrica conseguiu acertar. Então, são coisas assim que às vezes nos entristece, porque a falta de competência de alguns querem jogar nas costas de outros. É fácil fazer um discurso bonito aqui. Acataria todas as emendas.

Das emendas apresentadas e foram 1049, das quais todas eu li, todas as 1049, das quais 8 ao plano plurianual, onde apenas o Deputado Neivo Beraldin apresentou 8 emendas, das quais, sete foram

acatadas. Estavam corretas e tinham que ser acatadas. Das 1.041 emendas ao orçamento do Estado, infelizmente, apenas 52 estavam corretas inteiramente, não por culpa, até dos Senhores Deputados, pois nem todos têm uma assessoria para poder fazer um orçamento, fazer emendas que pudessem atender aos requisitos legais e requisitos técnicos exigidos para o orçamento. Tem gente que infelizmente errou até na soma: tirava quinhentos mil cruzeiros de um lugar e colocava dois milhões em outro. É difícil você acatar uma emenda dessa. Os Senhores não de convir. Nós aprovamos no primeiro semestre deste ano ainda, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma tal de LDO. Claro que as emendas têm que atender à LDO. Porque é que aprovamos a LDO então? Infelizmente muitas das emendas apresentadas pelos Senhores Deputados não as atendiam. Claro que a execução de emendas é difícil, a confecção das emendas.

Como eu falei, nem todos os Deputados possuem assessoria como deveriam ter. Seria ótimo se cada um tivesse um orçamentista no seu gabinete e aí sim, fazer as emendas necessárias. O orçamento permitia que você inclusive, destacasse muitas coisas e foi o que menos foi feito. Nós poderíamos ter destacado um monte de obras dentro do próprio orçamento apresentado pelo Executivo.

Quando o Governo afirmava que iria comprar 28 veículos para a polícia, nós poderíamos ter destacado um veículo para cada município. E isso muitas vezes não foi feito, às vezes por desconhecimento. E quem usou muito bem isso foi o Deputado Durval Amaral que com sua experiência de orçamentista conseguiu levar para o seu município um grande número de destaques e levar, através de emendas, essas obras e esses veículos que pretendia para o seu município. Isto tudo poderia ter sido feito pelos demais Deputados. O Orçamento permitia. Mas por desconhecimento nosso, os mais novos, ou por outros que talvez só se preocuparam com isso depois, e eu procurei e os Senhores todos são testemunhas disso, no dia em que eu fui eleito relator, fui nomeado relator pelo Deputado Justus, procurei todos os Deputados aqui presentes e pedi que cada um me dissesse pelo menos quais seriam suas prioridades.

E já que eu estava negociando com o Governo e para aprovar o Orçamento, para mudar o Orçamento, e é claro que eu tinha que negociar com o Governo porque negociar com a "Boca Maldita" não iria resolver nada. E como estava negociando com aquelas emendas que estavam incorretas; vejam bem, as emendas que estavam corretas todas foram acatadas, nenhuma deixou de ser acatada; as emendas que estavam incorretas, que

não estavam legais, que não atendiam a Lei Federal que regula a matéria, que não atendia a LDO, todas elas tentamos negociar com o Governador é claro. Ou tinha que negociar com quem? E nessas negociações que foram feitas aqui, foram feitas inclusive na Secretaria de Planejamento, conseguimos, através do diálogo, através de pedidos inclusive insistentes, e o Presidente da Assembléia pediu várias vezes o apoio para algumas emendas e nós conseguimos aprovar em parte ou totalmente 571 emendas.

Das 52 emendas onde tinham sido aqui-nhoados, apenas 17 Deputados, 17 dos 54, conseguimos com que o Governo acatasse pelo menos as emendas de todos os Senhores Deputados. São não foram acatadas emendas dos Deputados que não as apresentaram, naturalmente, porque iria ser difícil. Mas todos os 51 Deputados que apresentaram emendas conseguiram que, pelo menos, algumas fossem aprovadas.

E os Deputados que nos procuram e que ressaltaram as suas emendas pediram-nos que negociássemos e algumas de suas emendas conseguimos. Claro que após passado o prazo onde nós entregamos o nosso relato, e aí teve Deputado pedindo para incluirmos alguma coisa dele, claro que neste meio tempo ainda teve outras coisas importantes a fazer e não teve tempo de nos procurar ou não queria nos procurar para que algumas de suas emendas fossem destacadas.

Mas isso é assim mesmo, isso faz parte do jogo democrático. E cada um que não teve algumas de suas emendas aprovadas está no direito de procurar restabelecê-las. Mas acredito que todas as 1049 emendas aqui apresentadas são importantes. Cada um procurou na sua região, na sua cidade, com suas lideranças nos seus municípios, procurou nesta hora que é a hora certa de trazer as suas emendas, as suas obras necessárias para o desenvolvimento da sua região.

Se nós pudéssemos acatar todas as emendas, e é claro que isso seria importante, só que seriam necessários mais dois Orçamentos apresentados por esta Casa. E nós, infelizmente, não temos o poder de aumentar esse Orçamento. Estamos restritos a ativos legais que apenas permite que nós destaquemos algumas obras e que nós modifiquemos, dentro dos preceitos legais, a destinação de recursos de Secretarias e órgãos.

Quem fez suas emendas de uma maneira correta, foram todas acatadas por este relator e tenho certeza que serão acatadas também pelo Senhor Governador.

E como eu falei, era muito fácil nós chegarmos aqui e apresentarmos um relato bonito, acatando todas as emendas apresentadas dos Deputados. Eu senti inclusive

muito não ter podido acatar alguma emenda, por que eram emendas que tinham valor extraordinário e que necessitavam inclusive do apoio desta Casa, para viabilizar algumas coisas, como é o caso da UNIOESTE e da UNIVALE, e o meu conceito, se dava procurar outros mecanismos para que a gente possa atender então essas duas Universidades de tamanha importância ao nosso Estado.

Nós na análise do Orçamento, notamos em primeiro lugar que o Governo foi muito otimista. Foi bastante otimista, porque previu para arrecadação do próximo ano, um aumento real de 49% da arrecadação. 49% em números reais é um número expressivo - previu com isso um aumento de 151% no IPVA, um aumento real de 27% no ICMS, demonstrando um otimismo que nós pela conjuntura atual do nosso País, nós até não sabemos de onde vem. Mas eu acho que o nosso País precisa de otimismo, acho que o otimismo, e a procura desses objetivos é que vão permitir inclusive, que nós consigamos que esse Estado, consiga alguma retomada pelo menos, do desenvolvimento para o próximo ano.

Nos preocupa sobremaneira, que esse aumento real de 49%, e se isso não ocorrer onde o Governo vai retirar? Que programa vai ficar à margem. São perguntas que nós fazemos inclusive no nosso relato. Aachamos também que são apresentadas previsões otimistas de entrada de recursos do Governo Federal e que se não realizadas, poderão comprometer uma série de programas apresentados pelo Governo.

Queremos também alertar aos Senhores Deputados que na proposta Orçamentária de 1992, o Governo não faz nenhuma referência à implantação do regime político único, uma aspiração há tanto tempo, dos funcionários públicos estaduais.

Também, não existe nenhuma referência ao Plano de Cargos e Salários, também há tanto tempo esperado. E que nós esperamos então que com outras medidas o Governo implante ainda no ano de 1992.

O grande número de emendas apresentadas pelos Deputados, mostra inclusive, a preocupação dos Senhores Deputados, em melhorar o Orçamento e mostrar para o que ele está aí, e por isso que nós nos preocupamos sobremaneira em tentar acatar o maior número de emendas possíveis, mesmo algumas que não estavam totalmente corretas, nós tentamos negociar, para que essas emendas às vezes até com uma modificação de algum texto, pudesse ser acatado. Existia um outro tipo de problema, que cada Deputado naturalmente não sabe, mas na sua idéia, na sua vontade de transferir recursos de alguma Secretaria para outra, vários Deputados, isoladamente, naturalmente, tiraram recursos das mesmas Secreta-

rias e muitas delas, se acatadas todas as emendas, ficariam extintas.

A Secretaria de Comunicação Social, a Secretaria de Planejamento, a Casa Civil, Secretaria da Cultura, deixariam de existir, se todas as emendas fossem acatadas pelos Senhores Deputados. E nós achamos que isso não é privativo dos Deputados.

Então nós tivemos que fazer um balanceamento para que isso não ocorresse. Cada Deputado, claro, analisa a sua emenda isoladamente.

E é natural que assim seja. Ele não sabe das emendas dos outros Deputados. Mas, nós como Relator, tivemos que fazer isso. Ou então, não precisaríamos nos dar ao trabalho de examinar cada emenda.

E como eu falei, apresentar apenas uma emenda demagógica, dizendo que o orçamento apresentado pelo Governo estava todo errado, que nós iríamos votar, aqui, e naturalmente perder e aí valeria o orçamento apresentado pelo Governo.

Era uma opção. O Governo apresentou uma opção e ter a possibilidade de emendar em 100% o orçamento. E aumentar o seu orçamento em 100%. E nós, através da negociação, nós, o Deputado Justus, o Deputado Anibal, nós procuramos mostrar ao Governo que era uma carta em branco muito grande.

E nós, depois de várias reuniões, o Governo concordou em que se reduzisse a possibilidade de suplementação em 10%.

Claro, como eu falei no começo, para nós talvez fosse melhor, e é claro que seria melhor, se esta possibilidade de suplementação fosse zero.

Todos os outros orçamentos anteriores, existia esta possibilidade, inclusive em governos passados, onde eu fui Secretário de Transportes, o Governo tinha possibilidade de aumentar em até 30% a possibilidade de suplementação, do Governo Richa, do qual fiz parte.

O Governo do Estado, na sua concepção, e é natural que seja assim, ele precisa de agilidade e necessidade, às vezes, para execução de alguma coisa, mais rápida, principalmente na parte pessoal, ele necessita de alguma necessidade de suplementação.

Mas, nós achamos que esta Casa de Leis, esta Casa é soberana. Quero dizer aos senhores que dentro de minhas possibilidades, como relator, procurei no possível atender a todos os Senhores Deputados. E se eu tivesse conseguido não atender 60% das emendas, mas 100% das emendas, eu me sentiria mais realizado. Mas, infelizmente numa negociação, você tem que abrir mão de alguma coisa, senão você não negocia. A negociação pressupõe isso. Você conquistar alguma coisa e abrir mão de alguma coisa.

Claro que este Plenário é soberano. Eu não tenho nenhuma pretensão de querer que

o nosso substitutivo seja perfeito.

Nós procuramos, através das emendas apresentadas pelos Senhores Deputados - não por mim - melhorar o orçamento. E é isso que o substitutivo quer fazer. Quer melhorar o orçamento. E é isso que o substitutivo quer fazer. Quer melhorar o orçamento, através da experiência, através da vontade que cada Deputado teve, de através das suas emendas, melhorar este orçamento.

Muitas das emendas, inclusive, transcendiam ao Governo do Estado. Emendas que dependem da vontade de prefeitos que nós, aqui, não podemos julgar. Nós não podemos saber o que é que o Prefeito de Toledo, por exemplo, vai querer saber sobre uma emenda apresentada por um Deputado. Nós não sabemos se ele vai votar em contrapartida daquilo que é necessário. A mesma coisa o Governo Federal. Então, há uma série de emendas que tiveram que ser restringidas porque transcendiam a capacidade e o que esta Assembléia tem poder para executar.

Existiam emendas, muitas delas, de grande cunho, que utilizavam recursos de companhias, de empresas estaduais, que possuem recursos próprios e que, naturalmente não temos o poder para tirar recursos destas companhias.

Caso da COPEL, e transferi-las para Secretarias que possuem recursos oriundos de arrecadação de impostos, totalmente diferentes. Inclusive tem muita gente que foi diretamente em cima de recursos da chefia de Gabinete de Governo, da Casa Civil, mas que não detalharam, não procuraram verificar que recursos eram estes.

A maioria dos recursos da Casa Civil são destinados a contrapartida da Usina de Salto Segredo e que nós acreditamos seja fundamental para sua conclusão o ano que vem. E não podíamos concordar que estes recursos fossem destinados a outros setores.

O limite de 10% que nós conseguimos através da negociação aos créditos suplementares, entendo que isso foi uma conquista, que naturalmente aqui pode ser derrubada pelos Deputados da Oposição ou até da Situação que não estejam satisfeitos, e aí a gente conseguir que toda e qualquer suplementação que venha a esta Casa passe por aqui antes de ser concretizada.

Então, Senhores Deputados, o que nós conseguimos, através do nosso trabalho, foi trazer isso para o Orçamento de 1992. E nós temos certeza que muitos dos Senhores Deputados teriam condições melhores, na condição de Relator, capacidade muito melhor e iriam conseguir muito mais coisas, e eu vou pedir inclusive que, para o próximo ano, estes Deputados possam, através de seu relato conseguir que esta Casa

tenha todas as prerrogativas que possa ter. Os Deputados de Situação, nós sabemos muito bem disso, nós já fomos Situação, os Deputados de Situação, em sua grande maioria, já tinham conseguido colocar no orçamento as coisas que eles queriam.

O orçamento é muito importante para os Deputados de Oposição, que têm, nesta hora, a oportunidade de incluir alguma coisa que eles achem necessário para suas regiões.

Nós temos o caso de Deputados que apresentaram um número muito expressivo de emendas, mas, que, infelizmente, todas estavam em desacordo com a Lei, e mesmo assim, nos procuramos, através da negociação que algumas delas fossem acatadas, talvez até erroneamente, mas eu também acho que o Deputado não tem obrigação de tudo saber.

Então, Senhores Deputados, o que nós conseguimos atingir, através desse substitutivo, foi isso, através da negociação, através da conversa que nós achamos que é necessária, para se a gente não conseguir o ideal, a gente conseguir pelos menos, o possível.

Todos nós temos um ideal, que bom seria se todos nós pudessemos alcançar este ideal. O importante é a procura dela, e nós temos sempre que procurá-lo, se não conseguirmos o ideal vamos pelo menos tentar o possível para que esta Casa de Leis e os municípios que nós representamos possam ser beneficiados, por ocasião da execução do Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Para Encaminhar)-
Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O Orçamento remetido a Assembléia Legislativa é o pedido, como já foi dito desta tribuna, por outros Deputados, de um cheque em branco para o Senhor Governador. Tal Orçamento, se aprovado como está, nós legisladores perderemos a nossa função no ano que vem.

Em vários de seus artigos, abre um espaço enorme de manobras para o Poder Executivo tirar e pôr dinheiro.

Nós, como Deputados, não podemos abrir mão da nossa função, que é a função de legislador, é necessário ser limitada algumas das questões que o Governo solicita e que está sendo colocada no seu Orçamento.

Nós, do PT, apresentamos algumas emendas, uma delas que recebeu o número 782, que estabelecerá um efetivo controle pelo Legislativo e pela sociedade na execução orçamentária. Essa emenda que nós apresentamos estabelece a abertura de créditos suplementares no mesmo percentual que o Governo solicita de 15%, mas ela se encaixará na sua respectiva unidade orçamentária e não sobre o orçamento total; para

facilitar o entendimento será 15% de suplementação, por exemplo na questão da Secretaria de Saúde, sobre o próprio montante da Secretaria de Saúde, ou da Secretaria de Educação, sobre o próprio montante da Secretaria de Educação e não do montante total como deseja o Governo.

Ainda na proposta Governamental apresenta que o orçamento será corrigido trimestralmente, e como isso vai ser feito já demonstra que nós perderemos e muito, o nosso poder de controle. Essa emenda que nós apresentamos, ela além de aperfeiçoar a técnica orçamentária, ela permite uma efetiva participação e execução, participação na execução e fiscalização do orçamento.

O orçamento mandado para cá pelo Senhor Governador é de um montante de dois trilhões, cento e cinquenta e seis bilhões de cruzeiros, hoje corrigidos já vale sete trilhões cento e dezesseis bilhões no mês de dezembro, se estimarmos um INPC do IBGE de 23% para dezembro e 25% para o mês de novembro.

Portanto, o que o Governo está pedindo, 15% de suplementação, significa que no dia 02 de janeiro ele já terá à sua disposição para suplementar um trilhão de cruzeiros no mínimo. Isso significa que esse trilhão, como está no próprio orçamento, ele pode colocar aonde bem desejar, se ele desejar investir na saúde assim ele o fará, se ele desejar investir um trilhão em propaganda, assim ele o fará, porque é esse o projeto dele.

O substitutivo do Deputado Heinz que propõe 10%, assim mesmo não limita em muito porque colocaria que o Governo não teria cerca de 700 bilhões de cruzeiros no dia 02 de janeiro.

Por isso, essa nossa emenda limita na sua própria rubrica o orçamento e estabelece nos 15% mesmo que o Governo tem solicitado.

Outro detalhe, o artigo 7º do Projeto autoriza a abertura de créditos suplementares para atender as despesas com pessoal, encargos sociais, convênios e, Senhores Deputados, pagamento da dívida pública sem qualquer limite.

Nós Parlamentares, se quisermos exercer efetivamente uma fiscalização e o controle do Poder Executivo não podemos deixar que isso seja aprovado como está estabelecendo, porque não terá limite nenhum de controle, toda dívida será paga conforme o Poder Executivo desejar e sem nós podermos controlar absolutamente a respeito dessas dívidas... Com relação a despesa com pessoal e encargos sociais, até podemos admiti-las, pois, quiçá, o Senhor Governador, tomado de forte compaixão para com os servidores e profundamente consternado com a miséria salarial provocada pelo

arrocho deste ano, poderá reajustar os salários em índices superiores ao da correção do Orçamento, tornando-se necessária a correção de seus valores. Para isso até seria necessário, se fôssemos deixar e abrir mão da nossa fiscalização, mas também achamos que nem nesse sentido poderemos abrir mão.

Entretanto, a mesma benevolência não podemos ter com relação ao pagamento da dívida pública que poderá ter seus valores além de corrigidos trimestralmente, suplementado, astronomicamente, sem nenhum controle do Poder Legislativo.

Os reflexos dessa atitude seriam perniciosos a toda sociedade paranaense. Nós estamos votando o mais importante projeto de lei desta legislatura, que é do Orçamento do ano que vem, nós não podemos permitir que o Sr. Governador tenha esse cheque em branco para fazer o uso e o abuso do dinheiro público sem nenhum controle do Poder Legislativo. Devemos pois, resguardar os direitos de discutir e analisar, caso a caso, todos os acréscimos que se pretenda aos valores inicialmente orçados. Mais uma vez vem à baila nossa preocupação com a efetiva aplicação do dinheiro público e a participação desse Legislativo na execução orçamentária.

Esses são alguns dos motivos que vai levar-nos a votar contrário ao substitutivo apresentado pela Comissão de Orçamento, que não contempla as preocupações da Bancada do PT, que essas preocupações são produzidas em nossas emendas. Essas emendas que propomos, elas colocam esses limites desejados e deixa aberto os canais, para que o Poder Legislativo possa, continuar efetivamente fiscalizando, possa continuar efetivamente, cumprindo com o seu papel de legislador.

Esses são os aspectos técnicos que a gente queria analisar.

Politicamente, nós podemos dizer que esse Orçamento foi feito da maneira mais fechada e autoritária que o Governo não poderia avançar mais nesse sentido. A sociedade não tomou conhecimento, não se discutiu prioridades e no entanto o orçamento foi feito e para cá remetido. Podem os nobres Pares alegarem que é função nossa como representantes da sociedade analisar esse Orçamento. Assim o procedemos e analisamos. E nós conclamamos os nobres Pares a rejeitar o substitutivo, aprovar as emendas, principalmente aquelas que limitam o cheque em branco que seria dado ao Sr. Governador, que limita o poder do Poder Executivo de executar aquilo que ele deseja e aquilo que ele quer sem nenhuma fiscalização e sem nenhum critério político que nós possamos fiscalizar.

Essa é a posição da Bancada do PT. Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para Encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o substitutivo. Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós queremos nessa oportunidade, em que em segunda discussão analisamos o Orçamento Geral do Estado, discordar da manifestação que faz o Deputado Florisvaldo Fier, principalmente quando afirma e assegura que este Plenário, este Poder Legislativo está dando a S. Exa. o Governador Roberto Requião um cheque em branco. Não é verdade esta afirmação, porque se nós formos analisar outras leis orçamentárias que aprovou a Assembléia Legislativa, nos últimos tempos, pelo menos neste período em que estamos cerca de 8 anos, vamos verificar que em outras ocasiões as leis orçamentárias davam ao Poder Executivo muito mais regalias, muito mais facilidades, do que esta que está sendo hoje votada pela Assembléia Legislativa do Paraná.

V. Exa. também afirma que o orçamento é uma proposta arbitrária, que ele chega à esta Casa sem nenhuma discussão. E faltou dizer que durante o processo em que tramitou nesta Casa nenhuma discussão também se desenvolveu, o que seria mais uma inverdade manifestada por V. Exa.

É evidente e foi muito correto o Deputado Heinz quando afirmou que o Poder Executivo ao remeter uma peça orçamentária para ser apreciada e votada pelo Legislativo, ele busca colocar nesta proposta tudo aquilo que entende de correto e de facilitador das ações de uma administração pública. É evidente que o Governo, ao elaborar uma peça orçamentária busca, trazer para si, as facilidades do exercício de uma ação pública administrativa. Mas é verdade também que no decorrer da tramitação deste projeto aqui, na Assembléia Legislativa, muitas foram as reuniões que tivemos de Parlamentares devidamente interessados na discussão e no aprofundamento da análise da proposta orçamentária.

Muitas foram as reuniões às quais aqui compareceu o Secretário Passos Kruger, do Planejamento, e sua assessoria, para com o Presidente Anibal Khury, para com o Presidente Nelson Justus, para com o Relator Heinz, para com outros Parlamentares enfim debaterem sobre que maneira e que forma poderia a proposta orçamentária ser modificada, de forma a contemplar interesses de Parlamentares, de forma a contemplar a visão política do orçamento.

Muitas foram as modificações que sofreu a peça orçamentária. Muitas foram as conquistas que teve este Poder Legislativo

se analisarmos os interesses individualmente, ou coletivamente, por Parlamentares. Muitas foram estas conquistas, porque bem relata o Deputado Heinz, de que apenas 52 emendas estavam em condições de serem atendidas e, ao final, mais de 500 emendas passaram a integrar, efetivamente, o orçamento do Estado, através da proposta de substitutivo geral firmada pelo Relator.

Por esta razão que entendemos que esta lei que estamos votando hoje em nenhum momento dá ao Poder Executivo um cheque em branco, porque da análise das outras peças orçamentárias encontramos sim muitas coisas que eram facilitadoras e davam maior abrangência ao Executivo e, nem por isto, o Executivo teve em suas mãos um cheque em branco, tanto que esta Assembléia Legislativa, no decorrer deste ano, queremos acreditar, que já votou, apreciou, mais de cem propostas de crédito suplementar, mais de cem propostas de modificações daquele orçamento que, no nosso entendimento, era muito mais cortês, era muito mais facilitador ao Poder Executivo.

Por esta razão, Srs. Deputados, é que entendemos ser necessário neste momento nos somarmos ao esforço de todos aqueles que se debruçaram sobre a Lei Orçamentária, que estudaram minuciosamente a proposta orçamentária, estudaram detalhadamente cada emenda proposta pelos Srs. Parlamentares, que tiveram tempo e dedicação para negociar a aprovação destas emendas, que cederam sim em alguns aspectos mas que foram intransigentes em outros aspectos, que se transformaram em conquista deste Poder Legislativo, por esta razão, em nome da bancada que dá sustentação e apoio ao Governo, queremos cumprimentar o Deputado Heinz Herwig, especialmente, pela postura que adotou na condução do seu trabalho como relator desta matéria.

Em nenhum momento colocando seus interesses pessoais, seus interesses particulares. Em nenhum momento colocando uma visão meramente partidária, do seu partido, em nenhum momento colocando a sua bandeira de Deputado de oposição nesta Casa como sendo uma bandeira de confronto ao Poder Executivo.

Em todos os momentos em que estivemos reunidos com o Deputado Heinz, com o Deputado Nelson Justus que é o Presidente da Comissão de Orçamento, com outros Parlamentares da Comissão do Orçamento, com o Presidente Anibal Khury, com o Secretário do Estado, em nenhum momento a intransigência, o radicalismo foi a bandeira principal, sempre em busca do melhor caminho para o Estado do Paraná, seja defendendo os interesses do Poder Executivo, seja defendendo os interesses do Legislativo Estadual ou os interesses particularizados

dos Senhores Parlamentares.

Por essa razão nós entendemos que embora não sendo talvez aquilo que todos nós quiséssemos, não sendo talvez e não atendendo talvez individualmente aos interesses particularizados de cada um de nós, entendemos que o substitutivo geral proposto pelo Deputado Heinz estabelece o equilíbrio nos interesses do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo que são os três poderes que existem no Estado do Paraná, e os interesses particularizados que não puderam ser atendidos por uma razão ou por outra deverão, no decorrer do ano de 1992 serem tratados de formas particularizadas por cada um daqueles que entendem ser necessário o entendimento de uma determinada proposta de forma a sensibilizar o Governo a ver concretizado, quem sabe, o projeto de uma construção de rodovia, de uma escola, ou a aquisição de uma viatura policial.

Portanto, Srs. Deputados, ao cumprimentar o Deputado Heinz pelo trabalho que desenvolveu, ao cumprimentar os membros da Comissão de orçamento, ao cumprimentar as pessoas que integram a assessoria dessas comissões, das lideranças e da Presidência da Casa os funcionários desta Casa que se debruçaram sobre a matéria nós queremos pedir aos Senhores Parlamentares que aprovem o substitutivo do Deputado Heinz porque entendemos que ele espelha o equilíbrio das ações que pretende o Poder Executivo e o Poder Legislativo neste momento.

SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Acrescentando ao que foi dito pelo Deputado Rosinha nós queremos dizer ao Deputado Heinz que a Bancada do Partido dos Trabalhadores votará contra o Substitutivo Geral, não por entender que V. Exa. capitulou aos interesses do Executivo. Nós compreendemos perfeitamente a análise que V. Exa. fez quando elaborou o Substitutivo, a análise com pragmatismo, talvez, de um dirigente chinês que sabe exatamente até onde pode ir. Sabe da correlação de forças desta Casa e procurou, talvez, salvar um pouco da dignidade do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Porém, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Heinz, compreendendo a missão de V. Exa. tão difícil, nós nos reservamos ao direito de tombar, de tombar e resistir até o último momento. Nós sabemos perfeitamente que contemplar algumas emendas específicas num orçamento superestimado, de receita superestimada significa, na verdade, vender ilusões aos Parlamentares aqui.

Uma coisa é o orçamento aprovado, a outra será o orçamento realizado. Não serão, com certeza, todas as obras que serão

reclamadas pelos ilustres Deputados que vão afirmar que suas obras que têm interesse cônico no orçamento, tendo em vista que na verdade o Governo tinha superestimado a receita, etc., prevalecerão, certamente, as prioridades do Governo e as prioridades que os Deputados conseguiram incluir no orçamento ficarão para o próximo ano, esse será, certamente aquilo que mais os Deputados virão ouvir nos corredores das Secretarias no ano que vem.

Eu volto a insistir num ponto e chamo atenção dos Senhores Deputados. Quando nós pedimos a não-aprovação do substitutivo, não no sentido de simplesmente negar, negar, dizer que não queremos orçamento algum, mas principalmente porque nós nos fixamos numa das emendas que prevê que o remanejamento, a possibilidade de suplementação dos recursos em 15% ficará limitada à própria unidade orçamentária. Mesmo considerando que o Governo tenha a possibilidade de remanejar 10% do bolo total do orçamento para uma determinada unidade orçamentária, na verdade o Governo não ficará submetido a orçamento nenhum. Isso será uma mera peça formal que nós vamos aprovar aqui, uma peça formal, sem valor algum. A margem de manobras que o Governo terá é absoluta, praticamente absoluta.

Por exemplo, a Secretaria de Saúde ficou com 3%, poderá ficar com 13% ao final do exercício do ano que vem. Não que isso fosse ruim, mas nós poderemos ter, por exemplo, a Secretaria da Comunicação Social, se não me falha a memória, 0,8% poderá ficar com 10,8%, seria isso Deputado?

Mas nós entendemos que é fundamental que haja uma restrição, e o que é principal, vejam os Senhores Deputado que este ano nenhuma das propostas de suplementação do Governo foi recusada por esta Casa. Agora, o que é mais importante, se estabeleceu, pelo menos em tese, o princípio da transparência, passaram por este Poder Legislativo todas as propostas de suplementação.

E nós, se não exercermos com mais eficiência o nosso poder de fiscalização, saber se aquelas Mensagens estavam adequadas à peça orçamentária aprovada no ano passado, foi por culpa nossa de não termos nos estruturado, por este Poder não ter exercido em sua plenitude as prerrogativas que tem direito, que nós esperamos que o ano que vem não ocorra, que o Poder Legislativo a cada Mensagem que chegar do Governo do Estado que tenhamos um corpo de assessoria técnica em condições de emitir pareceres, analisando toda a repercussão, profundidade e consequência desses pedidos de suplementação e se eles estão adequados à legislação, sob pena de nós nos transformarmos num cartório onde simplesmente carimbamos a vontade absoluta do Governo.

carregamos as Mensagens. E por isso, então, que nós queríamos fixar.

Além disso, as nossas outras emendas que vinculam, por exemplo, as atualizações do orçamento resultante da inflação que estejam vinculadas ao mesmo percentual previsto no orçamento. Sabem os Senhores Deputados que em termos reais a massa salarial do funcionalismo público do Estado do Paraná caiu, caiu muito neste orçamento, que pelo menos se vincule aquilo que está previsto no orçamento com a correção do próprio orçamento.

Quer dizer, são iniciativas no nosso entendimento mais voltadas à questão da própria lei orçamentária porque nós sabemos que aquelas eventuais emendas que tratavam de obras e de interesses particularizados ou regionais continuarão a depender da vontade do Governo para a sua execução e não dessa peça. Porque uma coisa, eu volto a repetir, é o orçamento aprovado; a outra será o orçamento efetivamente realizado.

Então, nós pedimos aos Senhores Deputados, sem desmerecer de forma alguma o substitutivo por demais realista do Deputado Heinz, um substitutivo onde o Deputado fez o papel daquele imperador do Japão, o Hiroito, naquele porta-aviões, sem desmerecer isso, essa falta de condições que o Deputado, talvez, vislumbrou em continuar lutando, em manter em pé a bandeira do Poder Legislativo, mas nós entendemos que cabe a nós registrar a nossa posição e pedir aos Deputados que rejeitem o Substitutivo e aprovem as emendas por nós apresentadas, porque aí, entendemos que os princípios da independência dos Poderes, as prerrogativas estarão preservadas fundamentalmente, uma melhor transparência nos gastos públicos estará assegurada.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia requerimento solicitando a prorrogação por mais duas horas a sessão que estamos realizando.

Aprovado.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem querer desmerecer o trabalho do Dep. Heinz porque as críticas foram de ambos os lados, tanto ele quanto eu já usamos a tribuna. Queria sem polemizar dizer aos nobres companheiros que eu não sou um homem de mentiras, eu não fui procurado pelo Deputado Heinz, ninguém me procurou para saber das minhas prioridades, essa minha maneira de me colocar faz com que eu fique com a minha consciência tranquila. Então eu não gostaria de ser passado por mentiroso.

As emendas que eu solicitava junto à

Comissão de Orçamento, algumas realmente estavam com defeito de números. Como a maioria dos Deputados cometeu porque infelizmente a Assembléia é carente na área de assessoria de orçamento.

As minhas emendas que tratam do texto da lei estão corretas, então não é verdade de que todas as minhas emendas estão incorretas. É outra colocação que eu gostaria de colocar para os Senhores.

O próprio Deputado Heinz quando usava da palavra dizia que os Deputados que escolheram as suas prioridades nessas suas emendas, continham alguns erros que foram sanados. Eu desconhecia totalmente que os Deputados deveriam procurar ou que fosse procurado pela Comissão de Orçamento para acertar as suas emendas. Então como Deputado novato eu desconheço este aspecto desta Casa. Eu pensei que todos eram tratados indistintamente.

O problema de colocação política e de defesa das minhas idéias, eu votar contra o substitutivo do Deputado Heinz, o qual respeito como companheiro de bancada. Não estou buscando voto nenhum a mais para votar contra o substitutivo de Vossa Excelência. Eu deixo a critério de cada Deputado.

Eu sempre fui um dos Deputados da oposição e todo mundo sabe disso, que procurei carrear votos para as matérias que eu achava interessante para a oposição. Como a maioria dos Deputados da oposição fez suas emendas e a Comissão de Orçamento as acatou, eu isento os Deputados que não votarem comigo, portanto me reservo no direito de votar contra, porque eu não posso concordar que o Legislativo abra mão de suas prerrogativas.

Dentro do substitutivo Vossa Excelência colocou de que os Deputados perderão as suas prerrogativas. Como Deputado eu não posso aceitar.

Outro aspecto interessante na aprovação desse substitutivo geral é de que com certeza absoluta, não tenho nenhuma bola de cristal, no ano que vem o Governador vai priorizar os pedidos dos Deputados da situação.

Isso aqui é conversa fiada é para enrolar os Deputados da oposição. Não acredito que o Governador Requião irá atender a um pedido do Deputado Mário Bezerra. Não acredito que ele vá apoiar um pedido do Rossoni. Não acredito que o Greca terá alguma coisa que o Governo vá aprovar a realizar o ano que vem.

Então o importante neste orçamento Sr. Presidente, Srs. Deputados é de que nós deveremos aprovar as emendas fazendo com que as prerrogativas sejam prevalecidas, porque só assim nós poderemos fazer alguma coisa pelo Estado do Paraná o ano que vem.

Em aprovando do jeito que está, infe-

lamente Deputado será "vaquinha de presépio" e nada mais do que isso. Viremos aqui só para registrar presença, votar sim, votar não teremos nenhum direito de modificar ou pelo menos tentar modificar, porque a lei não vai nos permitir.

Então me reservo no direito de votar contra com muito respeito ao substitutivo de Vossa Excelência. E deixar claro a Vossa Excelência que não tenho nenhum rancor, apesar de hoje, realmente, os ânimos estejam exaltados.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TOLIO (Para encaminhar) - Sr. Presidente.

Eu quero inicialmente parabenizar o trabalho feito pela Comissão de Orçamento, seu Presidente Nelson Justus, do Relator Heinz Herwig, pelo trabalho que tiveram, pela coerência, pela dedicação, no tratamento, análise da matéria mais importante que passa anualmente por esta Casa.

Nós que no caso especial deste Parlamentar, que exerce dupla função de Vice-Prefeito da cidade e Prefeito já por dez vezes e Parlamentar. Nós já temos a experiência hoje do quanto é difícil atender a todas as reivindicações que são feitas por 33 Vereadores da Câmara Municipal de Curitiba e eu mesmo já tive a insatisfação até de vetar alguns projetos de companheiros meus, amigos da Câmara Municipal.

Então, nós sabemos que, se dependesse da vontade de cada um dos Parlamentares, é evidente que nós queríamos que todas as nossas emendas fossem aprovadas, e eu mesmo apresentei nove emendas, tive duas delas aprovadas e já me considero satisfeito porque como bem disse o Heinz: se fôssemos aprovar todas as Emendas, algumas Secretarias ficariam completamente inviabilizadas. Uma das emendas que me satisfaz a sua aprovação, Deputado Heinz, é aquela que destina 70 milhões de cruzeiros para a instalação e operacionalização da Central de Arrecadação de Órgãos para Transplante. Quer dizer, houve uma coerência da Assembleia que votou e aprovou aqui nesta Casa transformando no Paraná o ano de 1991 no "Ano dos Transplantes" no Estado do Paraná; e claro que se não houvesse essa rubrica, evidentemente que nada valeria o meu projeto, a minha intenção de incentivar cada vez mais a doação de órgãos se não tivéssemos um banco para a arrecadação desses órgãos.

Então, eu me considero satisfeito, além do que uma outra prioridade que também eu tinha era a necessidade de uma escola de 1º e 2º graus na região que mais cresce na Capital do Estado, que é a região da 145, conhecida como a zonal que decide as eleições de Curitiba, onde há uma carência hoje de estabelecimentos es-

colares de 2º grau, e foi também esta Emenda aprovada pelo Relator. Apenas lamentamento que não houve condições de aprovar a Emenda do Deputado Anibal Khury que tratava de regulamentar, de destinar os 2% para a Ciência e a Tecnologia, que já foi garantida pela Constituição Estadual, da qual eu tive o prazer de ser um de seus constituintes. O que nós votamos está garantido pelo art. 218, § 5º da Constituição Federal, que diz que "é facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica". Lamento que esta Emenda não tenha sido aprovada porque com isso não estamos respeitando a nossa Constituição, muito embora exista um Projeto na Casa de minha autoria e da Deputada Emília Belinati, e eu faço aqui um apelo ao Deputado José Tavares para que este Projeto volte amanhã para esta Casa para que conste já da Ordem do Dia para que, num espaço até a próxima quinta-feira, possamos votar este Projeto e regulamentar o art. 205, da Constituição Estadual.

Portanto, eu quero aqui parabenizar mais vez o trabalho feito pelo Deputado Heinz, pela Comissão de Orçamento, pelo Presidente Nelson Justus, e dizer que realmente é essa a nossa função de criar os projetos, colocar as emendas, mas evidentemente se fosse para atender à vontade de cada um dos Parlamentares, seria inviável até o Governador poder governar o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Longe de eu duvidar da inteligência e da capacidade dos Srs. Deputados, mas como é uma sessão muito controvertida, de muitos debates e de algumas acusações, onde os ânimos às vezes são acirrados, naturalmente alguns dos Srs. Deputados ficam em dúvida de como votar e as consequências do voto quando Vossa Excelência colocar a matéria em votação quando encerrada a discussão dessa matéria. Então, eu questiono Vossa Excelência no seguinte: se o plenário rejeita o Substitutivo Geral do Senhor Deputado Relator, como irá proceder a Presidência dos nossos trabalhos com relação à Peça Orçamentária para o próximo ano? É a pergunta que faço a Vossa Excelência neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu respondendo como Camões: "Cessa tudo o que a Musa Antiga canta" e que a Mensagem vai prevalecer.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - São para as que foram requerido destaques. e ele deve ter tido as suas razões por não ter tido a oportunidade de ser colocado neste Orçamento algumas das suas reivindicações que iriam de encontro ao seu Município ou a outros Municípios que ele representa. Mas eu também não concordo com ele quando ele diz que a Casa está carente de assessores para nos orientar a respeito do Orçamento. Nós temos pessoas aqui brilhantes, e entre elas a Lúcia, uma brilhante coordenadora desta Casa, ela me assessorou numa série de emendas e essa série de emendas não foi aprovada, não foi colocada, Deputado Colombino. Eu não consegui colocá-las no seu bojo. Eu acho que o Deputado está aqui para aprender. Por exemplo, eu tinha uma emenda, que eu concordei com o Deputado Heinz. Liguei para Londrina, discuti com o Prefeito Antônio Belinati a criação de um aeroporto internacional na cidade de Londrina. Londrina carece desse aeroporto. Há necessidade. Depois, a gente vai aprendendo que essa verba não pode ser repassada pelo Governo do Estado do Paraná, ela tem que ser repassada pelo Governo Federal. Então eu retirei a emenda, mas, em compensação, tive uma emenda aprovada, que é um sonho que eu desejo para a minha cidade, é um sonho que já foi feito na capital do Estado pelo Prefeito Jaime Lerner, por outros Prefeitos que o antecederam. Hoje você visita os grandes bairros e até pequenos bairros da capital, encontra um terminal de ônibus coletivo, uma lanchonete, com banheiro, enfim, com tudo para que o transeunte, para aquele que vai pegar o seu ônibus possa se locomover até o centro da cidade.

Na conversa que eu mantive com o Prefeito Antônio Belinati, eu adentrei com essa emenda junto com a Deputada Emília e essa foi acatada pelo Deputado Heinz, pedindo ao Governador do Estado do Paraná que dote no seu orçamento o dinheiro suficiente para que a minha cidade, Londrina, a segunda cidade mais importante do Estado do Paraná receba a construção, receba a dotação orçamentária para que sejam construídos no Jardim Bandeirantes, os conjuntos habitacionais, na maioria e na totalidade dos seus bairros, os seus terminais de ônibus coletivos como existe na capital do Estado. Não é feio plagiar, não é feio. Eu tive a ousadia de fotografar todos os terminais da capital, eu tive a ousadia de fotografar, fui, fotografei. Recebi a planta da Prefeitura municipal. Não é despreparo você plagiar as grandes obras que estão sendo feitas nos grandes municípios do Estado do Paraná.

Estou feliz. Estou feliz. Tive duas emendas aprovadas. Quero agradecer o pouco que me foi dado. Eu tinha outras emendas,

inúmeras emendas que eu gostaria que fossem colocadas no bojo desse orçamento mas, lamentavelmente, duas delas foram aprovadas e uma delas eu gostaria, quem sabe, como diz o Deputado Pudell, como diz também o Deputado Bezerra. "Vai ser aquela eterna balela. Os Deputados da Situação vão receber esse benefício e os Deputados da Oposição não vão receber". Ora, eu tenho audácia e coragem para ir ao Palácio Iguaçu e exigir os meus direitos. E por que não? Eu posso adentrar lá ir até a Secretaria de Transportes e falar: "Eu tenho, exijo, peço, vou, vou mexer, vou falar, vou gritar, vou vir à tribuna e vou exigir os meus direitos". Eu acho que todos aqui têm o direito de ter as suas emendas aprovadas e espero que esse orçamento seja aprovado, porque o Estado do Paraná não pode parar.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. NEIVO BERARDIN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Eu apenas queria usar a palavra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para cumprimentar o nosso Relator Heinz Herwig porque ele deu demonstração desta vez como em outras vezes em que ocupou cargos importantes, em missões importantes, deu conta do recado, foi estudioso, fez um bom trabalho, relatou de maneira brilhante e merece, portanto, as considerações dos Srs. Deputados desta Casa. O nosso apoio e a nossa alegria de ver um colega nosso ao lado do Deputado Nelson Justus realizando um bom trabalho e que agrada a todos nós desta Casa.

Ao mesmo tempo queria registrar a nossa satisfação de ter conseguido aprovar 42 emendas que irão em benefício dos nossos municípios e da Região Metropolitana de Curitiba.

Muito obrigado!

O SR. ERNANI PUDELL - Um esclarecimento, Sr. Presidente.

Vossa Excelência diz que em sendo rejeitado o Substitutivo Geral prevalece a Mensagem original. E as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As Emendas serão votadas com o projeto original.

O SR. ERNANI PUDELL - Com o projeto original. Quer dizer, nós votamos, aprova-

mos o Substitutivo e não cabe mais emendas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - São as que foram requerido destaques.

O SR. ERNANI PUDELL - Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, oriundo da Comissão de Orçamento, conservem-se como estão.

Aprovado.

Esta Presidência quer louvar o trabalho da Comissão de Orçamento que foi estimulada também por esta Presidência para que mantivesse entendimentos com o Poder Executivo, a fim de que o objetivo principal desta Casa, que é o de votar o Orçamento, fosse atingido.

O Deputado Heinz conduziu-se com grandeza, com honestidade e com grandes trabalho.

A Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Justus, cumpriu galhardamente a sua missão!

(Aplausos)

Eu peço a atenção dos Srs. Deputados para os destaques.

Deputado Plauto Guimarães requer destaque para as Emendas 404, 405, 407 e 412 à Mensagem governamental.

Os Srs. Deputados que aprovam o destaque, os que aprovam o destaque, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o destaque, queiram levantar-se.

Vinte e um (21) Srs. Deputados aprovam o destaque.

Os Srs. Deputados que rejeitam o destaque, queiram levantar-se.

Vinte e oito (28) Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado o destaque.

Destaque para a Emenda 588, dos Deputados João Arruda, Ademar Traiano e mais vinte Srs. Deputados que requerem destaque para a emenda bem como o Substitutivo das Emendas 588 e 778/91. O Substitutivo das Emendas se refere ao conteúdo da mesma emenda.

O SR. ERNANI PUDELL - Qual o objetivo da Emenda Substitutiva Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - E UNIVALE.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Consulto a Presidência da Mesa tendo em vista os entendimentos mantidos e a apresentação de subemendas com referência à UNIVALE se o fato de nós rejeitarmos o destaque haverá algum prejuízo para a apreciação da subemenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Evidentemente que haverá. A rejeição do destaque implica também na rejeição da emenda à emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo, aliás, o destaque bem como o Substitutivo à que trata da mesma matéria, conservem-se como estão.

Aprovado.

Em votação a Emenda:

"Fica o Poder Executivo..."

Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo ou a Emenda, conservem-se como estão.

Aprovado.

Conseqüentemente prejudicadas as Emendas 588 e 778.

O Senhor Algaci Túlio, requer destaque para a Votação da Emenda nº 841. O Deputado que subscreve Requer destaque para a Emenda nº 841 de autoria do Deputado Anibal Khury.

Senhores Deputados que aprovam o destaque, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda, digo, o destaque da Emenda.

20 Senhores Deputado aprovam.

29 Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitado o destaque.

Deputado Dr. Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino: requerem destaque para as Emendas nºs 780, 781, 782, 783, 784, 786, 793 e 794.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Apenas lembrando, aos Ilustres pares, que as Emendas objeto do Requerimento de destaque, são exatamente aquelas mais importantes que tratam da Lei da peça orçamentária, fundamentalmente e que visa limitar o Poder que terá o Executivo em fazer suplementações, dotações para pagamento de Encargos e dívidas para correção do orçamento que é exatamente aquilo, no nosso entendimento, que resgata o que é mais importante no Poder Legislativo, que é a sua prerrogativa de exercer um controle sobre o Poder Executivo.

Quero lembrar aqui que em momento al-

gum, servirá como óbice ao Governo ou essas Emendas na verdade, não tratam de inchar o Orçamento de verbas com obras que de fato poderão não ser realizadas, mas que ela visa preservar a essa Prerrogativa do Poder Legislativo em manter o controle sobre o Poder Executivo.

Quero lembrar aqui aos Senhores Deputados, especialmente aos Deputados da situação, que em momento algum faltou a esse Poder durante todo esse ano o apoio necessário ao Governo do Estado naquilo que ele pedia à Assembléia que desse o poder de suplementar verbas do interesse público e vários órgãos do Estado.

Nenhuma vez essa Assembléia se furtou a apoiar as iniciativas do Governo que viessem de encontro ao interesse público, que permitisse ao Estado do Paraná manter o funcionamento adequado da sua máquina.

Essas Emendas portanto, são aquelas que o ilustre relator não conseguiu incorporar ao seu substitutivo nas negociações que empreendeu. Então portanto, essas emendas são no nosso entendimento, acima de tudo, uma afirmação do Poder Legislativo do Paraná e nós pedimos aos Ilustres pares que aprovem o pedido de destaque e também as Emendas em seu mérito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o destaque.

Senhores Deputados que aprovam o destaque.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputado que aprovam o destaque queiram levantar-se.

16 Aprovam.

32 Rejeitam.

Rejeitado o destaque.

Destaque requerido pelo Deputado Mário Bezerra: Emendas 929, 930, 931, 932 e 933.

Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) -

Estas Emendas, também, Senhor Presidente, elas só mexem no texto da lei, somente no texto da lei. São as tais prerrogativas, que tantas discussões hoje foram feitas.

E só isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o destaque, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o destaque do Deputado Mário Bezerra, queiram levantar-se.

Os que rejeitam, queiram levantar-se. 31 (trinta e um) dos Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Nelson Garcia, Elio Rusch e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a votação em separado da Emenda nº 754, ao Projeto de Lei nº 440/91, bem como o substitutivo da emenda.

Aprovado.

Em votação a emenda.

Os Senhores Deputados que aprovam o substitutivo à Emenda 440/91, conservem-se como estão.

Aprovado.

Fica prejudicada a 754.

Sobre a mesa, requerimento nº 3404, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3396, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

A SR.^a EMÍLIA BELINATI - Para discutir.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Antes do esvaziamento da sessão, Senhor Presidente, quero fazer um requerimento à Mesa.

Nós tomamos conhecimento, hoje, que chegou Mensagem do Poder Executivo a esta Casa, no qual traz no seu bojo, uma matéria de suma importância para o interesse do funcionalismo público do Estado do Paraná, que trata do reajuste e da readequação das tabelas de vencimento da Administração Direta.

Nós portanto, queremos fazer a V.Exa. um requerimento, que a Mesa solicite à Comissão de Constituição e Justiça que, fazendo um esforço redobrado, concentrado, consiga dar o parecer o mais rapidamente possível a este projeto, a esta Mensagem do Governo e que, se necessário, V.Exa. convoque a Assembléia Legislativa do Paraná em Sessão Extraordinária até domingo, dia 15.

Portanto, dispensando a possibilidade de convocação extraordinária do Poder Legislativo durante o recesso Parlamentar. Quero reforçar o meu requerimento, Senhor Presidente, que o Governo do Estado, sabemos, está enviando a esta Casa uma Mensa-

gem que trata da reestruturação do IPE. Trata-se de matéria profunda, complexa e que sabemos, o Governo do Estado tentará empurrar a discussão desta matéria, aprová-la em toque de caixa durante o recesso parlamentar, com a convocação em período extraordinário dos Senhores Deputados.

Nós não podemos admitir esta manobra. E sabemos que é perfeitamente possível ao Poder Legislativo permitir que essa matéria, seja discutida após o recesso, em 15 de fevereiro do ano que vem sem prejuízo algum ao Estado. Portanto, Senhor Presidente, o nosso requerimento é no sentido de criar condições que assegurem a votação da medida que trata do reajuste do funcionalismo e deixando a mensagem da reestruturação do IPE para depois do recesso Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa transmite o apelo do nobre Deputado Ernani Pudell ao Presidente da Comissão de Justiça e quer informar à Casa que a Mesa não vai convocar a Assembléia, já manifestou isso publicamente, não vai convocar. Agora, é um ato também constitucional do Poder Executivo. Nós esperamos que a Assembléia vote as matérias, há muitas matérias importantes, mas se depender da Assembléia nós vamos acionar todos os nossos dispositivos.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de comunicar os membros da Comissão de Finanças para uma reunião extraordinária, agora, logo após o encerramento desta sessão, na Sala das Comissões.

O SR. HEINZ HERWIG (Pela Ordem) - Eu queria aproveitar para agradecer publicamente aos componentes da Comissão de Orçamento, aos funcionários que não mediram esforços para que nós tivéssemos hoje, num prazo bem curto, porque o número de emendas foi muito grande, aprovação deste orçamento. Acho que os funcionários se dedicaram mais do que o normal para que a gente conseguisse este objetivo.

Eu quero deixar aqui, de público, o meu agradecimento a estes funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 3403, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria justificar este requerimento porque somos sabedores que o Governo do Estado está com o dinheiro no Caixa aplicado. E como sabemos que 24 e 25 caem numa

quarta e quinta feiras, não seria de bom alvitre do Governo porque o rendimento da aplicação financeira, do dinheiro do Estado que seria para pagar o funcionalismo dia 27 ou 28, nós apelariamos ao alto espírito cristão do Governo do Estado que estenda aquela felicidade do pagamento dia 20, do 13º, que faça uma surpresa agradável ao funcionalismo público do Estado pagando também o salário do mês de dezembro dia 20. Porque todos somos sabedores que em dezembro o abono pago em novembro não será pago em dezembro, e esta antecipação de uma semana ao pagamento do funcionalismo faria com que todos passassem um Natal muito mais feliz com as bênção do Papai Noel e do Governador Roberto Requião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. Aprovado.

Requerimento nº 3398, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Em discussão.

A SR. EMÍLIA BELINATI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3390, 3392, 3393, 3394 e 3395, de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3389, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Em discussão.

A SR. EMÍLIA BELINATI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3388, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3412, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3387, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3405, de autoria do

Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3386, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3414, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3383, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3381, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3382, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3399, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3384, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3413, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3410, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na

forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3370, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) Eu requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a convocação do Senhor Secretário...

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas prestando um esclarecimento, que o objetivo de convocar o Senhor Secretário, é para que ele esclareça ao Poder Legislativo as denúncias sobre a atuação da Paraná Seguros na sua parceria com o Grupo BAME-RINDUS. Então, apenas alertando a Bancada do Governo que esse Requerimento, longe de criar constrangimentos ao Governo, é mais no sentido de esclarecer alguns desmentidos que tem surgindo por parte do Grupo BAME-RINDUS e, nós queremos inclusive saber os argumentos que o Secretário da Fazenda tem quando denunciou essa parceria, que segundo ele é lesiva aos interesses do Banco do Estado do Paraná.

Então, eu apenas quero alertar a Bancada do Governo que no nosso entendimento esse requerimento é até interessante ao Governo porque poderá trazer ao Poder Legislativo a munição que nós queremos e os argumentos que nós precisamos, até para defender a posição do Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a convocação do Secretário da Fazenda, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam a convocação queiram levantar-se.

Rejeitado.

Requerimento nº 3376, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior.

Em discussão.

O DR. ROSINHA (Para discutir) - Senhor Presidente, quem solicitou para discutir fui eu em nome da Bancada do PT.

Nós sugerimos ao Deputado José Tavares que estenda a todos os bôias-frias do Estado do Paraná e a todos que estão em grande dificuldade econômica e não somente para uma região. Essa é a sugestão que nós fazemos uma vez que a dificuldade está sendo geral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requeri-

mento em fase de votação não cabe emenda.

V. Exa. poderá entrar com requerimento amanhã, estendendo a todos os municípios do Paraná.

Em votação.

Aprovado.

Requerimento nº 3409, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3406, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3407, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à Hora Regi-
mental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 441 e 440/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 436, 512, 535, 539, 541, 540, 542, 544, 547, 548 e 555/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 293, 312 e 508/91, do Projeto de Lei Complementar nº 533/91, e dos Projetos de Lei nºs 536, 553, 569 e 570/91.

Levanta-se a sessão.